

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAIBA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA  
AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAIBA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

**João Pessoa, março de 2010**

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**RG- Relatório de gestão**

**IN- Instrução Normativa**

**NE- Norma de Execução**

**SR- Superintendência Regional**

**LP- Licença Prévia**

**LIO- Licença de Operação**

**DN – Decisão Normativa**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**CGU – Controladoria-Geral da União**

**Port. – Portaria**

**PA – Projeto de Assentamento**

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| Identificação de Relatório de Gestão Individual.....  | 7  |
| <u>2</u> Objetivos e Metas Institucionais .....   | 8  |
| 2.1 Responsabilidades Institucionais.....   | 8  |
| 2.1.1Competências .....   | 8  |
| Objetivos estratégicos.....   | 8  |
| 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....                         | 13 |
| 2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....  | 13 |
| 2.2.2 Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamento .....                         | 14 |
| 2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento .....                                | 14 |
| 2.2.4 Divisão de Administração.....   | 15 |
| 2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....                                      | 16 |
| 2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais .....                                    | 16 |
| 2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária. 17         |    |
| 2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais .....                    | 20 |
| 2.3.1.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária .....                         | 24 |
| <u>2.3.1.4 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....</u>         | 27 |
| <u>2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....</u>                                | 34 |
| <u>2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....</u>                  | 36 |
| 2.3.2.1   Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de          | 37 |
| <u>2.3.2.2 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....</u>    | 41 |
| 2.3.2.3   Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de          |    |
| 45  |    |
| 2.3.2.4 Ação 0427 – Concessão de Créditos.....  | 54 |
| 2.3.2.3 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....                                       | 54 |
| <u>2.3.3 Programa 1350 – Educação no Campo .....</u>  | 57 |
| 2.3.3.1. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a         |    |
| .....   | 58 |
| <u>2.3.3.2Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....</u>                                 | 63 |
| <u>2.3.4 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura .....</u>            | 65 |
| <u>2.3.4.1Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....</u>                    | 66 |
| <u>2.3.4.2 Ação 2272 - Gestão do Programa .....</u>   | 72 |
| <u>2.3.5 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas</u> |    |
| .....   | 74 |
| <u>2.3.5.1Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....</u>                     | 75 |

|  |     |
|--|-----|
| <u>2.3.5.2</u> Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional .....   | 79  |
| <u>2.3.5.3</u> Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais .....   | 82  |
| <u>2.3.5.4</u> Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....   | 84  |
| <u>2.3.6</u> Programa 1336 – Brasil Quilombola .....   | 86  |
| <u>2.3.6.1</u> Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....               | 87  |
| <u>2.3.7</u> Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário .....   | 90  |
| <u>2.3.7.1</u> Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação..... | 91  |
| <u>2.3.8</u> Programa 1120 – Paz no Campo .....  | 93  |
| <u>2.3.8.1</u> Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....                             | 94  |
| <u>2.3.9</u> Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres .....                                      | 97  |
| <u>2.3.9.1</u> Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural .....  | 98  |
| <u>2.3.10</u> Programa 0750 – Apoio Administrativo .....   | 100 |
| <u>2.3.10.1</u> Ação 2000 - Administração da Unidade .....   | 101 |
| Desempenho Operacional.....  | 104 |
| 2.4.1. Programação Orçamentária.....   | 104 |
| 2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO) .....  | 104 |
| 2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes .....  | 104 |
| 2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.....  | 104 |
| 2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência .....   | 104 |
| 2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....   | 105 |
| 2.4.2 Execução Orçamentária .....  | 106 |
| Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....  | 107 |
| 2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação.....   | 107 |
| 2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....   | 108 |
| 2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....   | 110 |
| 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais.....  | 111 |
| 2.4.5. Indicadores de Desempenho.....  | 113 |
| 3 Informações sobre a composição de Recursos Humanos .....   | 114 |
| 3.1 Composição dos Recursos Humanos.....   | 114 |
| 3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos .....   | 114 |
| 3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos .....  | 115 |
| 3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....  | 117 |
| 3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir. ....           | 118 |

|   |     |
|---|-----|
| 3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos .....   | 119 |
| 4 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....   | 122 |
| <u>5</u> Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....                         | 123 |
| <u>6</u> Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....  | 124 |
| <u>7</u> Previdência Complementar Patrocinada.....  | 125 |
| <u>8</u> Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....   | 125 |
| <u>9</u> Renúncias tributárias.....   | 125 |
| 10 Operações de fundos .....  | 125 |
| <u>11</u> A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno .....   | 125 |
| 11B. Determinações e recomendações do TCU .....   | 128 |
| <u>12</u> Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício                                   | 130 |
| 13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV .....   | 131 |
| 14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão ..... | 133 |
| 15. Informações Contábeis da Gestão.....  | 133 |
| 16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....  | 139 |

## Identificação de Relatório de Gestão Individual

| Poder e Órgão de vinculação   |                               |                                |                             |
|---|-------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| <b>Poder:</b> Executivo   |                               |                                |                             |
| <b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Desenvolvimento Agrário   |                               | <b>Código SIORG:</b> 17125     |                             |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada   |                               |                                |                             |
| <b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional do Incra na Paraíba  |                               |                                |                             |
| <b>Denominação abreviada:</b> SR(18)PB  |                               |                                |                             |
| <b>Código SIORG:</b> 4140   | <b>Código LOA:</b>            | <b>Código SIAFI:</b> 373047    |                             |
| <b>Situação:</b> Ativa  |                               |                                |                             |
| <b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Federal   |                               |                                |                             |
| <b>Principal Atividade:</b> Administração pública em geral  |                               | <b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00 |                             |
| <b>Telefones/Fax de contato:</b>  | PABX<br>(083) 3049-9200       | FAX<br>(083) 3049-9264         | GABINETE<br>(083) 3049-9215 |
| <b>Endereço eletrônico:</b> incrapb@jpa.incra.gov.br  |                               |                                |                             |
| <b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.incra.gov.br">http://www.incra.gov.br</a>  |                               |                                |                             |
| <b>Endereço Postal:</b> Rua Desportista Aurélio Rocha, 592, Bairro dos Estados, CEP 58031000, João Pessoa, Paraíba.   |                               |                                |                             |
| Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada  |                               |                                |                             |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada   |                               |                                |                             |
| Criado pelo Decreto-lei n.º 1.110, publicado no DOU de 10 de julho de 1970, teve sua estrutura organizacional aprovada pelo Decreto n.º 5.735, publicado no DOU de 28 de março de 2006, com nova redação dada pelo Decreto nº 5.928, publicado no DOU de 14 de outubro de 2006, revogados pelo Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009. |                               |                                |                             |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada   |                               |                                |                             |
| Regimento Interno aprovado através da Portaria MDA/nº 20, de 20 de abril de 2009.   |                               |                                |                             |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada  |                               |                                |                             |
| Texto (identificação da norma e data de publicação)   |                               |                                |                             |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada   |                               |                                |                             |
| Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada   |                               |                                |                             |
| <b>Código SIAFI</b>   | <b>Nome</b>                   |                                |                             |
|   | Texto                         |                                |                             |
| Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada   |                               |                                |                             |
| <b>Código SIAFI</b>   | <b>Nome</b>                   |                                |                             |
|   | Texto                         |                                |                             |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões  |                               |                                |                             |
| <b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>  | <b>Código SIAFI da Gestão</b> |                                |                             |
|   |                               |                                |                             |

## **2 Objetivos e Metas Institucionais**

### **2.1 Responsabilidades Institucionais**

#### **Competências**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária do País, é partícipe essencial no desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de emprego e renda no meio rural.

As Superintendências Regionais, órgãos descentralizados, são executoras dos principais programas e ações indutores destes objetivos, cabendo-lhes coordenar e executar as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas a planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

#### **2.1.2 Objetivos estratégicos**

A discussão do Plano de Ação para 2009 teve inicio em outubro de 2008 através da elaboração, por parte das Superintendências Regionais, de um Diagnóstico Qualitativo/Quantitativo, destacando principais entraves/dificuldades e potencialidades/capacidades identificados na execução e operacionalização das ações. Naquele momento, importa destacar que as Superintendências Regionais deveriam ajustar-se também ao disposto nos Acórdãos 2633/2007 e 1684/2008, no sentido de regularizar o passivo de licenciamento ambiental dos PA's criados até 2007, bem como impedir a criação de novos assentamentos em desconformidade com a legislação ambiental, sendo a Licença Prévia-LP um pré-requisito para a criação de projeto de assentamento e a Licença de Instalação e Operação-LIO, o um pré-requisito para a sua instalação e operação, de conformidade com o disposto na Resolução CONAMA 387/2006. Em consequência, ocorreram paralisações na aplicação dos créditos e obras assegurados em 2007 e atraso nas contratações de 2008, que acarretou grande volume de recursos inscritos em Restos a pagar,

a serem aplicados no exercício de 2009.

Este e outros fatores da conjuntura agrária obrigaram a Autarquia a rediscutir e atualizar o seu Plano Estratégico, com foco em três características: ser qualitativamente substantiva, politicamente sustentável e operacionalmente viável, destacando os principais Valores Públicos efetivamente gerados pelo INCRA:

4. Democratização do acesso à terra.
5. Qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária e inserção produtiva.
6. Cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária.
7. Reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais.

O documento denominado Ajuste Estratégico reafirma os rumos desenhados em meados de 2003 e reorienta outras ações para o biênio 2009/2010, com cinco diretrizes a seguir:

1 O INCRA implementará a Reforma Agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país,

... contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia.

2 O INCRA implementará a Reforma Agrária de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,

... contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada.

3 O INCRA implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais,

... contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

4 O INCRA implementará a reforma agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infra-estrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes,

... contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agro-ecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.

5 O INCRA implementará a Reforma Agrária pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais,

... contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Após o Ajuste Estratégico e a edição do Decreto 6.808, de 27 de março de 2009, que trata sobre corte orçamentário as metas e limites orçamentários foram redefinidos e aprovadas pelo Conselho Diretor com corte de aproximadamente 55% das propostas iniciais.

Em 2009, o quadro de pessoal do INCRA na Paraíba totalizava 139 servidores. Destes, 36 encontravam-se desempenhando atividades da área meio e de suporte burocrático/administrativo das outras áreas.

Os outros 103 servidores, incluídos os 15 motoristas, desenvolvendo funções das áreas finalísticas, concentrados basicamente em atividades de campo.

Entre as diversas atividades executadas no exercício de 2009, destacamos algumas que no entender desta Instituição, contribuiu positivamente para qualificação dos resultados e melhoria no desenvolvimento das futuras ações.

1. Intensificação da ação de retomada de lotes ocupados irregularmente, através da criação de grupo de trabalho oficializado pela Ordem de Serviço 59 e 61/2009, cujos resultados proporcionaram maior nível de credibilidade à Instituição;

2. Elaboração do Plano de Regularização Ambiental dos Projetos de Assentamento 2009-2011, em atendimento aos Memorandos Circulares INCRA/DTM/Nº70/2009 e nº 082/2009, com vistas à determinação do Tribunal de Contas da União, do Acórdão nº 2.633/2007 e 1684/2008;
3. Aproximação com os trabalhadores rurais através da Administração Itinerante, realizada em reuniões de fóruns regionais, solucionando problemas de imediato ou encaminhando as demandas identificadas, com vistas a atender as expectativas com maior celeridade;
4. Finalização da reestruturação e modernização da Rede lógica/elétrica, relativo ao Projeto de Modernização Tecnológica, com vistas à ação estruturante do ponto de vista da Gestão da Informação;
5. Assentamento de 430 famílias, das quais 206 assentadas em oito novos PA's. As demais 224 famílias foram assentadas em vagas e/ou retomadas de parcelas.

TABELA 1 – TOTAL DE ASSENTAMENTO NO ESTADO – CRIADOS E RECONHECIDOS PELO INCRA

| PROJETOS DE ASSENTAMENTO | QUANTIDADE | ÁREA (HA)           | CAPACIDADE CRIADA (FAM) | FAMÍLIAS ASSENTADAS |
|--------------------------|------------|---------------------|-------------------------|---------------------|
| Criados pelo INCRA       | 238        | 243.770,5760        | 12.746                  | 12.447              |
| Reconhecidos do Estado   | 33         | 8.797,8506          | 1.267                   | 1.171               |
| <b>TOTAL</b>             | <b>271</b> | <b>252.568,4266</b> | <b>14.013</b>           | <b>13.618</b>       |

Nota: até 31 de dezembro de 2009

Fonte: SIPRA

TABELA 2 - ASSENTAMENTO FAMÍLIAS

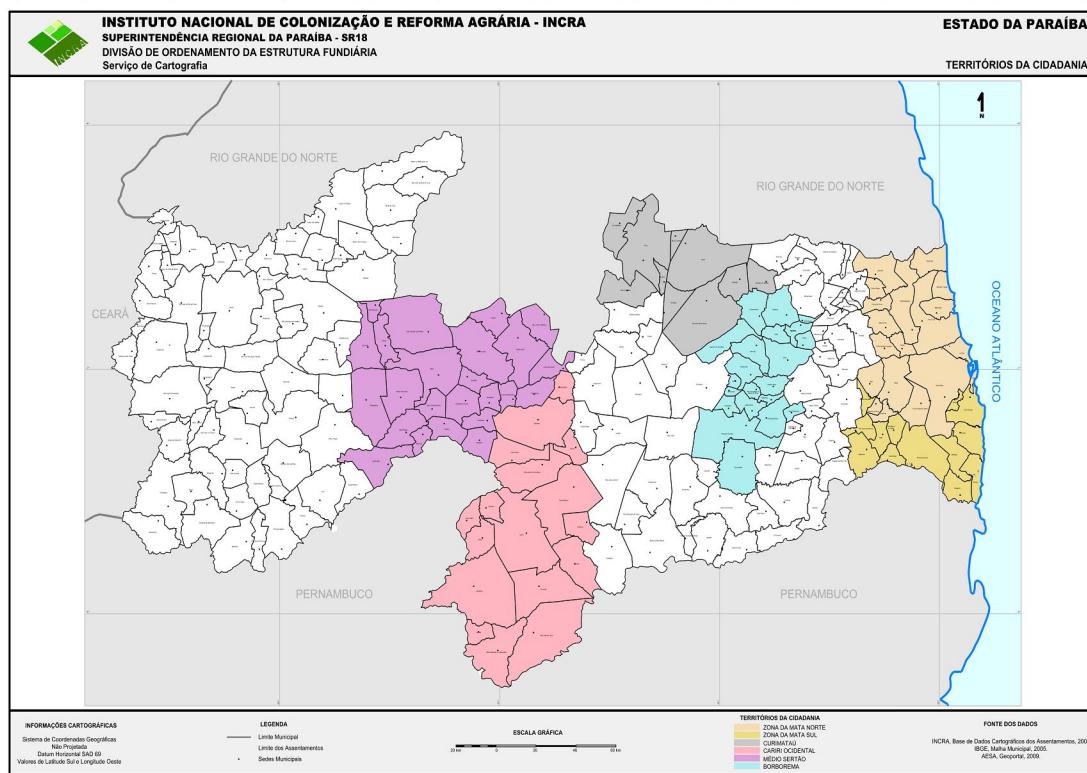
| EXERCÍCIO    | PROJETOS CRIADOS | ÁREA (HA)          | FAMÍLIAS ASSENTADAS EM PROJETOS CRIADOS NO EXERCÍCIO | FAMÍLIAS ASSENTADAS EM VAGAS / SUBSTITUIÇÕES | FAMÍLIAS RECONHECIDAS DO ESTADO | TOTAL       |
|--------------|------------------|--------------------|--|--|---------------------------------|-------------|
| 2004         | 10               | 12.646,7500        | 389  | 624  | 735                             | 1748        |
| 2005         | 16               | 11.215,8611        | 575  | 534  | 266                             | 1375        |
| 2006         | 5                | 2.936,2984         | 99   | 440  | 160                             | 699         |
| 2007         | 9                | 11.109,1834        | 321  | 234  | 2                               | 557         |
| 2008         | 10               | 16.817,7393        | 311  | 241  | 7                               | 559         |
| 2009         | 8                | 6.111,0081         | 206  | 224  | 0                               | 430         |
| <b>TOTAL</b> | <b>58</b>        | <b>60.836,8403</b> | <b>1901</b>  | <b>2261</b>                                  | <b>1170</b>                     | <b>5332</b> |

Fonte: SIPRA

Das 13.618 famílias assentadas até 2009, 5.332 ou 39,15% , ocorreram no período de 2004-2009. Destas, 1901 ou 14,95% referem-se às famílias assentadas em projetos de assentamento criados nesse período. O assentamento de 24,20% restante através de retomadas/substituições e reconhecimento de famílias assentadas em projetos de assentamento do Estado (sem custo de obtenção do imóvel) demonstra que tem havido, ano após ano, incremento e priorização cada vez maior das ações de qualificação dos assentamentos, com direcionamento de recursos para estas ações em detrimento da obtenção.

Além dessas diretrizes, desde o PPA 2008-2011, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, juntamente com outros 18 Ministérios, vem executando suas ações no contexto do Programa Território da Cidadania, cujo objetivo geral é a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, tendo como objetivos específicos a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, o planejamento e integração de políticas públicas, ampliação da participação social e a busca da universalização de programas básicos de cidadania.

FIGURA 1 - TERRITÓRIOS DA CIDADANIA



A partir dos critérios técnicos: menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH); maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número com baixo dinamismo econômico; e maior organização social, foram selecionados 120 territórios em todo o país.

No Estado da Paraíba são 06 Territórios da Cidadania, num total de 104 municípios, com população de 2.426.838. Destes, 421.456 correspondem à população rural, sendo 71.339 (17%) referentes à agricultura familiar, dos quais 9.422 (13,20%) famílias oriundas de projetos de assentamento da reforma agrária. Estas famílias estão distribuídas em 170 projetos de assentamento (62,74%) do total de 271 no estado da Paraíba. São 12 comunidades quilombolas e três indígenas.

Do total de recursos aplicados em 2009, R\$ 10.949.105,00 milhões foram destinados aos Territórios de Cidadania. Este volume representa 49,76% do total de recursos executados pela Superintendência em 2009.

## **2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.**

Após os ajustes estratégicos determinados pela Direção central e conforme respectivas obrigações regimentais as Divisões executaram as ações com foco especial para:

### **2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária**

1. Supervisão e acompanhamento do Convênio com o Governo do Estado para ações Georreferenciamento e Regularização Fundiária dos imóveis rurais localizados em áreas de Transposição de águas do rio São Francisco;
2. Intensificação das ações de Cadastro e Certificação de imóveis rurais;
3. Intensificação do controle das aquisições de terras por estrangeiros residentes no país, através da fiscalização e acompanhamento dos projetos de exploração com vistas a regular as autorizações;
4. Restabelecimento da capacitação da rede de atendimento das Unidades Municipais de Cadastramento, diminuindo a sobrecarga na Superintendência;

5. Fortalecimento das atividades de identificação, delimitação e regularização dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos;
6. Capacitação continuada dos servidores para cumprimento das atividades de regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos.

#### **2.2.2 Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamento**

1. Articulação com a Procuradoria e o Poder Judiciário no sentido de se manter bloqueado, por ocasião do ajuizamento da ação, o montante destinado à indenização de benfeitorias equivalente à recomposição de danos ambientais constatados;
2. Ampliação das parcerias visando a obtenção de imóveis rurais preferencialmente de forma não onerosa;
3. Planejamento e execução das ações relativas à implantação do Projeto de Assentamento com a efetiva participação da comunidade assentada;
4. Priorização das ações para execução das atividades previstas na NE 70/08, que trata sobre identificação e correção das inconsistências referentes aos critérios e elegibilidade na seleção de beneficiários da Reforma Agrária.

#### **2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento**

1. Manutenção das articulações interinstitucionais com vistas a melhoria das ações executadas no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial;
2. Incremento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental e de Capacitação de assentados;
3. Participação e atendimento das demandas identificadas durante as reuniões da Administração Itinerante ;
4. Promoção da retomada de parcelas ocupadas irregularmente nos Projetos de Assentamentos, de forma transparente e sob controle social;
5. Viabilização para acesso dos beneficiários da reforma agrária no programa de Aquisição de Alimentos-PAA, no âmbito do MDA, voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento;

6. Identificação e averbação, junto aos respectivos cartórios de registro de imóveis, as áreas de reserva legal dos projetos de assentamento a serem qualificados/recuperados;
7. Fortalecimento e apoio aos programas voltados à agroindústria, comercialização e integração da comunidade no processo cooperativo;
8. Contribuição para a inclusão social por meio da democratização do acesso à educação formal, respeitando a diversidade cultural, étnica, social e política nas áreas de Reforma Agrária, através da escolarização e formação técnico-profissional de nível médio e superior em diversos Projetos de Assentamento;

#### **2.2.4 Divisão de Administração**

2. Racionalização dos procedimentos das atividades administrativas;
3. Identificação das necessidades referentes à aquisição de mobiliários em geral, para suporte administrativo aos setores da Superintendência;
4. Apoio ao setor de informática para viabilização da implantação da rede lógica na Superintendência.

## **2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade**

### **2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais**

#### **Dados Gerais do Programa**

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

**Objetivos Específicos:** Promover a democratização do acesso à terra.

**Gerente do programa:** Celso de Lisboa de Lacerda

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Edvaldo Pereira da Silva

**Indicadores ou parâmetros utilizados:** Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

**Público-alvo (beneficiários):** Trabalhadores rurais sem-terra.

#### **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

## Principais Ações do Programa

### 2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.

#### Dados gerais da ação

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

**Descrição:** Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP).

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 3 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUB<br>FUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIORID<br>ADE (D) | UNIDADE<br>DE MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 (H) | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|----------------------|---------------------------|--------------------|-----------------------------|---------------------------------|--------------------------|--|---|
| 21            | 631                  | A                         | 3                  | FAM                         | 550                             | 430                      | 0  | 78,18   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009<br>R\$(A) | PROVISÃO<br>RECEBIDA<br>R\$(B) | EMPENHO EMITIDO |           | EMPENHO LIQUIDADO |           | VALOR PAGO |           |
|-------------------|--------------------------------|-----------------|-----------|-------------------|-----------|------------|-----------|
|                   |                                | R\$(C)          | % (D=C/B) | R\$(E)            | % (F=E/B) | R\$ (F)    | % (G=F/B) |
| 22.000,00         | 29.991,44                      | 23.586,56       | 78,64     | 23.586,56         | 78,64     | 23.586,56  | 78,64     |

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende critérios e valores fixados através da NE/INCRA/45, de 25 de agosto de 2005, publicado no DOU 166, de 29 de agosto de 2005.

### **Principais resultados:**

Atualmente, no Estado da Paraíba existem 87 acampamentos, com 3668 famílias em diversos municípios do Estado da Paraíba. Destas, aproximadamente 11% foram atendidas em 2009 como novos beneficiários da Reforma Agrária. Das 430 famílias assentadas, 206 foram assentadas em Projetos criados no exercício de 2009 e 224 resultaram de substituições de lotes retomados ou assentamento em vagas disponíveis de projetos criados em outros exercícios.

As metas constantes da Tabela denominada “**Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ**” acima foram aprovadas após o contingenciamento estabelecido pelo Decreto 6808/09. As propostas desta Superintendência para 2009 indicavam atendimento de 500 famílias, no valor de R\$ 28.800,00.

Considera-se o alcance de um índice de 78,18% como resultado satisfatório, embora parcialmente prejudicada em função da não imissão de posse de alguns imóveis, meta relativa a Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, ação 4460, do Programa 0135. O grau de eficiência desta ação no exercício de 2010 deverá aumentar consideravelmente, em função do estágio avançado em que se encontram os vários processos de obtenção.

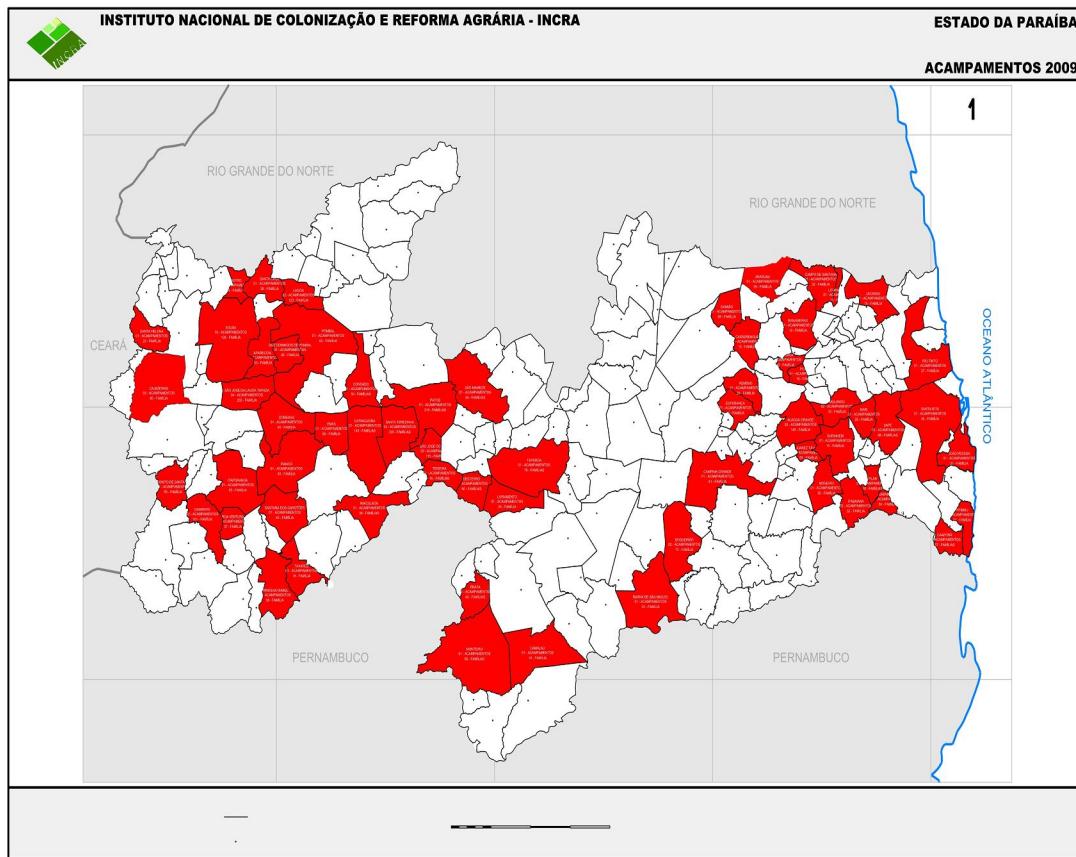
Importa registrar que através desta ação foi possível a continuidade dos trabalhos para cumprimento da Norma de Execução/INCRA/ 70/2008, que dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificação e correção das inconsistências referentes aos critérios e elegibilidade na seleção de beneficiários da Reforma Agrária, resultando na notificação in-loco de 536 assentados com algum tipo de irregularidade cadastral no SIPRA, dos quais recebidas 432 defesas e destas, após análise, 278 encaminhadas à Procuradoria, para manifestação.

A ação não sofreu impactos com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo no valor das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009.

## **Principais problemas:**

Contingenciamento de recursos ocorrido através do Decreto 6808/09, que inviabilizou a obtenção de imóveis em tempo hábil para imissão de posse e criação de Projetos de Assentamento e respectivo cadastro de famílias.

FIGURA 2 - MAPA DOS ACAMPAMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009



### **2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

**Descrição:** Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 5 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO | SUBFUNÇÃO | TIPO DA AÇÃO | PRIORIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | META PREVISTA PO 2009 | META REALIZADA | META 2009 A SER REALIZADA EM 2010 | PERCENTUAL DA META REALIZADA |
|--------|-----------|--------------|------------|-------------------|-----------------------|----------------|-----------------------------------|------------------------------|
| (a)    | (b)       | (c)          | (d)        | (e)               | (f)                   | (g)            | (h)                               | (i = g/f)                    |
| 21     | 631       | A            | 3          | ha                | 60.300,00             | 31.852,4685    | 19.178,65                         | 52,82                        |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 6 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009    | PROVISÃO RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO | EMPENHO LIQUIDADO | VALOR PAGO |           |            |           |
|------------|-------------------|-----------------|-------------------|------------|-----------|------------|-----------|
| R\$(A)     | R\$(B)            | R\$(C)          | % (D=C/B)         | R\$(E)     | % (F=E/B) | R\$ (F)    | % (G=F/B) |
| 164.000,00 | 317.376,94        | 298.434,71      | 94,03             | 289.540,62 | 91,22     | 289.540,62 | 91,22     |

Fonte: SIAFI

As metas constantes das Tabelas acima foram aprovadas após o contingenciamento estabelecido pelo Decreto 6808/09. As propostas desta Superintendência para 2009 indicavam execução em 50.000,0000ha, no valor de R\$ 294.833,00.

O cumprimento desta ação atende determinação da Lei 8629/93 e a Medida provisória 2183/2006 e suas alterações, bem como critérios definidos através da NE/Incra/DT/52/2006 que aprova o Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial.

TABELA 7 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

| ATIVIDADES                    | UNID   | INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES |             | INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009 |             | TOTAL      |             |
|-------------------------------|--------|------------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|------------|-------------|
|                               |        | CONCLUÍDAS                         | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDAS                     | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDAS | EM EXECUÇÃO |
| Vistoria preliminar           | ha     | 12.173,31                          | 6.749,58    | 7910                           | 7.321,00    | 20.083,31  | 14.070,58   |
|                               | Imóvel | 12                                 | 6           | 6                              | 8           | 18         | 14          |
| Vistoria Avaliação            | Há     | 6.306,61                           | 503.7412    | 5.423,07                       | 4.604,33    | 11.729,68  | 5.108,07    |
|                               | Imóvel | 8                                  | 1           | 6                              | 4           | 14         | 5           |
| Vistoria e Avaliação conjunta | ha     | 39.4787                            | 0           | 0                              | 0           | 39.4787    | 0           |
|                               | imovel | 1                                  | 0           | 0                              | 0           | 1          | 0           |
| Imissão Posse                 | Há     | 0                                  | 0           | 3.598,42                       | 0           | 3.598,42   | 0           |
|                               | Imóvel | 0                                  | 0           | 5                              | 0           | 5          | 0           |
| Perícias Judiciais            | Há     | 0                                  | 0           | 7.390,09                       | 0           | 7.390,09   | 0           |
|                               | Imóvel | 0                                  | 0           | 7                              | 0           | 7          | 0           |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Trata-se de uma das ações mais demandadas pelos movimentos sociais haja vista que é o princípio, meio e quase fim da criação do projeto de assentamento e consequente assentamento das famílias.

A ação demanda tempo e recursos significativos e envolve atividades relacionadas desde pesquisas cartoriais, notificação de proprietários, vistorias preliminares identificação do passivo ambiental, vistorias de avaliações, imissão de posse, até as perícias judiciais, executadas basicamente em campo.

### Principais resultados

A meta executada é a constante da Tabela denominada “**Detalhamento da Meta Física**” “Total” concluídas, somadas as metas das atividades de Vistoria preliminar e de Avaliação, relativas aos exercícios anteriores e os 2009. Em geral isso ocorre, considerando que os estágios podem (conclusão de vistorias/avaliações) avançar o exercício seguinte ao inicio

das atividades de campo, já que a execução só se encerra após entrega do laudo pelo técnico. Como pode se verificar na mesma Tabela, coluna “em execução”, para o exercício de 2010 já existe esta situação.

Ressalte-se que dos relatórios conclusivos das vistorias preliminares podem resultar em imóveis não passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, seja por produtividade ou inviabilidade (de solos ou custo e/ou área menor que 15 módulos) ou algum óbice judicial. Os que não se enquadram nessas condições são encaminhados para Decreto e só após, para vistorias de avaliação, momento em que também pode ocorrer algum tipo de inviabilidade.

Quando se tratar de aquisição de imóveis por outras formas de obtenção, (Decreto 433/92 e suas alterações ou através da Lei 4.132/62), as vistorias preliminares e de avaliação ocorrem de forma conjunta.

Simultaneamente a estes procedimentos, são elaborados os Relatórios de Viabilidade Ambiental para efeito de requerimento do Licenciamento Ambiental-LP.

Para elaboração dos laudos de avaliação faz-se necessário a atualização semestral das planilhas de preços referenciais de imóveis rurais e benfeitorias. Porém, em 2009, considerando a insuficiência de recursos, foram atualizadas somente as áreas das microrregiões onde existiam processos em andamento para obtenção.

Diante das justificativas acima expostas, consideramos os resultados bastante satisfatórios.

### **Principais problemas**

Dificuldades na obtenção de informações cartorárias e na consecução da notificação aos proprietários rurais em atendimento à legislação pertinente, acarretando maior número de dias para deslocamentos, além dos corriqueiros recursos judiciais impetrados pelos proprietários, que paralisam os processos.

A insuficiência de recursos, considerando que a ação é parte responsável pelos contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativo/operacional (combustíveis, manutenção/locação de viaturas, passagens e publicações diversas). As despesas são divididas proporcionalmente à demanda de cada ação.

Em geral, os recursos não são descentralizados na sua totalidade, e em 2009, agravado com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6.808/09, obrigou os

gestores a, mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, em função das despesas contratuais imprescindíveis para concretização das metas, quando o ideal seria que no início de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para seis meses desses serviços. O acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6.907, de julho de 2009 também impactou negativamente na execução das ações. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais ou outros servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

### **2.3.1.3 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores ores rurais.

**Descrição:** Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 8 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZAD<br>A EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|---|---|
| 21            | 631              | A                         | 3                     | Ha                             | 6.613,0000                      | 2071,0292                | 0   | 33,64   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 10 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009      | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHOS EMITIDOS |              | EMPENHOS LIQUIDADOS |              | VALOR PAGO |              |
|--------------|----------------------|-------------------|--------------|---------------------|--------------|------------|--------------|
|              |                      | R\$(b)            | R\$(c)       | % (d=c/b)           | R\$(e)       | % (f=e/b)  | R\$ (f)      |
| 2.299.633,00 | 2.851.937,65         |                   | 2.851.937,65 | 100,00              | 2.687.356,56 | 94,22      | 2.687.356,56 |

Fonte: SIAFI

As metas constantes das Tabelas acima foram aprovadas após o contingenciamento estabelecido pelo Decreto 6.808/09. As propostas desta Superintendência para 2009 indicavam a obtenção de 8.000,0000ha, no valor de R\$ 5.850.000,00.

O cumprimento da meta desta ação é consequência da efetividade da ação anterior, denominada Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, inclusive quanto aos eventuais óbices judiciais. Nesta ação, as características que dizem respeito à localização, acesso e dimensão, além de benfeitorias, variam de imóvel para imóvel, impactando no valor dos títulos e das benfeitorias.

Ressalte-se que para efeito de pagamento, a área indenizada (ha) é sempre a menor, seja a do Registro de imóvel no cartório ou a área identificada e medida em campo.

TABELA 11 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

| Nº<br>ORDE<br>M | NOME DO<br>IMÓVEL                                    | MUNICIPIO                 | AREA<br>AVALIADA<br>(HA) | VALOR<br>TDA        | BENFEITORIAS<br>(R\$) | SOBRAS<br>TDA<br>(R\$) | TOTAL (R\$) -<br>TDA,<br>BENFEITORIA<br>E SOBRAS DE<br>TDA |
|-----------------|--|---------------------------|--------------------------|---------------------|-----------------------|------------------------|--|
| 1               | Cabeça do Boi,<br>Serrotes Verdes<br>e Farinha Velha | Pocinhos                  | 506,5600                 | 265.094,64          | 62.709,77             | 43,93                  | 327.848,34   |
| 2               | Trincheiras  | Boqueirão                 | 933,0163                 | 196.274,64          | 231.867,30            | 50,65                  | 428.192,59   |
| 3               | Faz. Nossa<br>Senhora da<br>Conceição                | Itabaiana                 | 226,1831                 | 223.894,40          | 225.149,85            | 83,41                  | 449.127,66   |
| 4               | Tambauzinho  | Santa Rita                | 115,8516                 | 202.330,80          | 164.533,15            | 47,94                  | 366.911,89   |
| 5               | Fazenda<br>Esperança                                 | Riacho de Sto.<br>Antônio | 289,4008                 | 94.256,40           | 46.306,40             | 39,06                  | 140.601,86   |
|                 |  |                           | 2.071,0118               | 981.850,88          | 730.566,47            | 264,99                 | 1.712.682,34   |
| 6               | Garra, Saco<br>Velho I e II                          | Diamante                  | 1.568,6636               | 235.512,03          | 99.678,96             | 45,95                  | 335.236,94   |
| 7               | Fazenda Cabano                                       | Diamante                  | 1.053,2975               | 212.481,75          | 42.452,66             | 36,51                  | 254.970,92   |
|                 |  |                           | 2.621,9611               | 447.993,78          | 142.131,62            | 82,46                  | 590.207,86   |
| <b>TOTAL</b>    |  |                           | <b>4.692,9729</b>        | <b>1.429.844,66</b> | <b>872.698,09</b>     | <b>347,45</b>          | <b>2.302.890,20</b>  |

A Tabela acima “Detalhamento da meta física e Execução orçamentária/financeira” demonstra que a meta executada refere-se aos imóveis cujos Títulos da Dívida Agrária e pagamento de benfeitorias, juntos, ocorreram no exercício de 2009, conforme itens de 1 a 5, da coluna Total TDA/Benfeitorias.

### **Principais resultados:**

O percentual da execução da meta física ficou muito aquém da expectativa desta SR, considerando que além destes cinco imóveis obtidos, foram enviados a sede, com vistas aos lançamentos dos títulos de dívida agrária e pagamento de benfeitorias, processos devidamente instruídos para obtenção de outros 06 imóveis, correspondente a aproximadamente 8.412,5232ha, que não lograram êxito em função do contingenciamento

ocorrido através do Decreto 6808/09. Caso não houvesse ocorrido este entrave, a meta alcançada seria de 10.483,5524ha , ou 158% da meta estabelecida.

Registre-se que na mesma Tabela, itens 6 e 7, as despesas relativas às benfeitorias dos imóveis foram assegurados por esta Superintendência, com orçamento de 2008, e os Títulos da Dívida Agrária com orçamento de 2009, empenhos executados pela Diretoria de Administração, com sede em Brasília.

**Principais problemas:**

Contingenciamento dos recursos, que impossibilitou o lançamento dos Títulos da Dívida Agrária e pagamento de benfeitoria de vários imóveis aptos, aportados na Diretoria de Administração desde meados de 2009.

### **2.3.1.4 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

**Descrição:** Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 12 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUFBUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|--|---|
| 21            | 631              | A                         | 3                     | Licença protocolada            | 26                              | 19                       | 0  | 73,08   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 13 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009   | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO |        | EMPENHO LIQUIDADO |        | VALOR PAGO |         |
|-----------|----------------------|-----------------|--------|-------------------|--------|------------|---------|
|           |                      | R\$(B)          | R\$(C) | % (D=C/B)         | R\$(E) | % (F=E/B)  | R\$ (F) |
| 71.383,00 | 89.194,20            | 82.042,61       | 91,98  | 74.962,07         | 84,04  | 74.962,07  | 84,04   |

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende critérios da Resolução CONAMA nº 387/2006; Normas de Execução/INCRA/SD/nº 43/2005 e nº 44/28-06-2005; Norma de Execução/INCRA/DD/nº 71/20; *Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária;*

*Manual Operacional de ATES; TCU - Acórdão nº 2.633/2007 (publicação em DOU 11/12/2007); TCU - Acórdão nº 1.684/2008 (publicação em DOU 18/08/2008).*

### **Antecedentes**

Em 1998, foi lançado o Programa “Terra que te quero verde”; primeira manifestação escrita do INCRA sobre a temática ambiental na reforma agrária. Este programa materializava um acordo entre o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o INCRA, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA. Seu lançamento deveu-se, em grande medida, à freqüente aparição na mídia, de denúncias de supostos impactos ambientais causados por assentamentos do INCRA, sobretudo, na região Norte do país.

Naquela época não existia uma norma específica para o licenciamento ambiental dos assentamentos, o que só viria a ocorrer com o advento da Resolução CONAMA nº 289, de 25/10/2001.

Com o advento da referida norma ficou evidenciada a existência de um grande passivo ambiental nas ações do INCRA, o que expunha o órgão a sanções administrativas aplicáveis pelos órgãos de controle ambiental e criava sérios obstáculos à concessão de crédito rural aos assentados, já que os agentes financeiros exigiam a regularização ambiental do assentamento e de sua reserva legal para liberar os financiamentos. Para contornar este empecilho, foi assinado, em 17/10/2003, o *Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta* (chamado “TAC nacional”) pelo MDA/INCRA; MMA/IBAMA e Ministério Público Federal cuja validade perdurou até o dia 17/10/2006. Apesar de sua vigência ter sido prorrogada por mais seis meses, o “TAC nacional” ficou muito longe de atingir seus objetivos, permanecendo o passivo ambiental do INCRA quase inalterado.

Tal fato não passou despercebido pelo Tribunal de Contas da União, que através do TCU-Acórdão nº 2.633/2007 (Publicação em DOU 11/12/2007) determinou ao INCRA a adoção de diversas providências, destacando-se entre elas: a) que o Órgão não crie projetos de assentamento sem que tenha a respectiva Licença Prévia – LP e que não implante (instale) nem ponha em operação os projetos sem a respectiva Licença de Instalação e Operação – LIO; b) que a reserva legal tem que estar perfeitamente delimitada e caracterizada por ocasião do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA (...); c) que crie programa de regularização de todos os projetos de assentamento existentes no que diz respeito ao licenciamento ambiental, que contemple as metas a serem cumpridas, as ações a serem adotadas, o cronograma de implantação e os recursos necessários, tendente a eliminar o seu passivo ambiental; e d) que adote medidas com vistas à elaboração e à implementação de projetos que assegurem o uso sustentável das reservas legais nos assentamentos rurais.

Mais tarde, por intermédio do TCU - Acórdão nº 1.684/2008 (Publicação em DOU 18/08/2008), item 9.1, o Tribunal de Contas da União veio esclarecer que a determinação que constava no TCU - Acórdão nº 2.633/2007-item 9.3.1 referia-se à criação de novos projetos de assentamento a partir da data em que o Acórdão nº 2.633/2007 entrou em vigor. O Relatório de Auditoria afirmou que a medida “teve por intenção impedir a criação de novos assentamentos em desconformidade com a legislação ambiental (...”).

Seguindo orientação do INCRA nacional, no intuito de obedecer às determinações do TCU, a Superintendência Regional no Estado da Paraíba formulou o seu *Plano de Regularização Ambiental dos Assentamentos* para o período de 2009 a 2011, tendo como metas, entre outras, o requerimento de 34 (trinta e quatro) Licenças de Instalação e Operação – LIO para o ano de 2009; 31 (trinta e uma) para 2010 e 31 (trinta e uma) para 2011.

Para facilitar as ações relacionadas com o licenciamento ambiental a SR(18) firmou os seguintes Termos de Cooperação Técnica com os órgãos de controle ambiental:

1. Termo de Cooperação Técnica INCRA-PB/SUDEMA, vigência: de 30/12/2003 a 30/12/2006;
2. Termo de Cooperação Técnica INCRA-PB/IBAMA-PB, vigência: de 3/02/2004 a 3/02/2007;
3. Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/SUDEMA, com vigência de 13/04/2007 a 13/04/2011;
4. Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/IBAMA-PB, com vigência de 21/05/2007 a 21/05/2011.

### **Principais resultados**

As metas constantes das Tabelas Execução Física e Execução Financeira/orçamentária das ações foram aprovadas após o contingenciamento estabelecido pelo Decreto 6808/09. As propostas desta SR para 2009 indicavam o protocolo de 35 Licenças , no valor de R\$ 162.500,00.

Observa-se que a ação de licenciamento ambiental desdobra-se em três vertentes que são: licenciamento prévio (imóveis em processo de obtenção); licenciamento de operação (projetos de assentamento) e regularização das áreas de reserva legal. Ressalta-se que a ação

não faz distinção entre LP e LIO, o que é um aspecto a ser aperfeiçoado, isto é, fazer a distinção entre meta de LP e meta de LIO.

### **Principais resultados na área de licenciamento prévio**

Em 2009, a Superintendência Regional protocolou o requerimento de 19 (dezenove) LP. Foram expedidas pela SUDEMA 9 (nove) Licenças Prévias, ressaltando que todos os assentamentos criados pela SR(18) a partir da publicação da Resolução CONAMA nº 289, de 25/10/2001 possuem a Licença Prévia – LP.

### **Principais resultados na área de licenciamento de operação**

Quanto a LIO depende da elaboração dos estudos ambientais dos assentamentos, tais estudos são: Projeto Básico (PB) ou o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) ou o Plano de Recuperação de Assentamento (PRA);

Em 2009, a Superintendência não requereu nenhuma LIO.

Fica evidente, portanto, que a Superintendência não atingiu a meta física devido ao desempenho no requerimento da LIO, o que se deveu aos seguintes fatores: a) O Incra não recebeu nenhum dos produtos que compunham o objeto do contrato com empresa CONSPLAN para a elaboração de 17 (dezessete) Projetos Básicos; b) o Incra ainda não aprovou os 12 PDA's e 06 PRA's entregues pelas entidades contratadas para a prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATES). Desse modo, sem ter estes estudos ambientais não foi possível o requerimento das LIO's.

### **Principais resultados na área de regularização das áreas de reserva legal dos assentamentos**

Em fevereiro de 2009, a SR(18) firmou com a Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a averbação das áreas de reserva legal dos projetos de assentamento do INCRA. Como resultado inicial do referido TAC, foi enviada aos Cartórios de Registro de Imóveis, documentação referente à averbação de reservas legais de 19 (dezenove) projetos de assentamento.

### **Contratações e Parcerias**

1- No final do ano de 2008, a SR(18) contratou algumas entidades para prestar serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATES) aos assentamentos. Nos referidos

contratos também estava prevista a elaboração de PDA e PRA, instrumentos de planejamento dos assentamentos, que possibilitariam também o requerimento das Licenças de Instalação e Operação (LIO). Entretanto, as empresas contratadas encontraram dificuldades na elaboração dos PDA e PRA, de modo que a SR(18) ainda não recebeu nenhum em pleno acordo com as disposições contratuais. Outro grande problema relacionado às prestadoras de ATES é que elas não elaboraram *Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais* (Ação 2B06) a fim de recuperar áreas degradadas nos assentamentos por elas assistidos. Esta omissão cria embaraços para a SR(18) cumprir os *condicionantes* das licenças, afetando muito negativamente a ação de licenciamento ambiental, deixando o INCRA vulnerável a sanções administrativas.

2- Em janeiro de 2009, a SR(18) contratou a CONSPLAN (Contrato nº 68/2008 e processo nº 54320.000649/2008-01) para a elaboração de 17 (dezessete) Projetos Básicos de assentamentos do INCRA. O objetivo da contratação era, além de dispor de um instrumento de planejamento dos assentamentos, possibilitar também a apresentação dos Projetos Básicos à SUDEMA, visando à expedição da Licença de Instalação e Operação (LIO). Ocorre que, devido a problemas de infraestrutura da empresa e devido à complexidade do trabalho, a CONSPLAN não conseguiu entregar, no prazo de vigência do contrato, nenhum Projeto que pudesse ser aprovado pelo INCRA, o que prejudicou as metas de licenciamento assumidas pela SR(18) e os compromissos decorrentes do TCU-Acórdão nº 2.633/2007.

Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/SUDEMA, com vigência de 13/04/2007 a 13/04/2011;

Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/IBAMA-PB, com vigência de 21/05/2007 a 21/05/2011.

### **Principais problemas.**

1. Dificuldade em obter os estudos ambientais (PB;PDA;PRA) necessários ao licenciamento, isto faz com que imóveis obtidos para a reforma agrária desde o ano de 2002 ainda estejam apenas com a Licença Prévia, que vem sendo renovada toda vez que termina o prazo de vigência da anterior. Esta circunstância é um forte obstáculo a que a Superintendência Regional venha a cumprir metas de licenciamento acordadas com o TCU, em virtude do Acórdão nº 2.633/2007.
2. Quanto aos assentamentos que já possuem a LIO, que em 2009 eram apenas 11 (onze), a principal dificuldade tem sido o cumprimento dos *condicionantes* das

licenças ambientais. O não cumprimento dos *condicionantes* impedirá a renovação das licenças, expondo a Superintendência a possíveis sanções administrativas aplicáveis pelos órgãos de controle ambiental. Os *condicionantes* têm sido principalmente estes: a) recuperar as áreas de preservação permanente e de reserva legal degradadas; b) averbar a área da reserva legal c) implantar fossas sépticas nas residências dos assentados; e d) destinar, no assentamento, uma área para a colocação de resíduos sólidos. Cada *condicionante* pode ser da competência deste ou daquele setor do INCRA, o que resulta no dever de que as várias Divisões do Órgão trabalhem de modo integrado e cooperativo, visando à execução dessas obrigações.

Com relação ao item a), em todas as licenças ambientais emitidas até o momento, o Órgão Ambiental tem estabelecido o *condicionante* que determina à Superintendência Regional a apresentação e implantação de projeto de recuperação de áreas degradadas em reservas legais e também nas áreas de preservação permanente (APP). Isto depende de uma articulação eficaz entre o INCRA e as entidades contratadas e, ou, conveniadas para prestar serviços de ATES, já que lhes compete, não só o planejamento dos assentamentos (elaboração de PDA e PRA) como também, a formulação de projetos técnicos para a recuperação e a conservação de recursos naturais e, ainda, o acompanhamento da sua execução. Portanto, é imprescindível que os instrumentos em vigência e/ou a serem firmados, contemplem a elaboração dos Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais, fato que, até o presente momento, ainda não ocorreu.

Com relação ao item b) que trata sobre averbação de área de reserva legal, a insuficiência e até da inexistência absoluta de áreas de reserva legal é outra grande dificuldade. Dos 238 projetos de assentamento, 116 (cento e dezesseis) não possuem área de reserva legal em quantidade suficiente, dos quais 39 (trinta e nove) não possuem nenhuma área de reserva legal projetada.

Projeto de assentamento sem área de reserva legal ou com área inferior a 20% da área total do imóvel fica impedido de obter a licença ambiental.

Nos entendimentos entre a SR(18) e os órgãos de meio ambiente no Estado, ainda não se vislumbra nenhuma solução para o problema, tampouco em âmbito nacional, não há, até o momento, alternativas de políticas públicas que possam solucionar esta questão da falta de reserva legal nos assentamentos.

Os itens c) e d) exigem, instrumento legal para implementação desses condicionantes de infraestruturas e identificação do Programa/Ação por onde deverão ocorrer as despesas.

- 3 Prazos muito exíguos para o cumprimento dos *condicionantes* das licenças e também para a apresentação de projetos de recuperação ambiental;
  1. Limitações da capacidade operacional e financeira do INCRA e dos órgãos de controle ambiental;
  2. Incapacidade das entidades contratadas para elaborar com rapidez e eficácia os estudos ambientais demandados pelo INCRA;
  3. Insuficiência de recursos humanos no Serviço de Meio Ambiente;

Com relação à execução orçamentária/financeira, a ação não sofreu impactos com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009. Os recursos foram utilizados basicamente para viabilização do Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/SUDEMA.

### **2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Celso Lisboa de Lacerda.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 14 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃ<br>O (B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZAD<br>A EM 2010 | PERCENTU<br>AL DA<br>META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|-------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------------|---------------------------------|--------------------------|---|---|
| 21            | 122               | A                         | 3                     | 0                           | 0                               | 0                        | 0   | 0   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 15 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009  | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO |        | EMPENHO LIQUIDADO |           | VALOR PAGO |           |
|----------|----------------------|-----------------|--------|-------------------|-----------|------------|-----------|
|          |                      | R\$(A)          | R\$(B) | R\$(C)            | % (D=C/B) | R\$(E)     | % (F=E/B) |
| 2.378,00 | 85.620,44            |                 |        | 84.642,91         | 98,86     | 26.502,91  | 30,95     |

Fonte:Siafi

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP visa o suporte para execução dos Programas, e referem-se a pagamento de contratos e/ou despesas fixas de

natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Os recursos utilizados nesta ação atenderam necessidades pontuais, considerando que as ações finalísticas do Programa custeiam suas demandas administrativas.

Em 2009, através desta ação, juntamente com as demais dos outros Programas, foi possível a aquisição de mobiliários com vistas a melhoria das instalações de trabalho.

### **2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária Dados Gerais do Programa**

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

**Objetivos Específicos:** Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

**Gerente do programa:** César José de Oliveira.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Abdon Bandeira André

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:**

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

**Público-alvo (beneficiários):** Famílias assentadas.

### **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>2</sup>**

---

<sup>2</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **Principais Ações do Programa**

### **1.1.1.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

**Descrição:** Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

**Responsável pela ação no âmbito da UJ:**

TABELA 16 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃ<br>O (A) | SUBFUNÇÃ<br>O (B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃ<br>O (C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTU<br>AL DA<br>META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|----------------|-------------------|----------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|--|---|
| 21             | 631               | A                          | 3                     | Família                        | 760                             | 1852                     | 1845                                       | 251,57  |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 17 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009      | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO |        | EMPENHO LIQUIDADO |        | VALOR PAGO |        |           |
|--------------|----------------------|-----------------|--------|-------------------|--------|------------|--------|-----------|
|              |                      | R\$(A)          | R\$(B) | R\$(C)            | R\$(E) | % (F=E/B)  | R\$(E) | % (F=E/B) |
| 4.178.168,00 | 3.311.473,55         | 3.311.473,55    | 100    | 19.200,00         | 0,58   | 19.200,00  | 0,58   |           |

Fonte: SIAFI

#### **Antecedentes**

A partir do Acórdão 2633/2007, importa registrar que a execução desta ação sofreu solução de continuidade, referente aos contratos de 2007, só retornando à normalidade em

meados de setembro de 2008, após diligencias da Superintendência no sentido de atender as exigências ao referido Acórdão. Em função desse fato, as contratações referentes ao exercício de 2008 foram bem reduzidas, o que acumulou o passivo de execução para 2009.

O valor referencial é de até R\$ 5.500,00/fam, podendo ou não, ser utilizado para um só benefício a seguir: infraestrutura de abastecimento de água, acesso ao projeto de assentamento (abertura ou recuperação de estradas, pontes, passagem molhada,etc) e eletrificação rural, incluídos custos para elaboração dos projetos básicos executivos.

As demandas por eletrificação rural são atendidas através do Programa Luz para Todos, do Governo Federal, executadas pelo Estado, e alguns casos pontuais por esta Superintendência, como ocorreu neste exercício.

Quanto ao acesso aos projetos de assentamento, estas são viabilizadas sempre que demandadas pelos trabalhadores. Normalmente o que é feito é a recuperação das vias de acesso.

As atividades para abastecimento de água ocupam 90% das demandas nos projetos de assentamento.

Trata-se de ação bastante demandada pelos trabalhadores rurais, as quais estão sendo atendidas na medida em que são cumpridos os critérios para execução dos serviços, e em especial, para os projetos criados a partir de 2008, que exigem expedição da Licença de Instalação e Operação-LIO para inicio de quaisquer atividades de implantação de infraestrutura.

TABELA 18 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

| ATIVIDADES              | UNID | INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES |             | INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009 |             | TOTAL     |             |
|-------------------------|------|------------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|-----------|-------------|
|                         |      | CONCLUÍDA                          | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDA                      | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDA | EM EXECUÇÃO |
| Recuperação de estradas | Fam  | 320                                | 0           | 0                              | 179         | 320       | 179         |
|                         | km   | 3                                  | 0           | 0                              | 32          | 3         | 32          |
| Abastecimento de água   | Fam  | 1470                               | 0           | 0                              | 1530        | 1470      | 1530        |
| Outras obras            | Fam  | 62                                 | 62          | 60                             | 136         | 122       | 136         |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta física executada é a constante da Tabela denominada “Detalhamento da meta física” “Total” concluídas, e refere-se a obras e serviços de infraestrutura para benefício de 1.852 famílias iniciadas em exercícios anteriores (recursos inscritos em Restos a Pagar), recebidas em 2009, considerando que o marco legal estabelecido para a contabilização das

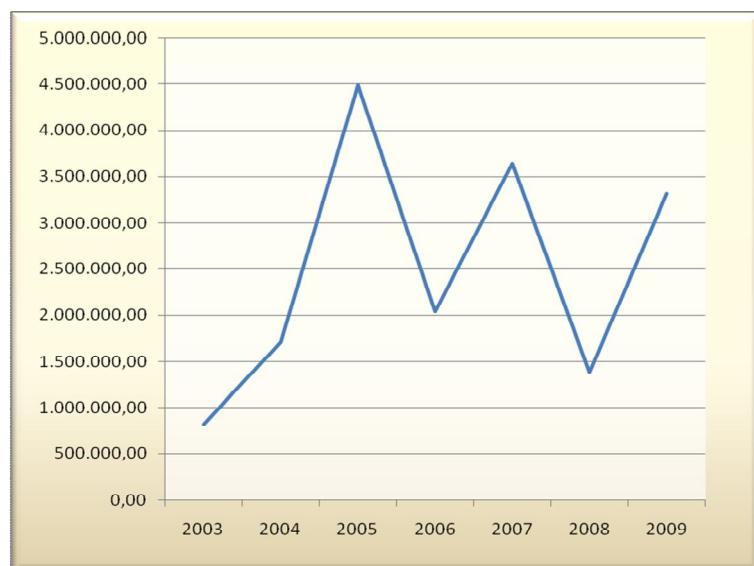
famílias como efetivamente atendidas, se dá por ocasião do recebimento dos serviços, por parte do engenheiro do INCRA e da emissão do Termo de Recebimento.

Já os dados constantes da coluna “Iniciadas em 2009” em execução, trata das obras e serviços de infraestrutura para 1.845 famílias contratados no final do exercício, e que estão na fase de execução, a serem entregues em 2010. Esta é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal, sendo que várias obras iniciam-se em um ano e só vão terminar no ano seguinte.

A diferença entre o custo médio previsto, Tabela “Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ” R\$ 5.498,00 e o custo realizado de R\$ 1.794,00, exercício 2009, é em decorrência de que no custo previsto constam diferentes tipos de obras, tais como estradas, sistemas de abastecimento de água, sistemas elétricos, etc., as quais possuem custos completamente diferenciados. E como pode se verificar, o benefício mais demandado na Paraíba é por abastecimento de água, de tal forma que os recursos recebidos atenderam maior número de famílias.

Em 2009, em função da reduzida capacidade do setor, optou-se pela contratação massiva de serviços de elaboração de projetos básicos executivos para abastecimento de água, construção de estradas e recuperação de açudes. Os projetos básicos encontram-se em execução. É intenção desta Superintendência as contratações de todas as obras no início de 2010, de forma que as execuções ocorram dentro do próprio exercício, o que poderá diminuir consideravelmente a inscrição dos recursos em restos a pagar.

FIGURA 3 – GÁFICOS DE EMPENHOS EM INFRAESTRUTURA BÁSICA



Os resultados alcançados nas atividades de infra-estrutura foram considerados satisfatórios, destacando que dos recursos empenhados em 2009, R\$ 3.311.473,55, R\$ 2.304.848,84 foram destinados aos Territórios de Cidadania, algo em torno de 70%.

### **2.3.2.2 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

**Descrição:** a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Ricardo França.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 19 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| <b>FUNÇÃO<br/>(A)</b> | <b>SUBFUNÇÃO<br/>(B)</b> | <b>TIPO<br/>DA<br/>AÇÃO<br/>(C)</b> | <b>PRIOR<br/>IDADE<br/>(D)</b> | <b>UNIDADE<br/>DE<br/>MEDIDA<br/>(E)</b> | <b>META<br/>PREVISTA<br/>PO 2009 (F)</b> | <b>META<br/>REALIZADA<br/>(G)</b> | <b>META 2009<br/>A SER<br/>REALIZADA<br/>EM 2010</b> | <b>PERCENTUAL<br/>DA META<br/>REALIZADA<br/>(I = G/F)</b> |
|-----------------------|--------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|--|--|-----------------------------------|--|---|
| 21                    | 631                      | A                                   | 3                              | Família                                  | 187                                      | 597                               | 208  | 319,25  |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 20 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| <b>PO 2009</b>   | <b>PROVISÃO<br/>RECEBIDA</b> | <b>EMPENHO EMITIDO</b> |                  | <b>EMPENHO LIQUIDADO</b> |                  | <b>VALOR PAGO</b> |                      |
|------------------|------------------------------|------------------------|------------------|--------------------------|------------------|-------------------|----------------------|
| <b>R\$(A)</b>    | <b>R\$(B)</b>                | <b>R\$(C)</b>          | <b>% (D=C/B)</b> | <b>R\$(E)</b>            | <b>% (F=E/B)</b> | <b>R\$ (G)</b>    | <b>%<br/>(H=G/B)</b> |
| <b>74.607,00</b> | <b>39.870,20</b>             | <b>39.870,20</b>       | <b>100</b>       | <b>35.000,00</b>         | <b>87,78</b>     | <b>35.000,00</b>  | <b>87,78</b>         |

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende a critérios e a valores fixados através da NE/INCRA/76/2008, publicado no DOU 165 em 27 de agosto de 2008.

São diretrizes básicas da ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol, propiciar o aumento de renda dos Projetos de Assentamentos da reforma agrária, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais, com ênfase na Agroecologia.

Deverão ser beneficiados projetos de assentamento implantados ou reconhecidos pelo INCRA, em fase de estruturação ou de consolidação, sendo condição obrigatória, aplicação de recursos na forma de projetos coletivos, em atividade de:

1. - Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias;
2. - Inserção mercadológica e valorização da produção dos assentamentos;
3. -Atividades pluriativas, como Turismo Rural, Restaurantes Rurais, Artesanatos;
4. - Fomento à agroecologia.

#### **Detalhamento da Meta Física**

TABELA 21 – DETALHAMENTO DA META FÍSICA

| Atividades   | Unid         | Iniciadas em exercícios anteriores |             | Iniciadas no exercício de 2009 |             | Total      |             |
|--|--------------|------------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|------------|-------------|
|  |              | Concluídas                         | Em execução | Concluídas                     | Em execução | Concluídas | Em execução |
| Projeto de Fomento à Agroindústria e Comercialização | Fam          | 597                                | 0           | 0                              | 208         | 597        | 208         |
|  | PA           | 40                                 | 0           | 0                              | 18          | 40         | 18          |
|  | Proj contrat | 6                                  | 0           | 0                              | 1           | 6          | 1           |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

#### **Principais resultados**

A meta física considerada é a constante da Tabela denominada “Detalhamento da meta física” “Total” concluídas, que resultou na estruturação de cadeia apícola e de produção para 597 famílias, executada em 2009, referente à aplicação de recursos inscritos em Restos a Pagar. Quanto aos dados constantes da coluna “Iniciadas em 2009”, em execução, são relativos a serviços e à aquisição de material permanente, para estruturação de cadeia apícola para 208 famílias, estando no final do exercício pendente da entrega do material permanente para implantação completa do projeto aprovado.

Como outras ações já descritas, o marco legal estabelecido para a contabilização das

famílias como efetivamente atendidas, se dá por ocasião do recebimento completo dos serviços/obras ou de aquisição de material permanente, através da emissão do Termo de Recebimento pelos técnicos responsáveis.

Por se tratar de atividades não agrícolas, torna-se mais uma alternativa estruturante do ponto de vista da sustentabilidade dos projetos de assentamento e que vem obtendo excelentes resultados no Estado da Paraíba.

As atividades apícolas foram fomentadas na região do Curimataú e Semi-Árido paraibano, regiões que se caracterizam por apresentar baixo índice pluviométrico, e, portanto, áreas com muitas restrições para produção agrícola, passando, assim, a apicultura a ser principal atividade de renda. A produção agrícola fica comprometida durante praticamente nove meses do ano, que corresponde ao período de estiagem. Além do mercado local, as famílias vendem parte da produção à CONAB.

Outro ponto positivo é a questão ambiental, pois juntamente com as ações de produção, estão associadas o plantio de espécies com potencial melífero, inclusive com viveiros florestais em assentamento implantado com essa finalidade.

Quanto às atividade dos grupos de produção, referem-se à estruturação dos grupos de produção de mulheres que residem em Projetos de Assentamentos, da região litorânea, inseridos nos Territórios da Cidadania. Visou à atuação em duas unidades de processamento de doces e salgados, criando espaço para fortalecimento do Grupo de Produção Rural Comunitário de manipulação, processamento e comercialização. Este fato, além de resultar em aumento de renda para as famílias envolvidas, coloca a mulher no cenário produtivo como protagonista de geração de renda, contribuindo para ampliar o debate gênero/geração nos Projetos de Assentamento.

As atividades da Feira do Produtor, na Região de João Pessoa, focaram para o apoio às famílias de Projetos de Assentamento inseridos no Território da Cidadania. Teve como resultado a melhoria na infra-estrutura da feira, proporcionando melhores condições de atendimento ao público consumidor, e uma maior organização e higienização do local, o que contribuiu para manutenção da clientela, estimada em cerca de 2000 pessoas por final de semana. O investimento impactou positivamente na qualidade de vida das famílias assentadas. Houve aumento da produção, com estimativa atual de venda de aproximadamente 40 toneladas de produtos por final de semana, e algumas famílias estimam um lucro livre em torno de três salários mínimos; outras estimam lucros superiores.

TABELA 22 - PROJETOS EXECUTADOS 2008-2009

| Nº DE ORDEM  | TIPO DE PROJETO APROVADO | PA'S BENEFICIADOS | MUNICÍPIO(S) | TERRITÓRIO DA CIDADANIA | FAM        |
|--------------|--------------------------|-------------------|--------------|-------------------------|------------|
| 1            | CADEIA APÍCOLA           | 41                | 17           | 3                       | 507        |
| 2            | FEIRA DO PRODUTOR        | 14                | 6            | 2                       | 152        |
| 3            | ESTRUTURA GRUPO PRODUÇÃO | 2                 | 2            | 2                       | 95         |
| 4            | ESTRUTURA GRUPO PRODUÇÃO | 1                 | 1            | 0                       | 51         |
| <b>TOTAL</b> |                          | <b>58</b>         | <b>26</b>    | <b>7</b>                | <b>805</b> |

Apesar de promissor, o Programa Terra Sol, enfrentou muitas dificuldades no ano de 2009, no que se refere à capacidade operacional (apenas um servidor) responsável pela gestão da ação, bem como para operacionalização dos trâmites legais e burocráticos referentes aos processos de licitação. As dificuldades resultaram, inclusive, na inviabilização de um investimento de aproximadamente R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

No final do exercício de 2009, a continuidade da ação foi delegada ao Setor de Assessoria Técnica , Social e Ambiental.

**1.1.1.1 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento**

**Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

**Descrição:** a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Ricardo França.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 23 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZAD<br>A (G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------|--|---|
| 21            | 631              | A                         | 3                     | Documento expedido             | 0                               | 309                       | 0  | 0   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 24 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009 | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHOS EMITIDOS |        | EMPENHOS LIQUIDADOS |           | VALOR PAGO |           |
|---------|----------------------|-------------------|--------|---------------------|-----------|------------|-----------|
|         |                      | R\$(A)            | R\$(B) | R\$(C)              | % (D=C/B) | R\$(E)     | % (F=E/B) |
| 0       | 18.700,00            | 18.693,45         | 99,96  | 18.542,55           | 99,16     | 18.542,55  | 99,16     |

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende critérios e valores fixados através da IN/INCRA/Nº 30, de 24 de fevereiro de 2006, publicado no DOU em 06.03.2006.

A transferência do domínio em caráter definitivo, dos imóveis rurais originários de projetos de assentamento, para beneficiários da reforma agrária exige o cumprimento de

algumas fases, quais sejam: Verificar se a matrícula do imóvel já se encontra em nome da União, ou seja, se já ocorreu a transcrição da área em nome do INCRA e respectivo cadastramento do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR; planta e memorial descritivo do imóvel georreferenciado, com o parcelamento, se for o caso; registro da planta e respectivo memorial descritivo do PA criado e das parcelas no Cartório de Registro de Imóveis competente; averbação pelo INCRA da Reserva Legal – RL, quando comunitária; definição dos valores básicos a serem considerados para alienação do imóvel; verificação do cumprimento dos direitos e deveres dos futuros titulados (vistorias “in-loco”).

Destas preliminares, é fundamental destacar que até dezembro de 2009, apenas 25,63% (61 imóveis) dos 238 **possuíam matrícula do imóvel em nome do Incra**. Os demais necessitam de atualização de dados cartoriais e/ou resolução de pendências judiciais relacionadas ao registro imobiliário.

Quanto ao último item, entende-se como direito do assentado, a implantação de todas as ações de créditos instalação, infra-estrutura básica e de serviços e a regularização ambiental, necessários para seu desenvolvimento sustentável. Entende-se como dever, o cumprimento, por parte do assentado, das obrigações iniciais constantes do Contrato de Concessão de Uso - CCU.

É necessário destacar, ainda, que o título definitivo contém cláusulas resolutivas, só liberadas após 10 (dez) anos, desde que, dentre outros critérios, estejam quitadas as prestações anuais relativas a alienação do imóvel.

Somam 22 (vinte e dois) os projetos de assentamento consolidados até dezembro de 2009, com 1.387 (mil trezentos e oitenta e sete) assentadas. Destas, tituladas um total de 1.249 (mil duzentos e quarenta e nove) famílias. Do total de famílias tituladas, 780 (setecentos e oitenta) receberam o título até 2002 e 469 (quatrocentos e sessenta e nove) tiveram os processos de titulação iniciados em 2006 e concluídos em 2008.

Convém esclarecer que as atividades inerentes ao cumprimento desta ação são basicamente de campo, por tratar-se de discussão com a comunidade, vistorias “*in loco*”, parcela por parcela (que devem ser supervisionadas uma vez ao ano), destinação de bens comunitários, levantamento de documentação, etc, o que demanda tempo e recurso.

Já as ações de transferência do domínio em caráter provisório são firmadas mediante Contrato de Concessão de Uso – CCU, sendo, portanto, o documento básico dos compromissos assumidos entre o INCRA e as famílias, garantindo-lhes os benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, bem como exigência para quaisquer obrigações de ambas as partes.

## **Principais Resultados**

As propostas desta Superintendência para 2009 indicavam atendimento de 934 famílias, no valor de R\$ 17.859,00, que como pode se verificar na Tabela Execução Física e Execução Orçamentária/financeira, sofreu corte de 100% após o contingenciamento estabelecido pelo Decreto 6808/09, permanecendo, a ação, paralisada até novembro, quando ocorreu a primeira descentralização de recursos.

Assim, esta ação foi parcialmente executada, com a coleta de assinaturas dos Contratos de Concessão de Uso – CCU referente a 309 (trezentos e nove) famílias em 11 (onze) PA's.

## **Principais dificuldades**

A capacidade operacional para o cumprimento das atividades do Setor de Titulação, até meados de outubro de 2008, resumia-se a 01 (um) servidor. Esse problema foi minimizado com a readequação de servidores de outros setores, contando no final de 2009 com 03 (três) servidores para realização das vistorias necessárias e das demais atividades. Contudo, essa insuficiência de recursos humanos é uma questão, ainda, a ser sanada.

## **2.3.2.4 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias**

### **Assentadas**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Operações Especiais.

**Finalidade:** Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

**Descrição:** Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 25 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>A EM 2010<br>(H = G/F) | PERCENTU<br>AL DA<br>META<br>REALIZADA<br>(H = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|---|---|
| 21            | 631              | OP                        | 3                     | Família                        | 769                             | 2.214*                   | 0   | 287,90  |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

\* Uma mesma família pode ter sido beneficiada com mais de um crédito

TABELA 26 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009      | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO |              | EMPENHO LIQUIDADO |           | VALOR PAGO    |           |
|--------------|----------------------|-----------------|--------------|-------------------|-----------|---------------|-----------|
| R\$(A)       | R\$(B)               | R\$(C)          | %<br>(D=C/B) | R\$(E)            | % (F=E/B) | R\$ (F)       | % (G=F/B) |
| 8.691.266,00 | 12.669.900,00        | 12.669.900,00   | 100          | 12.654.900,00     | 99,88     | 12.654.900,00 | 99,88     |

Fonte: Siafi

O cumprimento desta ação quanto aos valores e critérios está fixado através da IN/INCRA/ N° 54, de 22 de julho de 2009, publicado no DOU em 27/2009.

TABELA 27 - VALORES REFERENCIAIS 2009

| MODALIDADE                           | VALOR     |
|--------------------------------------|-----------|
| Apoio Inicial                        | 3.200,00  |
| Aquisição de Materiais de Construção | 15.000,00 |
| Fomento                              | 3.200,00  |
| Semi-árido                           | 2.000,00  |
| Aquisição de Materiais/ Recuperação  | 5.000,00  |

### **Antecedentes:**

A partir do Acórdão 2633/2007, importa registrar que a execução desta ação sofreu solução de continuidade com relação aos contratos de 2007, só retornando a normalidade em meados de 2008, após diligencias da Superintendência no sentido de atender as determinações do referido Acórdão. Em função disso, as contratações referente ao exercício de 2008 foram reduzidas, o que avolumou a demanda para 2009.

Trata-se de uma das ações de maior alcance social e de volumes de recursos geridos pela Superintendência. Desde 2004, esta ação teve incrementos orçamentários significativos a cada exercício, com o aumento das modalidades de créditos. Este fato tem possibilitado o atendimento gradativo das demandas acumuladas bem como atende as expectativas das famílias, através das novas modalidades implantadas. Neste ritmo, considerando que os créditos se aplicam uma única vez, a tendência é a diminuição das metas e do volume de recursos na medida em que as demandas vão sendo atendidas.

### **FUNCIONOGRAMA PARA PLICAÇÃO DOS CRÉDITOS**

- 1 – Criação da associação do Projeto de Assentamento, conforme instrumentos normativos;
- 2 – Eleição e posse da diretoria da associação e/ou eleição de 02(dois) representantes por comunidade para compor comissão objetivando o acompanhamento e aplicação dos créditos, em conjunto com a comissão do INCRA (campo). Entregue cópia da

Portaria de criação do Projeto de Assentamento e Norma de Execução que regem a aplicação de créditos à associação;

3 – Formalização do processo administrativo do projeto de assentamento (Superintendência);

4 – Abertura de Conta Bancária específica no Banco do Brasil S/A (bloqueada) para operacionalização dos créditos (Superintendência);

5 – Empenho e Pagamento dos recursos em nome da Associação (Superintendência);

6 – No caso de necessidade de aplicação de créditos de material de construção para recuperação de casas, preliminarmente é efetuado um Laudo Técnico da situação (campo);

7 – A Comissão responsável faz reunião com a comunidade para disseminação de informações referentes à forma de aplicação dos recursos. É entregue a planilha com lista de materiais básicos necessários para execução dos serviços em pauta, com valores referenciais para pesquisa de preço, cuja atividade é executada em conjunto com a comunidade, participação da comissão do INCRA e de fornecedores interessados (campo);

8 – Abertura de proposta de pesquisa de preço e contratação da empresa vencedora. Coleta de assinaturas dos contratos de concessão de créditos pela comissão (campo);

9 – Inicia-se a fiscalização da entrega dos materiais, acompanhamento e supervisão dos serviços pela comissão do INCRA, que atestam as Notas Fiscais e de Serviço em conjunto com os representantes da comunidade e as encaminham através de Ofício ao Banco para o devido pagamento(campo);

10- O acompanhamento é contínuo até que os serviços sejam concluídos e os recursos efetivamente aplicados, anexando-se a prestação de contas ao Processo (campo).

A comissão citada no item 7, é composta por no mínimo 02 (dois) servidores, nomeada por ato do Senhor Superintendente, que também orienta e informa os beneficiários sobre a forma de operacionalização e comprovação junto ao INCRA.

TABELA 28 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

| ATIVIDADES                         | UNID | INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES |               | INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009 |               | TOTAL |               |
|------------------------------------|------|------------------------------------|---------------|--------------------------------|---------------|-------|---------------|
|                                    |      | PAGOS                              | A SEREM PAGOS | PAGOS                          | A SEREM PAGOS | PAGOS | A SEREM PAGOS |
| Apoio Inicial                      | Fam  | 175                                | 12            | 223                            | 0             | 398   | 12            |
|                                    | PA   | 8                                  | 2             | 16                             | 16            | 24    | 2             |
| Aquisição de Mat. de Construção    | Fam  | 221                                | 29            | 216                            | 0             | 437   | 29            |
|                                    | PA   | 18                                 | 2             | 14                             | 0             | 32    | 2             |
| Fomento                            | Fam  | 153                                | 79            | 77                             | 0             | 230   | 79            |
|                                    | PA   | 11                                 | 8             | 5                              | 0             | 16    | 8             |
| Semi-Árido                         | Fam  | 363                                | 92            | 171                            | 0             | 534   | 92            |
|                                    | PA   | 28                                 | 8             | 10                             | 0             | 38    | 8             |
| Aquisição de Mat. para Recuperação | Fam  | 142                                | 43            | 473                            | 0             | 615   | 43            |
|                                    | PA   | 23                                 | 7             | 15                             | 0             | 38    | 7             |
| Complementações de Créditos        | Fam  | 529                                | 234           | 1786                           | 24            | 2315  | 258           |
|                                    | PA   | 23                                 | 18            | 62                             | 5             | 80    | 10            |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

As propostas desta Superintendência para 2009, à época do ajuste estratégico, indicavam atendimento de 1.799 famílias, no valor de R\$ 5.988.500,00, considerando as limitações do Acórdão 2.633/07, a capacidade operacional, demanda passível de cumprimento em função dos critérios normativos e as dificuldades de praxe da insuficiência de recursos para acompanhamento e fiscalização.

A meta física executada é a constante da Tabela denominada “Detalhamento da meta física” “Total” pagos, resultante da soma dos cinco tipos de créditos (não computadas as complementações) para famílias cujos recursos foram depositados nas contas das respectivas associações.

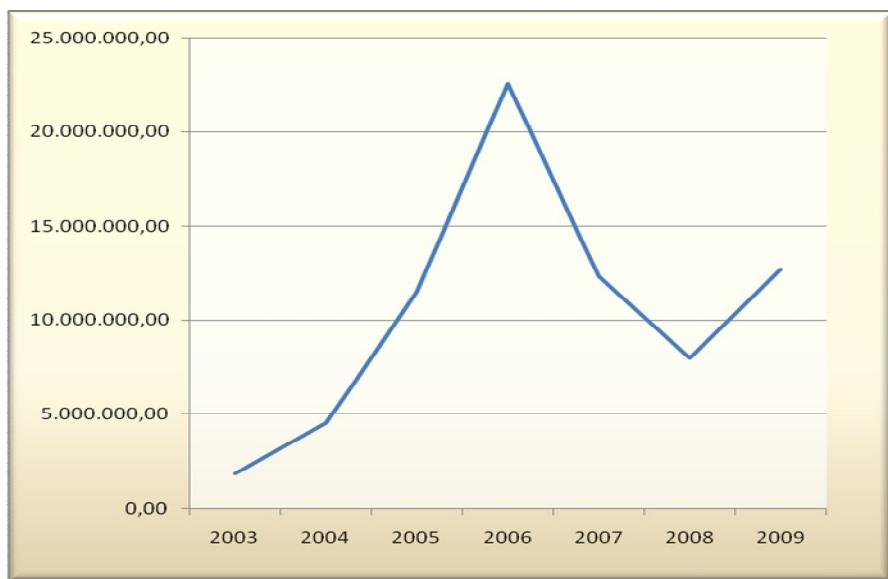
O percentual de 287,88% de alcance da meta é justificável considerando que uma mesma família pode ser beneficiada com mais de 1 (um) tipo de crédito. Além disso, conforme já descrito, a demanda para 2009 avolumou-se em função da descontinuidade parcial ocorrida em 2008.

Quanto aos resultados dos créditos efetivamente aplicados, após cumprimento das etapas descritas no funcionograma acima, foram:

TABELA 29 – MODALIDADES DE CRÉDITO

| MODALIDADE   | FAMÍLIAS    |
|--|-------------|
| Apoio Inicial  | 270         |
| Aquisição de Materiais de Construção(Casas construídas)            | 396         |
| Fomento  | 475         |
| Semi-árido   | 563         |
| Aquisição de Materiais/ Recuperação (casas reformadas/recuperadas) | 831         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>2535</b> |

FIGURA 4 – GRÁFICO RECURSOS EMPENHADOS



### Principais problemas:

Insuficiência de recursos, e em tempo hábil, da ação 2272-Gestão e Administração do Programa - GAP, ocasionando muita dificuldade no acompanhamento e fiscalização sobre a correta aplicação dos recursos, vez que o pagamento (desbloqueio da conta) aos fornecedores só pode ocorrer após a supervisão de campo, conforme determinam os dispositivos legais (vide Funcionograma);

Capacidade operacional insuficiente, considerando que até setembro de 2009, havia apenas oito técnicos disponíveis para composição das Comissões de acompanhamento e fiscalização, além das funções inerentes ao Setor. Houve dificuldade também com a insuficiência de motoristas.

A insuficiência de técnicos é uma questão ainda a ser sanada. Contudo, foi feita readequação com servidores de outras áreas, totalizando atualmente dez servidores que constituem cinco equipes com dois servidores por equipe. Aos que se dispuseram, foi providenciada autorização para condução de viaturas.

### **2.3.2.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 30 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|--|---|
| 21            | 122              | A                         | 3                     | 0                              | 0                               | 0                        | 0  | 0   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 31 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009    | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHOS EMITIDOS |           | EMPENHO LIQUIDADO |              | VALOR PAGO |              |
|------------|----------------------|-------------------|-----------|-------------------|--------------|------------|--------------|
| R\$(A)     | R\$(B)               | R\$(C)            | % (D=C/B) | R\$(E)            | %<br>(F=E/B) | R\$ (F)    | %<br>(G=F/B) |
| 160.427,00 | 404.507,54           | 404.314,60        | 99,95     | 348.240,10        | 86,09        | 348.240,10 | 86,09        |

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP visa o suporte administrativo aos Programas, e atende os contratos e/ou despesas fixas de natureza

administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender deslocamento para as convocações à Sede, deverão ocorrer na conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

TABELA 32 - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

| PLANO<br>INTERNO/ELEMEN<br>TO DE DESPESA | GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA<br>0137 | RECEBIDO          | EMPENHADO         | PAGO              |
|--|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| F 0138210540                             | SUPORTE OPERACIONAL                        |                   |                   |                   |
| 33901400                                 | Diárias                                    | 773,11            | 744,46            | 744,46            |
| J 0137227240                             | SUPORTE OPERACIONAL                        |                   |                   |                   |
| 33901400                                 | Diárias                                    | 1.300,00          | 1.135,71          | 1.135,71          |
|  | SUB-TOTAL                                  | 1.300,00          | 1.135,71          | 1.135,71          |
| A 0137227240                             | SUPORTE OPERACIONAL                        |                   |                   |                   |
| 44905200                                 | Aquisição Material Permanente              | 29.948,00         | 29.948,00         | 0,00              |
| 44905242                                 | Mobiliário em Geral                        | 0,00              | 0,00              | 0,00              |
|  | SUB-TOTAL                                  | 29.948,00         | 29.948,00         | 0,00              |
| D 137227240                              | SUPORTE OPERACIONAL                        |                   |                   |                   |
| 33901400                                 | Diárias                                    | 183.156,20        | 183.156,20        | 183.156,20        |
| 33903000                                 | Material de Consumo                        | 117.281,31        | 117.281,31        | 98.593,36         |
| 33903001                                 | Aquisição de Combustível                   |                   | 0,00              | 59.829,36         |
| 33903039                                 | Materiais p/Conserv. Veículos              |                   |                   | 38.764,00         |
| 33903300                                 | Despesas com Deslocamentos                 | 49.454,12         | 49.454,12         | 42.297,83         |
| 33903301                                 | Passagens para o País                      |                   |                   | 3.578,32          |
| 33903303                                 | Locação de Viaturas                        |                   |                   | 38.719,51         |
| 33903900                                 | Serviço Terceiros.Pessoa Jurídica          | 8.357,80          | 8.357,80          | 8.357,80          |
| 33903919                                 | Manut.Conserv. Veículos                    |                   |                   | 8.357,80          |
| 33909200                                 | Despesas de Exercício anterior             | 4.000,00          | 4.000,00          | 4.000,00          |
| 33913900                                 | Outros Serviços OP-Intra Orçamentário      | 10.237,00         | 10.237,00         | 9.954,74          |
| 33913947                                 | Serviços de Comunicação em Geral           |                   |                   | 9.954,74          |
|  | SUB-TOTAL                                  | 372.486,43        | 372.486,43        | 346.359,93        |
|  | <b>TOTAL DA AÇÃO</b>                       | <b>404.507,54</b> | <b>404.314,60</b> | <b>348.240,10</b> |

Fonte: SIAFI

Preliminarmente, cabe observar que a primeira linha da tabela acima, refere-se a recursos de outra ação, porém descentralizada equivocadamente no PTRES da ação analisada a seguir.

## **Principais Problemas:**

A Tabela acima denominada “Detalhamento da execução orçamentária/financeira”, demonstra a execução de despesas administrativas necessárias para viabilização das metas das Ações denominadas Concessão de Crédito Instalação, Implantação e Recuperação de Infra-estrutura básica em Projetos de Assentamento, Fomento à Agroindustrialização e Comercialização-Terra Sol, que como já descrito nas respectivas páginas, exigiram deslocamento permanente ora para identificação/contratação de novas demandas (2009) ora para acompanhamento, aplicação e fiscalização dos créditos liquidados e da medição das obras contratadas (de outros exercícios).

Em geral, os recursos não são descentralizados na sua totalidade, e em 2009, agravado com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09, obrigou os gestores a, mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, em função das despesas contratuais pendentes e imprescindíveis para concretização das metas, quando o ideal seria que no inicio de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços. O acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009 também impactou negativamente na execução das ações.

Este fato, inclusive causou um dilema administrativo, entre compor as equipes com motoristas ou somente com técnicos devidamente autorizados, já que os primeiros não têm a função para aplicação/fiscalização/supervisão dessas metas institucionais. Emergencialmente, optou-se pela manutenção das atividades somente com técnicos.

Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais ou outros servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Importa registrar que a cada exercício os recursos recebidos para o custeio administrativo decresceram desproporcionalmente às demandas criadas.

### **2.3.3 Programa 1350 – Educação no Campo**

#### **Dados Gerais do Programa**

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

**Objetivos Específicos:** Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Abdon Bandeira André

**Indicadores ou parâmetros utilizados:** Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

**Público-alvo (beneficiários):** Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

#### **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>3</sup>**

---

<sup>3</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **Principais Ações do Programa**

### **2.3.3.1. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

**Descrição:** Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Clarice Aparecida dos Santos.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 33 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃ<br>O (B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZAD<br>A EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(H = G/F) |
|---------------|-------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|---|---|
| 21            | 363               | A                         | 3                     | Prof.<br>formado               | 72                              | 40                       | 17  | 55,55   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 34 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009    | PROVISÃO RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO |           | EMPENHO LIQUIDADO |           | VALOR PAGO |           |
|------------|-------------------|-----------------|-----------|-------------------|-----------|------------|-----------|
| R\$(A)     | R\$(B)            | R\$(C)          | % (D=C/B) | R\$(E)            | % (F=E/B) | R\$(F)     | % (G=F/B) |
| 313.885,00 | 161.610,86        | 161.610,86      | 100       | 161.610,86        | 100       | 161.610,86 | 100       |

Fonte: SIAFI

**Antecedentes:**

A meta da presente ação é resultado parcial de Convênio plurianual firmado em 2008, com a Cooperativa-escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa Ltda-EAFS para o Curso Técnico Integrado em Agropecuária e Curso Técnico em Agroindústria **Concomitante** com o Ensino Médio para Assentados da Reforma Agrária, cuja oferta inicial indicava a formação de 50 alunos de assentamentos de reforma agrária dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

TABELA 35 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA:

| EXERCÍCIO    | META INICIAL | DESISTENTES | REPROVADOS | CONCLUINTE | SALDO PRÓXIMO EXERCÍCIO |
|--------------|--------------|-------------|------------|------------|-------------------------|
|              | ALUNOS       | ALUNOS      | ALUNOS     | ALUNOS     | ALUNOS                  |
| 2008         | 50           | 5           | 5          | 0          | 40                      |
| 2009         | 40           | 10          | 2          | 11         | 17                      |
| 2010         | 17           |             |            |            |                         |
| <b>TOTAL</b> | <b>90</b>    | <b>15</b>   | <b>7</b>   | <b>11</b>  | <b>57</b>               |

Fonte: Pronera

**Principais resultados:**

A tabela acima denominada “Detalhamento da meta física” demonstra as situações a serem compreendidas, preliminarmente, à análise sobre a execução da meta, seja do ponto de vista orçamentário e/ou de efetividade. O pacto inicial em 2008 (recursos empenhados) tratava sobre a formação de cinquenta alunos. Durante a execução dessa primeira etapa ocorreu a desistência de cinco e a reprovação de outros cinco alunos, (recursos foram utilizados), restando quarenta para inicio em 2009.

O aditivo ao convênio, alterou a meta para essa realidade (recursos empenhados). Durante a execução da segunda etapa ao final de 2009, identificou-se que dos 40, dez desistiram, dois reprovaram e onze concluíram, (recursos foram utilizados), restando assim, 17 alunos habilitados para a continuidade do curso, terceira etapa, exercício 2010.

Nas prestações de contas é procedida a readequação da planilha de custos, memória de cálculos, bem como devolvidos saldos proporcionais quando devido, no caso de desistentes.

Desta forma, considera-se que a meta pactuada foi executada, porém não com a efetividade almejada, embora as desistências/evasões, motivadas por diversos fatores, estranhos ao controle e esforço da equipe pedagógica e da coordenação, seja considerada normal para os padrões regionais.

O acompanhamento e supervisão do Convênio cumprem os seguintes critérios:

1. Visitas realizadas *in loco*;
2. Aplicação de formulário de avaliação do curso/etapa pelos próprios alunos;
3. Fiscalização das contratações junto aos fornecedores;
4. Relatório de atividades, contendo a avaliação da execução das etapas, tabulação dos formulários de avaliação do curso pelos alunos, checagem da relação nominal dos educandos entrevistados;
5. Análise formal da prestação de contas pelo setor de convênios.

É de extrema importância a inserção da escola nas áreas de assentamento e vice-versa, através da participação de professores e alunos assentados em visitas técnicas e de intercâmbio. Com a implantação de campos experimentais que aos poucos se delineiam os educandos têm a chance de captar/vivenciar a realidade dos assentamentos da reforma agrária e da EAES, o que propicia uma particular troca de saberes entre o popular e o científico. Como resultado, tais profissionais certamente formularão novos conceitos e atitudes com relação às políticas públicas educacionais mais eficazes que possibilitem um desenvolvimento mais harmônico, sustentável e ecologicamente correto, valorizando a agricultura familiar e dando condições para permanência do homem no campo

Constatou-se ainda que através desta parceria e com recursos relativamente pequenos, obteve-se uma extraordinária relação custo/benefício, uma vez que a conveniente já dispunha de ótima estrutura física e de um corpo docente altamente qualificado e sensibilizado com as questões da Reforma Agrária. O resultado é uma excelente formação dos alunos beneficiários, com resposta favorável para o desenvolvimento sustentável das áreas de assentamento e da agricultura familiar. Os alunos aumentam, através da qualificação profissional, suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e ao retornarem para suas comunidade, promovem mudanças qualitativas.

Além do convênio executado orçamentariamente por esta Superintendência, existem dois cursos superiores de Licenciatura: em História, no valor de R\$ 253.348,43 e Pedagogia no valor de R\$ 206.592,13, em parceria com o Incra/Sede e a Universidade Federal da Paraíba, através de Destaque Orçamentário, porém, acompanhado por esta Superintendência Regional, conforme Tabelas a seguir. A execução e acompanhamento seguem a mesma lógica do convênio anteriormente comentado.

TABELA 36 - HISTÓRIA

| EXERCÍCIO    | META INICIAL | DESISTENTES | REPROVADOS | CONCLUINTES | SALDO PROX EXERCÍCIO |
|--------------|--------------|-------------|------------|-------------|----------------------|
|              | ALUNOS       | ALUNOS      | ALUNOS     | ALUNOS      | ALUNOS               |
| 2008         | 60           | 3           | 0          | 0           | 57                   |
| 2009         | 57           | 6           | 0          | 0           | 51                   |
| 2010         | 51           |             |            |             |                      |
| <b>TOTAL</b> | <b>168</b>   | <b>9</b>    | <b>0</b>   | <b>0</b>    | <b>108</b>           |

TABELA 37 - PEDAGOGIA

| EXERCÍCIO    | META INICIAL | DESISTENTES | REPROVADOS | CONCLUINTES | SALDO PROX EXERCÍCIO |
|--------------|--------------|-------------|------------|-------------|----------------------|
|              | ALUNOS       | ALUNOS      | ALUNOS     | ALUNOS      | ALUNOS               |
| 2008         | 59           | 1           | 0          | 0           | 58                   |
| 2009         | 51           | 3           | 0          | 0           | 48                   |
| 2010         | 48           |             |            |             |                      |
| <b>TOTAL</b> | <b>158</b>   | <b>11</b>   | <b>0</b>   | <b>0</b>    | <b>106</b>           |

Para 2010, além de dar continuidade as ações dos convênios em execução, existe a possibilidade da inclusão do CNPQ como parceiro, que propiciará a concessão de bolsas para os coordenadores dos cursos e para oito alunos concluintes do curso técnico (estágio curricular obrigatório), parceria assegurada através da Diretoria de Desenvolvimento, em Brasília, sem custo para a SR-18.

#### Principais Problemas:

1. O atraso na liberação dos recursos pelo Governo Federal; readequação do Plano de Trabalho do exercício de 2009 pelos parceiros;
2. As desistencias/evasões;
3. Problemas técnicos no Sistema para convênios do governo federal – SICONV , que impossibilitou o credenciamento da Escola Agrotécnica Federal de Sousa e da Cooperativa dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa. A orientação foi no sentido de que os convênios antigos continuem com a

operacionalização antiga até o término de sua vigência. Para os novos contratos de acordo a Portaria Interministerial 127/2008, utilizar portal de convênios, começando pelo credenciamento da entidade e pela validação em uma unidade cadastradora.

### **2.3.3.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Clarice Aparecida dos Santos.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 38 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZAD<br>A EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(H = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|---|---|
| 21            | 122              | A                         | 3                     | 0                              | 0                               | 0                        | 0   | 0   |

TABELA 39 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009   | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHOS EMITIDOS |           | EMPENHO LIQUIDADO |           | VALOR PAGO |           |
|-----------|----------------------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|------------|-----------|
|           |                      | R\$(B)            | % (D=C/B) | R\$(E)            | % (F=E/B) | R\$ (F)    | % (G=F/B) |
| 20.000,00 | 35.084,50            | 35.084,50         | 100       | 35.084,50         | 100       | 35.084,50  | 100       |

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP, visa o suporte para execução dos Programas, referentes a contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações

diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para a concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Os recursos para gestão foram utilizados para o acompanhamento e supervisão do convênio CRT/PB00028/2008 relativo ao Curso Técnico Agrícola nível médio, bem como para os dois cursos superiores de Licenciatura em História e em Pedagogia, realizados através de Destaque Orçamentário, porém, acompanhado por esta superintendência.

Depreende-se ainda que a ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009.

A regular disponibilidade de recursos, aliada à redução da quantidade de convênios anteriormente acompanhados, permitiu aos asseguradores do Pronera, no exercício de 2009, a adequada supervisão dos três cursos acima referidos, o que se traduziu em uma melhoria para os mesmos, em decorrência de um maior contato INCRA/Instituição de Ensino/Educandos assentados.

No entender do setor os maiores avanços ocorreram a partir da realização dos cursos através de “Destaque Orçamentário”, pois evita os transtornos decorrentes da não liberação de recursos financeiros devido a problemas nas prestações de contas de parcelas, que em função disso, acarretava descontinuidade da ação.

### **2.3.4 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura**

#### **Dados Gerais do Programa**

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

**Objetivos Específicos:** Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Abdon Bandeira André

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

**Público-alvo (beneficiários):** Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

#### **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>4</sup>**

---

<sup>4</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **Principais Ações do Programa**

### **2.3.4.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

**Descrição:** Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 40 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZAD<br>A EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|---|---|
| 21            | 606              | A                         | 3                     | Família                        | 2.127                           | 8385                     | 7477  | 394,21  |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 41 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009      | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO |              | EMPENHO LIQUIDADO |              | VALOR PAGO |              |
|--------------|----------------------|-----------------|--------------|-------------------|--------------|------------|--------------|
| R\$(A)       | R\$(B)               | R\$(C)          | %<br>(D=C/B) | R\$(E)            | %<br>(F=E/B) | R\$ (F)    | %<br>(G=F/B) |
| 1.608.308,00 | 2.756.072,91         | 2.756.072,91    | 100          | 84.505,62         | 3,07         | 84.505,62  | 3,07         |

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação quanto aos valores e critérios estão fixados através da NE/INCRA/ nº 71/2008, e Manual de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES.

#### Antecedentes:

As primeiras ações da Superintendência Regional com vistas à prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, tiveram início através de convênios plurianuais, período de 2004 a 2007, firmados com seis entidades não governamentais, para atendimento a 8.628 famílias, assentadas em 149 projetos de assentamentos à época.

No transcorrer da execução das atividades do plano de trabalho das convenentes, várias dificuldades, entraves e intercorrências foram aflorados, de modo a não ser possível atingir os objetivos pactuados , quais sejam:

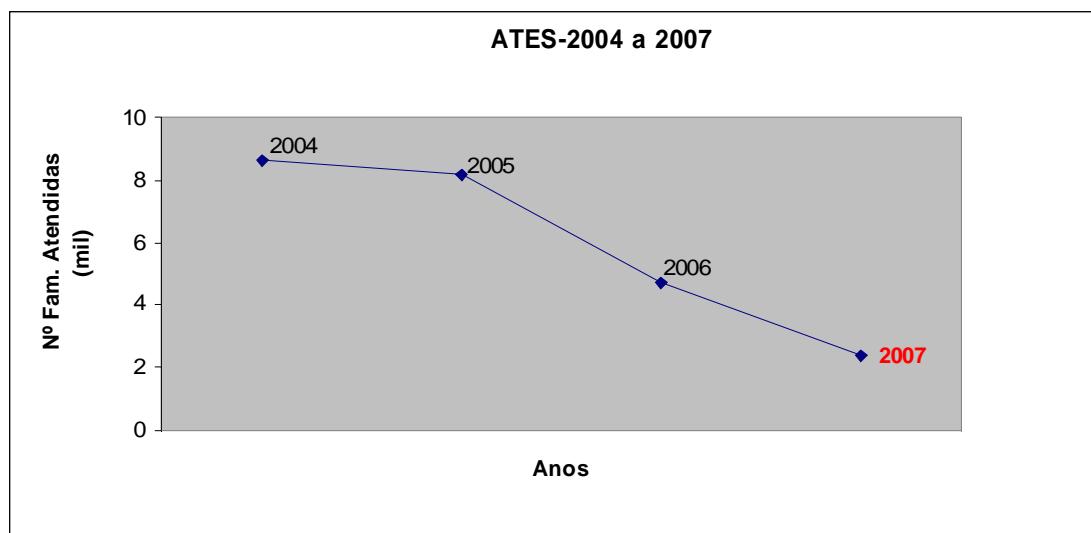
**Por parte das entidades:** incapacidade operacional; atendimento limitado aos créditos produtivos (PRONAF), secundarização do caráter social, ambiental e cultural dos serviços de ATES; falta de planejamento na elaboração dos planos de trabalhos; problemas de prestação de contas;

**Por parte do INCRA,** monitoramento/supervisão intempestivo das ações executadas pelos Núcleos Operacionais; carência de recursos humanos do Setor, tanto quanto à capacidade técnica, quanto ao quantitativo; ação relegada à prioridade secundária; vulnerabilidade/incerteza no aprovisionamento de recursos financeiros para assegurar o fluxo dos serviços de ATES, etc.

### **Consequências:**

As problemáticas expostas proporcionaram consequências graves, prejudicando, sobremaneira, as famílias assentadas, citando-se, por exemplo: descontinuidade dos serviços de ATES, em razão das interrupções periódicas na liberação de recursos; falta de orientação pautada em práticas voltadas ao paradigma agroecológico; interrupção de projetos produtivos; migração de várias famílias para a ATER - Assistência Técnica do PRONAF-A; aumento do passivo de regularização ambiental, sobretudo, em função da não contratação de PDA/PRA (metas de outros Programas/Ações à época); diminuição abrupta do número de famílias assistidas, pois iniciou, em 2004, com 8.628 famílias e findou 2007 com apenas 2.387 famílias. Portanto, as famílias assentadas no Estado da Paraíba tiveram uma trajetória negativa, no que concerne à política de assistência técnica (ver gráfico abaixo).

FIGURA 5 – GRAFICO DE REDUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS DE 2004 A 2007



Esses e outros fatores difíceis, identificados na maioria das outras 30 Superintendências Regionais, contribuíram para que o PPA 2008-2011 contemplasse Programa específico com essa natureza, incluindo a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e de Recuperação de assentamentos como produtos dos Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES.

Diante dessa retrospectiva, a estratégia da Superintendência Regional, em 2008 foi pela reestruturação/readequação do Setor e elaboração de um plano de trabalho, que culminou com a mudança do instrumento de parceria. Foi abandonado o modelo outrora

vigente (*convênio*) e adotada a modalidade de *contrato*, através de processo licitatório. Simultaneamente, os termos do Acórdão 2633/2007, acarretaram demanda de tempo considerável para análise do diagnóstico ambiental, formação de banco de dados e elaboração do complexo Edital de Licitação e os seu trâmites legais.

No final do exercício financeiro de 2008, foram contratados os serviços de assessoria técnica para 6.892 famílias, de 146 PA's, elaboração de 12 PDA's e 15 PRA's, a serem executados em 2009.

Os recursos de 2009 asseguraram, através de Termos Aditivos, a continuidade dos serviços de ATES para 6.799 famílias, contratação para mais 678 famílias e elaboração de mais 12 PDA's e 15 PRA's, a serem executados em 2010.

Também em 2009, juntamente com técnicos da sede, foram acompanhados os serviços de assessoria técnica para 1.318 famílias, de 26 PA's, objeto do Convênio entre Incra Nacional/ ASBRAER/ EMATER/PB, não executados orçamentariamente por esta Superintendência, porém incluídos nas metas.

#### **Detalhamento da Meta Física**

TABELA 42 – DETALHAMENTO DA META FÍSICA

| ATIVIDADES                     | UNID | INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES |             | INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009 |             | TOTAL      |             |
|--------------------------------|------|------------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|------------|-------------|
|                                |      | CONCLUÍDAS                         | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDAS                     | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDAS | EM EXECUÇÃO |
| Serviço de Assistência Técnica | Fam  | 1411                               | 6799        | 0                              | 678         | 1411       | 7477        |
|                                | Pa   | 27                                 | 142         |                                | 14          | 27         | 156         |
| Elaboração de PDA              | Fam  | 0                                  | 972         | 0                              | 421         | 0          | 1393        |
|                                | Pa   | 0                                  | 25          | 0                              | 12          | 0          | 37          |
| Elaboração de PRA              | Fam  | 0                                  | 198         | 0                              | 770         | 0          | 968         |
|                                | Pa   | 0                                  | 6           | 0                              | 15          | 0          | 21          |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

#### **Principais resultados**

Na coluna “Total” Concluídas, os dados referem-se a 1.318 famílias atendidas através do Convênio INCRA Nacional/ASBRAER/EMATER-PB cuja vigência expirou em 31 de dezembro de 2009, somadas com outras 93 do contrato de 2008 que receberam os serviços até setembro de 2009.

Na coluna “Total” Em execução, 7.477 famílias, referem-se à continuidade dos serviços para 6.799 famílias contratados em 2008 e o início dos serviços para outras 678 em 2009 (sendo 175 famílias no mês de agosto e 506 famílias em dezembro).

Desta forma, excluindo-se as 506 famílias contratadas no final do exercício, que serão atendidas concretamente em 2010, conclui-se que no exercício de 2009, **foram atendidas efetivamente 8.385 famílias.**

Importa ressaltar o recebimento dos 12 PDA’s e 15 PRA’s, em perspectiva de aprovação, instrumentos que possibilitarão as Licenças de Instalação e Operação LIO’s dos projetos de assentamento, metas assumidas por esta Superintendência Regional no Plano de Ação Ambiental encaminhado ao TCU em 2009, em cumprimento ao Acórdão 2633/2007.

Em consonância com a política de Desenvolvimento Territorial, importa registrar que os serviços de ATES e/ou elaboração de PDA’s/PRA’s, atenderam cerca de 67,0% das famílias assentadas nos Territórios da Cidadania, equivalente R\$ 2.236.992,57, ou 81,16% do total de recursos desta ação.

TABELA 43 – ATES POR TERRITÓRIO

| TERRITÓRIO DA CIDADANIA | ATES         | PDA       | PRA       |
|-------------------------|--------------|-----------|-----------|
|                         | 2009         | 2009      | 2009      |
| Zona da Mata Sul        | 1.069        | 3         | 3         |
| Zona da Mata Norte      | 1.793        | 3         | 3         |
| Borborema/Curimataú     | 1.407        | 14        | 3         |
| Médio Sertão/Cariri     | 716          | 5         | 1         |
| <b>TOTAL</b>            | <b>4.985</b> | <b>25</b> | <b>10</b> |

A meta de 2009 é motivo de festejo, oportunizando as famílias o acesso a informações/orientações, articulação com outros agentes fomentadores de políticas públicas, de parcerias nos meios de produção e geração de trabalho e renda, melhoria na relação organizativa e associativa da comunidade, compreensão sobre a relação de gênero, dentre outras oportunidades.

A forma sistemática e continuada no monitoramento/supervisão dos atuais contratos é fator preponderante para o êxito/cumprimento das obrigações pactuadas com as prestadoras dos serviços, não gerando passivos, nem prejuízos ao erário, vez que a supervisão é realizada mensalmente e atestada consoante comprovação das atividades programadas e efetivamente executadas.

## **Principais Problemas**

1- Atraso na entrega e aprovação dos PDA`s/PRA`s contratados, dificultando o licenciamento de projetos de assentamento, objeto do acórdão do TCU, nº2633/2007, em função de:

- a) Reforma do prédio que paralisou o setor de Cartografia por mais de três meses, dificultando o acesso/fornecimento de documentos, arquivos e peças técnicas (mapas de perímetro, mapas de parcelamento e de pré-parcelamento) a serem disponibilizados às Entidades Prestadoras de ATES;
- b) Dificuldades para repasse das cópias dos Laudos Agronômicos de Fiscalização (LAF);
- c) Intempéries- As fortes chuvas ocorridas nos projetos de assentamento dificultaram/afetaram a coleta de dados necessários aos diagnósticos, especialmente do meio físico: coletas de solo, estudo de fauna/flora, identificação de áreas degradadas;
- d) Indefinição de modelo padronizado para os diagnósticos;
- e) Falta de pessoal qualificado para análise e avaliação dos Planos;
- f) Ausência de uma política permanente de capacitação/atualização;

#### **2.3.4.2 Ação 2272 - Gestão do Programa**

##### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Vinícius Ferreira de Araújo

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 44 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZAD<br>A EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|---|---|
| 21            | 122              | A                         | 3                     | 0                              | 0                               | 0                        | 0   | 0   |

TABELA 45 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009   | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHOS EMITIDOS |        | EMPENHO LIQUIDADO |        | VALOR PAGO |         |
|-----------|----------------------|-------------------|--------|-------------------|--------|------------|---------|
|           |                      | R\$(B)            | R\$(C) | % (D=C/B)         | R\$(E) | % (F=E/B)  | R\$ (F) |
| 57.075,00 | 220.080,09           | 218.769,34        | 99,40  | 215..735,41       | 98,03  | 215.735,41 | 98,03   |

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP, visa o suporte para execução dos Programas, referentes a contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações

diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para concretização das atividades. Em geral, os recursos não são descentralizados na sua totalidade, e em 2009, agravado com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09, obrigou os gestores a, mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, em função das despesas contratuais pendentes e imprescindíveis para concretização das metas, quando o ideal seria que no inicio de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Os recursos para gestão foram utilizados para o acompanhamento e supervisão dos cinco Contratos em vigência e do Convênio INCRA Nacional/ASBRAER/EMATER-PB.

### **2.3.5 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas Dados Gerais do Programa**

**Tipo de Programa:** Finalístico

**Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

**Objetivos Específicos:** Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

**Gerente do programa:** Richard Martins Torsiano.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Marcos Faro Eloi Dunda

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

**Público-alvo (beneficiários):** Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

### **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>5</sup>**

---

<sup>5</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **Principais Ações do Programa**

### **2.3.5.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

**Descrição:** a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);  
b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registras;  
c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;  
d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;  
e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;  
f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e  
g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Luciméri Selivon

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 46 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUAFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|--|---|
| 21            | 125              | A                         | 3                     | Imóvel                         | 2.563                           | 3.559                    | 0  | 138,86  |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 47 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009   | PROVISÃO<br>RECEBIDA |           | EMPENHO EMITIDO |           | EMPENHO LIQUIDADO |           | VALOR PAGO |           |
|-----------|----------------------|-----------|-----------------|-----------|-------------------|-----------|------------|-----------|
|           | R\$(A)               | R\$(B)    | R\$(C)          | % (D=C/B) | R\$(E)            | % (F=E/B) | R\$ (F)    | % (G=F/B) |
| 23.064,00 | 94.261,35            | 93.579,57 | 99,27           |           | 93.386,88         | 99,07     | 93.386,88  | 99,07     |

Fonte: SIAFI

### Antecedentes:

O Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais-CCIR, é documento obrigatório para a transmissão de domínio e lavratura das escrituras nos serviços de registro de imóveis, comprovação da regularidade cadastral nas operações de financiamento junto à instituições financeiras e para apresentação junto à Previdência nos requerimentos de aposentadoria, dentre outros. Sua validade está condicionada às competências dos exercícios nele estabelecidas, **sendo a última emissão massiva** (geração de todos os CCIRS existentes na base de dados do SNCR-INCRA e enviados aos detentores de imóveis rurais) ocorrida para as competências **2003/2004/2005**.

### Principais Resultados

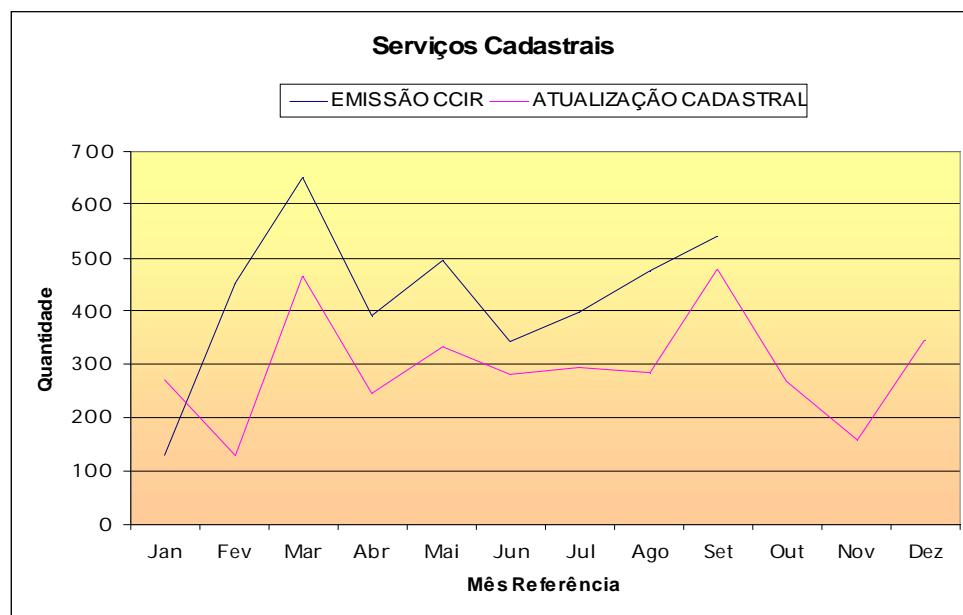
Em 2009 ocorreu a emissão massiva referente aos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009, em substituição a última ocorrida em 2005, conforme explicação do parágrafo anterior, resultando na atualização cadastral de 3.559 imóveis, correspondentes a 138% da inicialmente prevista.

Diferentemente das últimas emissões, o INCRA realizou a atualização cadastral dos imóveis rurais existentes na base de dados do SNCR e disponibilizou o acesso ao público via internet para garantir aos detentores de imóveis uma maior acessibilidade ao ato de requerimento do CCIR. Ressalta-se que como esta emissão era realizada em papel timbrado e específico para a impressão do CCIR, com a disponibilização da impressão via internet com código verificador de autenticidade, implicou em economia significativa para o erário público.

Registre-se que normalmente no período que antecede a obrigatoriedade de

apresentação da Declaração de Imposto Territorial Rural – DITR (Setembro) observa-se um incremento de demanda por atualizações cadastrais no Serviço de Cadastro Rural do INCRA.

FIGURA 6 – GRÁFICO COMPARATIVO DAS ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS EFETUADAS NA BASE DE DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL VERSUS EMISSÃO DE CCIR'S



De forma a promover um melhor atendimento da rede de cadastro rural, foram treinados para preenchimento, distribuição e recepção dos formulários da Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais, aproximadamente 108 servidores de prefeituras responsáveis pelas Unidades Municipais de Cadastro UMC's, que funcionam como gerentes auxiliares do SNCR nos municípios. As capacitações foram em 08 (oito) pólos de treinamentos localizados nos seguintes municípios:

- Campina Grande (Período: 03 a 06/11/2009 – 2 turmas);
- Guarabira (Período: 10 a 12/11/2009);
- Monteiro (Período: 10 a 12/11/2009);
- Patos (Período: 17 a 19/11/2009);
- Itaporanga (Período: 17 a 19/11/2009);
- Pombal (Período: 24 a 26/11/2009);
- Sousa (Período: 24 a 26/11/2009);
- João Pessoa (Período: 24 a 26/11/2009).

Como os treinamentos realizados no período de novembro/2009 utilizaram como instrutores os servidores do quadro da Superintendência responsáveis pelos serviços de atualizações cadastrais, essencialmente de escritório, o deslocamento dos mesmos está diretamente relacionado a uma menor taxa de atualização cadastral ocorrida no mesmo período.

A fiscalização cadastral responsável, também, pelo controle da aquisição de terras por estrangeiros (Lei 5.709, de 07/10/1971 e Decreto 74.965, de 26/11/1974) deu continuidade à troca de informações com os Serviços Registrais de Imóveis, sobre as aquisições de terras por estrangeiros, podendo, assim, manter um controle atualizado, conforme determinação da Lei 10267/01.

Adicionalmente diligenciou junto aos Serviços de Registro de Imóveis nos casos de identificação de irregularidades aos atos registrais, muitas vezes oficiando à Corregedoria do Tribunal de Justiça aos casos passíveis de nulidade.

#### **Outras atividades Desenvolvidas:**

Participação dos técnicos nas Equipes de Vistorias e consequente processamento no SNCR/SIR das informações para a Classificação dos Imóveis vistoriados ex-offício;

Pesquisa no SNCR/SIR sobre a existência de Dados Cadastrais de Imóveis Rurais, para atender solicitação dos movimentos sociais, demandados ao Gabinete e à Divisão Técnica;

Levantamento da Estrutura Fundiária de municípios para as Equipes de Vistorias e diversos órgãos;

Informações em processos administrativos: de desapropriação; de desmembramento de imóvel com base no Decreto 62.504/68; de cancelamento de cadastro;

Prestação de informações solicitadas pela Justiça, Advocacia Geral da União-AGU, INSS, CVM, Ministério Público e Receita Federal do Brasil dentre outros;

Pelas razões expostas entende esta Superintendência que o resultado alcançado nesta ação foi bastante satisfatório, alinhado com as diretrizes estabelecidas e a estratégia desenvolvida para o exercício de 2009.

### **2.3.5.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

**Descrição:** Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edvaldo Gomes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

TABELA 48 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIORI<br>DADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|--|---|
| 21            | 127              | A                         | 3                     | Ha                             | 1.368,0000                      | 26.995,0000              | 55.000,0000                                |   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 49 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009 | PROVISÃO RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO | EMPENHO LIQUIDADO |        | VALOR PAGO |           |        |           |         |           |
|---------|-------------------|-----------------|-------------------|--------|------------|-----------|--------|-----------|---------|-----------|
|         |                   |                 | R\$(A)            | R\$(B) | R\$(C)     | % (D=C/B) | R\$(E) | % (F=E/B) | R\$ (F) | % (G=F/B) |
| 0       | 1.125.176,00      | 1.125.176,00    | 100               | 0      | 0          | 0         | 0      | 0         | 0       | 0         |

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação está fixado através Lei nº 10.267/2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.449/2002, que alterou dispositivos da Lei nº 6.015/1973, NE/INCRA/80/2008-Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

#### Antecedentes:

Convênio plurianual celebrado entre o INCRA e o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA), iniciado em 2008, cujo objeto principal é a regularização fundiária e o georreferenciamento de cerca de 100.566,000 hectares de terras inseridos na malha fundiária do município de Monteiro-PB.

A ação é realizada através de Procedimento Administrativo Discriminatório, e exige rito administrativo/burocrático para criação de comissão, edital de chamamento para habilitação em processo, composição de peças técnicas e avaliação jurídica.

Uma vez identificados todos os registros de imóveis rurais válidos para o município, bem como realizado todo o levantamento topográfico (georreferenciamento) destes mesmos imóveis, são discriminadas quais áreas não possuem correspondente registro imobiliário (terras devolutas), a fim de arrecadá-las ao domínio do Poder Público e posteriormente destiná-las aos que cumpram os requisitos para tal. Para os que comprovarem a posse, são expedidos Títulos de Reconhecimento de Domínio, ajustando a área do imóvel rural ao levantamento topográfico realizado.

TABELA 50 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

| ATIVIDADES              | UNID | INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES |             | INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009 |             | TOTAL      |             |
|-------------------------|------|------------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|------------|-------------|
|                         |      | CONCLUÍDAS                         | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDAS                     | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDAS | EM EXECUÇÃO |
| Imóvel Georreferenciado | ha   | 26.995,00                          | 55.000,00   | 0                              | 0           | 26.995,00  | 55.000,00   |
|                         | Imóv | 1026                               | 0           | 0                              | 1600        | 1026       | 1600        |
| Imóvel Certificado      | ha   | 6.282,30                           | 25.104,54   | 7.711,97                       | 1.173,93    | 13.974,27  | 26.278,47   |
|                         | Imóv | 1                                  | 24          | 18                             | 3           | 19         | 27          |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta física considerada, na coluna “Total” Concluídas, da tabela Detalhamento da meta física, refere-se às ações iniciadas em 2008, efetivamente concluídas em 2009, e que

resultou no georreferenciamento de 26.995,0000 hectares, correspondente a 1026 imóveis, a serem regularizados, conforme metas estabelecidas para a Ação de Regularização Fundiária.

O georreferenciamento de imóveis rurais, juntamente com o processo de certificação dos imóveis, representa uma das atividades mais importantes sob responsabilidade da instituição, que por ser relativamente nova demanda volume considerável de recursos operacionais (orçamento/humanos/equipamentos, etc).

Sobre a ação, ressalta-se que dos 271 projetos de assentamento constantes no Sipra, (33 oriundos do Estado), 190 não possuem os perímetros ajustados e materializados conforme se determina na atual Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, sendo, portanto, demanda potencial de atuação desta SR nos próximos exercícios, juntamente com os respectivos certificados.

### **Principais Dificuldades**

Devido à recente mudança ocorrida no Poder Executivo do Governo do Estado em fevereiro/2009 e toda a re-estruturação administrativa junto às Secretarias de Estado e também do Instituto de Terras (INTERPA), o Termo Aditivo referente à execução de 2009 sofreu descontinuidade, havendo execução apenas no cumprimento do cronograma referente ao passivo de 2008, tendo sua vigência sido prorrogada por meio de termo aditivo para agosto/2010, de forma a permitir a conclusão dos trabalhos.

Insuficiência de recursos humanos (quantitativa/qualitativamente), considerando que a ação é acompanhada por apenas três servidores com habilitação para trabalhar nesta ação.

### **2.3.5.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

**Descrição:** Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Márcio Marreck Berbigier

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 51 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIORI<br>DADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|--|---|
| 21            | 127              | A                         | 3                     | Ha                             | 1368,0000                       | 2.274,0000               | 79.721,0000                                | 166,22  |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 52 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009  | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO |        | EMPENHO LIQUIDADO |           | VALOR PAGO |           |
|----------|----------------------|-----------------|--------|-------------------|-----------|------------|-----------|
|          |                      | R\$(A)          | R\$(B) | R\$(C)            | % (D=C/B) | R\$(E)     | % (F=E/B) |
| 9.000,00 | 1.009.000,00         | 1.007.810,55    | 99,88  | 7.810,55          | 0,77      | 7.810,55   | 0,77      |

Fonte: SIAFI

#### **Antecedentes:**

Convênio plurianual celebrado entre o INCRA e o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba INTERPA, iniciado em 2008, cujo objeto principal é a regularização fundiária e o georreferenciamento de cerca de 100.566,000 hectares de terras inseridos na malha fundiária do município de Monteiro-PB.

A ação é realizada através de Procedimento Administrativo Discriminatório, e exige rito administrativo/burocrático para criação de comissão, edital de chamamento para

habilitação em processo, composição de peças técnicas e avaliação jurídica.

Uma vez identificados todos os registros de imóveis rurais válidos para o município, bem como realizado todo o levantamento topográfico (georreferenciamento) destes mesmos imóveis, são discriminadas quais áreas não possuem correspondentes registros imobiliários (terras devolutas), a fim de arrecadá-las ao domínio do Poder Público e posteriormente destiná-las aos que cumpram os requisitos para tal. Para os que comprovarem a posse, são expedidos Títulos de Reconhecimento de Domínio, ajustando a área do imóvel rural ao levantamento topográfico realizado.

TABELA 52 - Detalhamento da Meta Física

| ATIVIDADES          | UNID | INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES |             | INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009 |             | TOTAL      |             |
|---------------------|------|------------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|------------|-------------|
|                     |      | CONCLUÍDAS                         | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDAS                     | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDAS | EM EXECUÇÃO |
| Imóvel Regularizado | ha   | 2.274,0000                         | 24.721,0000 | 0                              | 55.000,0000 | 2.274,0000 | 79.721,0000 |
|                     | Imóv | 374                                | 652         | 0                              | 1600        | 374        | 2.252       |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta constante na coluna “Total” Concluídas, da tabela Detalhamento da meta física, refere-se às ações iniciadas em 2008, efetivamente concluídas em 2009, e que resultou na regularização de 374 imóveis, total de 2.274,0000ha dos 1026 imóveis, total de 26.995,0000ha passíveis de regularização, resultantes da Ação 4426-Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

### Principais Dificuldades

Devido à recente mudança ocorrida no Poder Executivo do Governo do Estado em fevereiro/2009 e toda a re-estruturação administrativa junto às Secretarias de Estado e também do Instituto de Terras (INTERPA), o Termo Aditivo referente à execução de 2009 sofreu descontinuidade, havendo execução apenas do cronograma referente ao passivo de 2008, tendo sua vigência sido prorrogada por meio de termo aditivo para agosto/2010, de forma a permitir a conclusão dos trabalhos.

Insuficiência de recursos humanos (quantitativa), considerando que a ação é acompanhada por apenas 1 servidor.

#### **2.3.5.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

##### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

**Descrição:** Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Richard Martins Torsiano.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 53 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIORIDA<br>DE<br>(D) | UNIDAD<br>E DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL DA<br>META<br>REALIZADA (H<br>= G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------------|--------------------------|--|---|
| 21            | 122              | A                         | 3                     | 0                               | 0                               | 0                        | 0  | 0   |

TABELA 54 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009 | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHOS EMITIDOS |              | EMPENHOS LIQUIDADOS |              | VALOR PAGO |           |
|---------|----------------------|-------------------|--------------|---------------------|--------------|------------|-----------|
| R\$(A)  | R\$(B)               | R\$(C)            | %<br>(D=C/B) | R\$(E)              | %<br>(F=E/B) | R\$ (F)    | % (G=F/B) |
| 0       | 32.823,67            | 24.676,47         | 75,18        | 17.772,57           | 54,15        | 17.772,57  | 54,15     |

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP visa ao suporte

para execução dos Programas, referentes a contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para a concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Em geral, os recursos não são descentralizados na sua totalidade, e em 2009, agravado com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09, obrigou os gestores a, mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, em função das despesas contratuais pendentes e imprescindíveis para concretização das metas, quando o ideal seria que no inicio de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços. Entretanto, como as despesas são divididas proporcionalmente com as demandas das ações, a ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009.

### **2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola**

#### **Dados Gerais do Programa**

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

**Objetivos Específicos:** Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

**Gerente do programa:** **Alexandro da Anunciação Reis**

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Marcos Faro Eloi Dunda

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

**Público-alvo (beneficiários):** População de comunidades remanescentes de Quilombos.

#### **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>6</sup>**

---

<sup>6</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **Principal Ação do Programa**

### **2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Projeto.

**Finalidade:** Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

**Descrição:** Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Givânia Maria da Silva

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 55 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIORI<br>DADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVIST<br>A PO<br>2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZAD<br>A EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------------------|---|---|
| 21            | 127              | P                         | 3                     | Comunidade                  | 7                                   | 2                        | 6   | 28,57   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 56 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009    | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO |           | EMPENHO LIQUIDADO |              | VALOR PAGO |           |
|------------|----------------------|-----------------|-----------|-------------------|--------------|------------|-----------|
| R\$(A)     | R\$(B)               | R\$(C)          | % (D=C/B) | R\$(E)            | %<br>(F=E/B) | R\$ (F)    | % (G=F/B) |
| 692.630,00 | 64.474,40            | 57.140,09       | 88,62     | 45.790,09         | 71,02        | 45.790,09  | 71,02     |

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta meta exige produtos intermediários, sem os quais não é possível sua execução, conforme demonstrado na Tabela a seguir, denominada Detalhamento da meta física.

TABELA 57 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

| ATIVIDADES                  | UNID      | INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES |             | INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2009 |             | TOTAL      |             |
|-----------------------------|-----------|------------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|------------|-------------|
|                             |           | CONCLUÍDAS                         | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDAS                     | EM EXECUÇÃO | CONCLUÍDAS | EM EXECUÇÃO |
| Relatório Técnico Publicado | Relatorio | 2                                  | 6           | 0                              | 0           | 2          | 6           |
| Portaria de Reconhecimento  | Família   | 154                                | 455         | 0                              | 0           | 154        | 455         |
|                             | ha        | 230,1449                           | 307,8551    | 0                              | 0           | 230,1449   | 307,8551    |
| Vistoria realizada          | Portaria  | 0                                  | 0           | 1                              | 0           | 1          | 0           |
|                             | ha        | 0                                  | 0           | 0                              | 122,1237    | 0          | 122,1237    |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A elaboração e publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID (composto por sete peças que abrangem informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, históricas, socioeconômicas e levantamento da cadeia dominial) é a que demanda maior custo e tempo, quer na coleta de dados no campo, quer nas pesquisas (arquivos, bibliotecas e cartórios) e em sua redação.

Ultrapassada esta fase, ocorre a publicação da Portaria de Reconhecimento, por parte da presidência do INCRA, a publicação do Decreto de Desapropriação e a Vistoria e Avaliação dos imóveis incidentes no perímetro do território.

No Estado da Paraíba encontram-se abertos, a pedido das comunidades, 23 processos, dos quais nove estão sendo movimentados em diferentes fases, conforme Tabela denominada “Detalhamento da meta física”. Dentre estes, três tiveram seus RTID’s publicados, sendo dois no exercício de 2009 e um que resultou Portaria de reconhecimento. São eles:

- 1- Comunidade Negra do **Engenho Bonfim** – Decreto de Desapropriação assinado pelo presidente da República em novembro de 2009.
- 2- Comunidade **Urbana de Serra do Talhado** - RTID publicado em dezembro de 2009. Aguarda o prazo legal para as contestações.
- 3- Comunidade Negra do **Matão** – RTID publicado em novembro de 2009 (parceria com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTcPb). Aguarda o prazo legal para as contestações.
- 4- Comunidade de **Pedra D’Água** – Relatório Antropológico finalizado (parceria com PaqTcPb), faltando finalizar levantamento dominial e elaboração do mapa e memorial descritivo da área.

- 5- Comunidade do **Grilo** - Relatório Antropológico finalizado (parceria com PaqTcPb), faltando finalizar levantamento dominial e elaboração do mapa e memorial descritivo da área.
- 6- Comunidade de **Paratibe** - Relatório Antropológico finalizado, faltando finalizar levantamento dominial e elaboração do mapa e memorial descritivo da área.
- 7- Comunidade de **Barreiras** – Relatório antropológico iniciado por servidor do órgão.
- 8- Comunidade de **Mãe D'Água** - Relatório antropológico iniciado por servidor do órgão.
- 9- Comunidade de **Caiana dos Crioulos** – Em meados de 2008, analisando os processos de implantação dos assentamentos ao redor da comunidade, percebeu-se que parte da Fazenda Sapé não havia sido desapropriada e que tal área, tradicionalmente utilizada pelos membros da comunidade de Caiana para colocar seus roçados, poderia compor o território da Comunidade sem conflitar com as áreas de assentamento. Faz-se necessária a elaboração de um RTID complementar que inclua essa área.

#### **Principais problemas:**

- 1** – Insuficiência de servidores para atender à demanda. O setor conta com duas antropólogas. Assim, servidoras que, em tese, deveriam elaborar os Relatórios Antropológicos necessários para o andamento dos processos, se vêem envolvidas com a necessidade de fazer levantamento dominial e cartorial, notificar interessados, negociar parcerias bem como precisam realizar as demais atividades burocráticas próprias dos processos administrativos.
- 2** – Ainda que as duas antropólogas estivessem disponíveis apenas para elaboração dos Relatórios Antropológicos, o número seria insuficiente para atender à demanda desta superintendência.
- 3** – Necessidade de capacitação dos técnicos envolvidos na elaboração do relatório agronômico e ambiental e do mapa e memorial descritivo dos territórios.
- 4** – Necessidade de técnicos capacitados para fazer levantamentos dominiais e cartoriais, para elaborar cadeia dominial e para acompanhar convênios e contratos.

### **2.3.7 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário**

#### **Dados Gerais do Programa**

**Tipo de Programa:** Gestão de Políticas Públicas

**Objetivo Geral:** Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

**Objetivos Específicos:** Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

**Gerente do programa:** Daniel Maia.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Aristides Vilar de Oliveira Azevedo Neto

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** não tem.

**Público-alvo:** Servidores.

#### **Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>7</sup>**

---

<sup>7</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## Principal Ação do Programa

### 2.3.7.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

#### Dados gerais da ação

**Tipo da Ação:** Atividade.

**Finalidade:** Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

**Descrição:** Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Ronaldo Alves de Souza.

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 58 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIO<br>RIDA<br>DE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZAD<br>A (G) | META 2009 A<br>SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|---------------------------|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------|--|---|
| 21            | 128              | A                         | 3                         | Servidor                       | 60                              | 11                        | 0  | 18,33   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 59 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009   | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHO EMITIDO |           | EMPENHO LIQUIDADO |           | VALOR PAGO |              |
|-----------|----------------------|-----------------|-----------|-------------------|-----------|------------|--------------|
| R\$(A)    | R\$(B)               | R\$(C)          | % (D=C/B) | R\$(E)            | % (F=E/B) | R\$ (F)    | %<br>(G=F/B) |
| 14.993,00 | 29.028,55            | 26.870,03       | 92,56     | 26.280,03         | 90,53     | 26.280,03  | 90,53        |

Fonte: SIAFI

O Plano Nacional de Capacitação dos servidores do INCRA - PNC 2008-2011, construído em consonância com o Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, mapeou as competências necessárias para o cumprimento das metas institucionais. A metodologia de Gestão de Competência é definida no citado Decreto como “gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição” .

A meta executada constante da Tabela “Execução Física” de 11 servidores refere-se as capacitações executadas diretamente por esta Superintendência Regional. Porém, outras 25 oportunidades de capacitação foram asseguradas (empenhadas e pagas) pela Sede, para eventos em nível nacional, cursos externos, congressos, seminários e fóruns, o que totaliza 36 servidores capacitados.

Por oportunidade de capacitação entende-se o numero de vagas disponibilizadas, em eventos de capacitação: cursos presenciais, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos. Portanto, conforme esse entendimento, um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação em 2009.

A capacitação de servidores é um processo de educação continuada. O atendimento ás demandas ainda não é suficiente devido ao seguinte fator:

1. Número insuficiente de servidores habilitados no setor de Recursos Humanos para identificação das necessidades e articulação com parceiros potenciais para viabilização dos eventos.

### **2.3.8 Programa 1120 – Paz no Campo**

#### **Dados Gerais do Programa**

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

**Objetivos Específicos:** Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

**Gerente do programa:** Gercino José da S. Filho.

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Cleofas

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

**Público-alvo (beneficiários):** Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

**Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>8</sup>**

---

<sup>8</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## Principal Ação do Programa

### 2.3.8.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

#### Dados gerais da ação

**Tipo da Ação:** Ação orçamentária

**Finalidade:** Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

**Descrição:** a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Nilton Bezerra Guedes

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 60 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>ACÇÃO<br>(C) | PRIOR<br>IDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZAD<br>A (G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|----------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------|--|---|
| 21            | 631              | A                          | 3                     | Família                        | 702                             | 3668                      | 0  | 522,50  |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 61 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009   | Provisão<br>Recebida | Empenho Emitido |        | Empenho liquidado |           | Valor Pago |           |
|-----------|----------------------|-----------------|--------|-------------------|-----------|------------|-----------|
|           |                      | R\$(a)          | R\$(b) | R\$(c)            | % (d=c/b) | R\$(e)     | % (f=e/b) |
| 78.619,00 | 242.583,12           |                 |        | 237.948,33        | 98,09     | 229.207,73 | 94,49     |

Fonte: SIAFI

A Ação é executada através de convenio celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário e a CONAB com vistas à distribuição de cestas básicas em acampamentos.

No Estado da Paraíba, coube à Superintendência Regional a distribuição de cestas em 87 acampamentos, com 3668 famílias acampadas em 63 municípios do Estado, dos quais 31 dentro dos Territórios da Cidadania. Durante o exercício de 2009, foram distribuídas 06 (seis) cestas de alimentos por família em situação de risco alimentar.

A Superintendência Regional disponibiliza 1 caminhão e dois servidores sendo um motorista e um técnico, este responsável pela coordenação da entrega. Eventualmente, o Ouvidor fiscaliza os acampamentos através de verificação “*in loco*”, para constatar a existência dos acampamentos e o volume de ocupantes.

Juntamente com a entrega das cestas, foram distribuídas lonas, em 17 acampamentos, beneficiando um total de 355 famílias.

Na ação de mediação de conflitos, foram intermediadas situações de riscos e violência perpetradas contra agricultores, a exemplo do ocorrido no município de Pocinhos, pela disputa da Fazenda Cabeça de Boi, onde cinco trabalhadores foram espancados, presos e com indícios de tortura sob três dos aprisionados. Também na prisão de cinco trabalhadores do acampamento Boa Conquista em Cajazeiras que disputavam a posse da fazenda Lagoa dos Estrela, a Ouvidoria Regional operou a liberação dos mesmos, inclusive com a participação da Ouvidoria Agrária Nacional pugnando pela preferência no julgamento do Habeas Corpus, impetrado no tribunal de Justiça da Paraíba.

Ainda em 2009, mediou a negociação para a desocupação da prefeitura municipal de Cacimba de Areia, no médio sertão, ocupada por trabalhadores ligados ao MST, bem como a desocupação de BR's e conflitos verificados inclusive dentro de projetos de assentamentos, entre assentados.

A ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009, observando apenas que, parte dos recursos utilizados, no valor de R\$ 88.141,93, refere-se ao Programa Nacional de

Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, objeto de acordo entre as Diretorias, haja vista que as finalidades guardam similaridade.

### **2.3.9 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres Dados Gerais do Programa**

**Tipo de Programa:** Finalístico.

**Objetivo Geral:** Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

**Objetivos Específicos:** Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

**Gerente do programa:**

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:**

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres; Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero; Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios; Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais; Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher.

**Público-alvo (beneficiários):** Mulheres

**Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>9</sup>**

---

<sup>9</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## Principal Ação do Programa

### 2.3.9.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

#### Dados gerais da ação

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

**Descrição:** Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, a fim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:**

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais

TABELA 62 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIORIDADE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(H = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|--|---|
|               |                  |                           |                   | Mulher<br>atendida             | 0                               | 21.131                   | 0  | 0   |

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 64 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009 | Provisão<br>Recebida | Empenho Emitido |        | Empenho liquidado |        | Valor Pago |         |
|---------|----------------------|-----------------|--------|-------------------|--------|------------|---------|
|         |                      | R\$(b)          | R\$(c) | % (d=c/b)         | R\$(e) | % (f=e/b)  | R\$ (f) |
| 0       | 228.063,11           | 224.623,56      | 98,49  | 216.873,56        | 95,09  | 209.123,56 | 91,69   |

Fonte: SIAFI

Iniciada em 2004, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as atividades possibilitam a concessão de documentação civil e trabalhista para as mulheres do meio rural, como: assentadas da reforma agrária, quilombolas, agricultoras familiares, pescadoras, quebradoras de coco, marisqueiras, indígenas e outras. Os documentos principais emitidos são Identidade (RG), CPF, Registro de Nascimento e Carteira de

Trabalho, documentos básicos que possibilitam o exercício da cidadania e melhoram o acesso às Políticas Públicas, porém existem outras demandas que são atendidas, de acordo com a disponibilidade de infraestrutura das parcerias nos mutirões.

### **Principais resultados:**

Em 2009, a Superintendência Regional desenvolveu a ação através de mutirões, com parcerias (sem transferência de recursos) entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, ONG's, movimentos sociais, Anoreg/Aspen, BNB, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, INSS, MMTR, CUNHÃ, FETAG, Defensoria Pública, SRTE, e o Instituto de Polícia Científica – IPC, alcançando a emissão de 37.471 documentos básicos, para homens e mulheres conforme Tabela Detalhamento da Meta física, abaixo.

TABELA 65 - DETALHAMENTO DA META FÍSICA

| MUNICÍOS                 | QUANT     | GERAL       | RG          |             | CPF         |             | RN          |             | CTPS        |              | TOTAL        |              |
|--------------------------|-----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|
|                          |           |             | FEM         | MASC        | FEM         | MASC        | FEM         | MASC        | FEM         | MASC         | FEM          | MASC         |
| TERRITÓRIOS DA CIDADANIA | 45        | 2010        | 1649        | 920         | 251         | 907         | 659         | 1715        | 1346        | 5552         | 3905         | 9457         |
| FORA                     | 33        | 5175        | 4259        | 2965        | 934         | 1719        | 1293        | 3553        | 3103        | 15579        | 12435        | 28014        |
| <b>TOTAL</b>             | <b>78</b> | <b>7185</b> | <b>5908</b> | <b>3885</b> | <b>1185</b> | <b>2626</b> | <b>1952</b> | <b>5268</b> | <b>4449</b> | <b>21131</b> | <b>16340</b> | <b>37471</b> |

Fonte: PNDTR

A ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 6808/09 e o acréscimo significativo das diárias, conforme Decreto nº 6907, de julho de 2009, observando apenas que, no inicio de 2009, em função do atraso nos trâmites burocráticos para execução da Ação através de destaque, R\$ 88.141,93, foi suportado pela Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas, do Programa Paz no Campo, objeto de acordo entre as Diretorias, haja vista que as finalidades guardam similaridade.

**2.3.10 Programa 0750 – Apoio Administrativo**  
**Dados Gerais do Programa**

**Tipo de Programa:** Apoio Administrativo.

**Objetivo Geral:**

**Objetivos Específicos:** Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

**Gerente do programa:** Eva Maria de Sousa Sardinha

**Responsável pelo programa no âmbito da UJ:** Aristides Vilar de Oliveira Azevedo Neto

**Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:** Não tem.

**Público-alvo (beneficiários):** Não tem.

**Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo<sup>10</sup>**

---

<sup>10</sup> Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **Principais Ações do Programa**

### **2.3.10.1 Ação 2000 - Administração da Unidade**

#### **Dados gerais da ação**

**Tipo da Ação:** Atividade

**Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

**Descrição:** A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE

**Coordenador nacional da ação:** Maria do Socorro Freire de Oliveira e  
**Superintendentes Regionais.**

**Unidades executoras:** Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

TABELA 66 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| FUNÇÃO<br>(A) | SUBFUNÇÃO<br>(B) | TIPO<br>DA<br>AÇÃO<br>(C) | PRIORIDA<br>DE<br>(D) | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA<br>(E) | META<br>PREVISTA<br>PO 2009 (F) | META<br>REALIZADA<br>(G) | META 2009<br>A SER<br>REALIZADA<br>EM 2010 | PERCENTUAL<br>DA META<br>REALIZADA<br>(I = G/F) |
|---------------|------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------|--|---|
| 21            | 122              | A                         | 3                     | 0                              | 0                               | 0                        | 0  | 0   |

TABELA 67 - EXECUÇÃO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| PO 2009    | PROVISÃO<br>RECEBIDA | EMPENHOS EMITIDOS |        | EMPENHO LIQUIDADOS |           | VALOR PAGO   |              |
|------------|----------------------|-------------------|--------|--------------------|-----------|--------------|--------------|
|            |                      | R\$(A)            | R\$(B) | R\$(C)             | % (D=C/B) | R\$(E)       | %<br>(F=E/B) |
| 767.573,00 | 1.888.534,44         | 1.885.989,61      | 99,87  | 1.569.967,38       | 83,13     | 1.532.555,94 | 81,15        |

Fonte: SIAFI

A Sede da Superintendência Regional do INCRA no Estado da Paraíba, é própria, possuí 5.400 m<sup>2</sup> (cinco mil e quatrocentos metros quadrados) de área interna, e, 2.400 m<sup>2</sup> (dois mil e quatrocentos metros quadrados) de área externa, totalizando.

O quadro de pessoal do INCRA na Paraíba totaliza 139 servidores. Destes, 36 encontram-se desempenhando atividades da área meio e de suporte burocrático/administrativo das outras áreas.

Os outros 103 servidores, incluídos os 15 motoristas encontravam-se no desempenho de funções das áreas finalísticas, concentrados basicamente em atividades de campo.

Possui 34 (trinta e quatro) viaturas oficiais, porém 17 (dezessete) em processo de doação (veículos com no mínimo 11 anos de uso). Para diminuir esta deficiência, foram locados 12 veículos, totalizando 29 viaturas em uso. As despesas com combustíveis, locação, manutenção e demais insumos são arcadas pelas ações finalísticas. Com vistas a melhorar a eficiência da Superintendência Regional, encontra-se em andamento contrato para colocação de GPS em todos os veículos através de conexão via satélite, que possibilitará maior e melhor controle dos gastos, e por consequência a otimização dos recursos.

Em 2009 foi dada continuidade ao Projeto de Modernização Tecnológica, ação estruturante do ponto de vista da Gestão da Informação, iniciada em 2008, com vistas à reestruturação e modernização da Rede lógica Dados/Voz. A arquitetura passou a ter adequação a um objetivo básico de uma rede de computadores que garante que todos os recursos de informação sejam compartilhados rapidamente, com segurança e de forma confiável. A rede possui hoje meios de transmissão eficientes, regras básicas (protocolos) e

mecanismos capazes de garantir o transporte das informações entre os seus elementos constituintes. Sua operacionalização provem da comunicação confiável entre os vários sistemas de informação, melhorando o fluxo e o acesso às informações, agilizando a tomada de decisões administrativas, facilitando a comunicação entre seus usuários. Este foi um projeto que teve a facilidade de uso e manutenção, tanto para os usuários da rede quanto para seus administradores, por possuir um conjunto básico de componentes e ferramentas capazes de oferecer os serviços necessários com qualidade para seus usuários, mas também facilidades para viabilizar a adição de novos equipamentos e manutenção do sistema como um todo para os seus administradores.

Em 2009, a Superintendência Regional, focada na valorização do servidor público, substituiu as estações de trabalho (computadores), em uso a mais de 12 anos, por outros mais modernos, adaptados com o avanço de novas tecnologias. Também neste contexto, iniciou a substituição de 16 condicionadores de ar, de modo a manter os espaços de trabalho permanentemente climatizados, além de gerar economia ao erário público, em torno de 10% com despesas de energia elétrica. A substituição completa será executada em 2010.

Desde 2008, o prédio tem passado por diversas reformas no intuito de recuperar e modernizar as instalações, com aproximadamente 23 anos de construção, que se encontram obsoletas ou apresentando problemas de ordem estruturais. Transtornos de toda ordem, inclusive com alagamento em tempo de chuva, que ocasionou danos em documentos, paralisação das atividades setoriais e desgaste de mobiliários. As instalações físicas do prédio já não mais atendem satisfatoriamente a demanda do público externo e interno. O Ministério Público Federal demanda ainda por ações imediatas para acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, bem como determinações do Corpo de Bombeiros de João Pessoa, para colocação e revisão das áreas de proteção e segurança, substituição ou proteção de revestimentos desgastados, reestruturação das fachadas prediais, a exemplo do estacionamento para proteção dos veículos do patrimônio público. Toda essa demanda orçava aproximadamente R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais), encaminhada à Diretoria de Administração, porém só foi descentralizado, já no final do exercício, R\$ 150.000,00 (Cento e cinqüenta mil reais), solucionando parcialmente a demanda. A pendência mais importante é a reestruturação para acessibilidade. A Superintendência Regional fará gestões no sentido de programar os recursos necessários para solucionar estes entraves operacionais/administrativos no exercício de 2010.

## **2.4 Desempenho Operacional**

### **2.4.1. Programação Orçamentária**

#### **2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)**

*Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.*

#### **2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes**

*Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.*

#### **2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital**

*Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.*

#### **2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência**

*Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.*

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

| DESPESAS CORRENTES                  |            |                             |                       |                                |                                |                               |
|-------------------------------------|------------|-----------------------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Natureza da Movimentação de Crédito |            | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Interna                             | Concedidos | 0,00                        | 0,00                  | 0,00                           | 0,00                           | 0,00                          |
|                                     | Recebidos  | 373047                      | 0927200890181         | 19.291,09                      | 0,00                           | 0,00                          |
|                                     |            | 373047                      | 2112201352272         | 0,00                           | 0,00                           | 27.480,44                     |
|                                     |            | 373047                      | 2112201372272         | 0,00                           | 0,00                           | 374.559,54                    |
|                                     |            | 373047                      | 2112201382272         | 0,00                           | 0,00                           | 30.233,67                     |
|                                     |            | 373047                      | 2112207502000         | 0,00                           | 0,00                           | 1.614.835,41                  |
|                                     |            | 373047                      | 2112211204304         | 0,00                           | 0,00                           | 6.000,00                      |
|                                     |            | 373047                      | 2112213502272         | 0,00                           | 0,00                           | 35.084,50                     |
|                                     |            | 373047                      | 2112214272272         | 0,00                           | 0,00                           | 220.080,09                    |
|                                     |            | 373047                      | 2112501382105         | 0,00                           | 0,00                           | 93.488,24                     |
|                                     |            | 373047                      | 2112607502003         | 0,00                           | 0,00                           | 41.131,84                     |
|                                     |            | 373047                      | 2112701382110         | 0,00                           | 0,00                           | 1.009.000,00                  |
|                                     |            | 373047                      | 2112701384426         | 0,00                           | 0,00                           | 1.125.176,00                  |
|                                     |            | 373047                      | 2112713361642         | 0,00                           | 0,00                           | 64.474,40                     |
|                                     |            | 373047                      | 2112801394572         | 0,00                           | 0,00                           | 29.028,55                     |
|                                     |            | 373047                      | 2136313508370         | 0,00                           | 0,00                           | 161.610,86                    |
|                                     |            | 373047                      | 2160614274470         | 0,00                           | 0,00                           | 2.756.072,91                  |
|                                     |            | 373047                      | 2163101358374         | 0,00                           | 0,00                           | 89.194,20                     |
|                                     |            | 373047                      | 2163101358384         | 0,00                           | 0,00                           | 29.991,44                     |
|                                     |            | 373047                      | 2163101358387         | 0,00                           | 0,00                           | 317.376,94                    |
|                                     |            | 373047                      | 2163101372B06         | 0,00                           | 0,00                           | 1.750,00                      |
|                                     |            | 373047                      | 2163101374358         | 0,00                           | 0,00                           | 18.700,00                     |
|                                     |            | 373047                      | 2163111202109         | 0,00                           | 0,00                           | 232.786,20                    |
|                                     |            | 373047                      | 2169101374320         | 0,00                           | 0,00                           | 35.000,00                     |
|                                     |            | 373047                      | 14338402              | 0,00                           | 0,00                           | 228.063,11                    |
|                                     |            | 373047                      |                       | 0,00                           | 0,00                           | 1299,45                       |
|                                     |            |                             |                       | <b>19.291,09</b>               | <b>0,00</b>                    | <b>8.542.417,79</b>           |
| Externa                             | Concedidos | 0,00                        | 0,00                  | 0,00                           | 0,00                           | 0,00                          |
|                                     | Recebidos  | 0,00                        | 0,00                  | 0,00                           | 0,00                           | 0,00                          |

| Despesas de Capital                 |            |                             |                       |                     |                          |                                |
|-------------------------------------|------------|-----------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------------|--------------------------------|
| NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO |            | UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA | CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO | 4 - INVESTIMENTOS   | 5- INVERSÕES FINANCEIRAS | 6 – OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL |
| Interna                             | Concedidos | 0,00                        | 0,00                  | 0,00                | 0,00                     | 0,00                           |
|                                     | Recebidos  | 373047                      | 2112201352272         | 58.140,00           | 0,00                     | 0,00                           |
|                                     |            | 373047                      | 2112201372272         | 29.948,00           | 0,00                     | 0,00                           |
|                                     |            | 373047                      | 2112201382272         | 2.590,00            | 0,00                     | 0,00                           |
|                                     |            | 373047                      | 2112207502000         | 273.699,03          | 0,00                     | 0,00                           |
|                                     |            | 373047                      | 2163101354460         | 0,00                | 731.082,59               | 0,00                           |
|                                     |            | 373047                      | 2163101370427         | 0,00                | 12.669.900,00            | 0,00                           |
|                                     |            | 373047                      | 2163101378396         | 3.311.473,55        | 0,00                     | 0,00                           |
|                                     |            | 373047                      | 2163111202109         | 9.796,92            | 0,00                     | 0,00                           |
|                                     |            | 373047                      | 2169101374320         | 4.870,20            | 0,00                     | 0,00                           |
|                                     |            |                             |                       | <b>3.690.517,70</b> | <b>13.400.982,59</b>     | <b>0,00</b>                    |
| Externa                             | Concedidos | 0,00                        | 0,00                  | 0,00                | 0,00                     | 0,00                           |
|                                     | Recebidos  | 0,00                        | 0,00                  | 0,00                | 0,00                     | 0,00                           |

Fonte: Siafi-2009

#### 2.4.2 Execução Orçamentária

## Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

### 2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

| MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO   | DESPESA EMPENHADA    |                      | DESPESA LIQUIDADA    |                      |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|                             | EXERCÍCIOS           |                      |                      |                      |
|                             | 2008                 | 2009                 | 2008                 | 2009                 |
| Licitação                   | <b>7.363.086,47</b>  | <b>8.054.977,52</b>  | <b>7.363.086,47</b>  | <b>8.054.977,52</b>  |
| Convite                     | 347.982,80           | 258.861,68           | 347.982,80           | 258.861,68           |
| Tomada de Preços            | 1.484.478,34         | 3.296.068,18         | 1.484.478,34         | 3.296.068,18         |
| Concorrência                | 3.476.373,73         | 2.499.301,22         | 3.476.373,73         | 2.499.301,22         |
| Pregão                      | 2.054.251,60         | 2.000.746,44         | 2.054.251,60         | 2.000.746,44         |
| Concurso                    | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Consulta                    | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| Contratações Diretas        | <b>722.961,29</b>    | <b>520.363,13</b>    | <b>722.961,29</b>    | <b>520.363,13</b>    |
| Dispensa                    | 261.008,68           | 244.930,68           | 261.008,68           | 244.930,68           |
| Inexigibilidade             | 461.952,61           | 275.432,45           | 461.952,61           | 275.432,45           |
| Regime de Execução Especial | <b>32.700,33</b>     | <b>16.077,22</b>     | <b>32.700,33</b>     | <b>16.077,22</b>     |
| Suprimento de Fundos        | 32.700,33            | 16.077,22            | 32.700,33            | 16.077,22            |
| Pagamento de Pessoal        | <b>706.008,25</b>    | <b>990.575,46</b>    | <b>706.008,25</b>    | <b>990.575,46</b>    |
| Pagamento em Folha          | 1.991,89             | 19.184,08            | 1.991,89             | 19.184,08            |
| Diárias                     | 704.016,36           | 971.391,38           | 704.016,36           | 971.391,38           |
| Outros                      | <b>11.382.184,83</b> | <b>15.991.577,02</b> | <b>11.382.184,83</b> | <b>15.991.577,02</b> |
| <b>TOTAL</b>                | <b>20.206.941,17</b> | <b>25.573.570,35</b> | <b>20.206.941,17</b> | <b>25.573.570,35</b> |

Fonte:SIAFI 2009

**2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

| GRUPOS DE DESPESA                     | DESPESA EMPENHADA   |                     | DESPESA LIQUIDADA   |                     | RP NÃO PROCESSADOS  |                     | VALORES PAGOS       |                     |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
|                                       | EXERCÍCIOS          |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                     |
|                                       | 2008                | 2009                | 2008                | 2009                | 2008                | 2009                | 2008                | 2009                |
| <b>1 – Despesas de Pessoal</b>        | <b>1.991,89</b>     | <b>19.184,08</b>    | <b>1.991,89</b>     | <b>19.184,08</b>    | <b>0</b>            | <b>0</b>            | <b>1.991,89</b>     | <b>19.184,08</b>    |
| 8                                     | 1.991,89            | 19.184,08           | 1.991,89            | 19.184,08           | 0                   | 0                   | 1991,89             | 19.184,08           |
| <b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b> | <b>0</b>            |
| <b>3- Outras Despesas Correntes</b>   | <b>8.342.246,78</b> | <b>8.462.885,98</b> | <b>8.342.246,78</b> | <b>8.462.885,98</b> | <b>1.008.546,44</b> | <b>4.962.358,09</b> | <b>3.936.027,95</b> | <b>3.495.020,45</b> |
| 14                                    | 704.016,36          | 971.391,38          | 704.016,36          | 971.391,38          | 0                   | 0                   | 704.016,36          | 971.391,38          |
| 30                                    | 403.644,87          | 478.884,44          | 403.644,87          | 478.884,44          | 0,2                 | 31.891,71           | 337.078,62          | 446.992,73          |
| 33                                    | 253.648,82          | 178.186,99          | 253.648,82          | 178.186,99          | 0,00                | 11.304,00           | 207.520,82          | 166.882,99          |
| 36                                    | 3.029,06            | 0                   | 3.029,06            | 0                   | 0,00                | 0                   | 3.029,06            | 0                   |
| 37                                    | 862.993,42          | 981.080,30          | 862.993,42          | 981.080,30          | 0,00                | 41.952,45           | 862.993,42          | 939.127,85          |
| 39                                    | 5.094.712,41        | 3.242.647,09        | 5.094.712,41        | 3.242.647,09        | 1.008.546,24        | 2.579.672,86        | 801.187,83          | 657.466,79          |
| 41                                    | 974.000,00          | 2.286.786,86        | 974.000,00          | 2.286.786,86        | 0                   | 2.125.176,00        | 974.000,00          | 161.610,86          |
| 47                                    | 37.666,85           | 282.032,54          | 37.666,85           | 282.032,54          | 0,00                | 172.361,07          | 37.666,85           | 109.671,47          |
| 92                                    | 1.348,07            | 41.876,38           | 1.348,07            | 41.876,38           | 0,00                | 0,00                | 1.348,07            | 41.876,38           |
| 93                                    | 7.186,92            | 0                   | 7.186,92            | 0                   | 0,00                | 0,00                | 7.186,92            | 0                   |

Fonte:Siafi-2009

| GRUPOS DE DESPESA            | DESPESA EMPENHADA |              | DESPESA LIQUIDADA |              | RP NÃO PROCESSADOS |              | VALORES PAGOS |              |
|------------------------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|--------------------|--------------|---------------|--------------|
|                              | EXERCÍCIOS        |              |                   |              |                    |              |               |              |
|                              | 2008              | 2009         | 2008              | 2009         | 2008               | 2009         | 2008          | 2009         |
| 3- Outras Despesas Correntes | 8.342.246,78      | 8.462.885,98 | 8.342.246,78      | 8.462.885,98 | 1.008.546,44       | 4.962.358,09 | 3.936.027,95  | 3.495.020,45 |
| 39                           | 5.094.712,41      | 3.242.647,09 | 5.094.712,41      | 3.242.647,09 | 1.008.546,24       | 2.579.672,86 | 801.187,83    | 657.466,79   |
| 41                           | 974.000,00        | 2.286.786,86 | 974.000,00        | 2.286.786,86 | 0                  | 2.125.176,00 | 974.000,00    | 161.610,86   |
| 37                           | 862.993,42        | 981.080,30   | 862.993,42        | 981.080,30   | 0,00               | 41.952,45    | 862.993,42    | 939.127,85   |
| Demais elementos do grupo    | 1.410.540,95      | 1.952.371,73 | 1.410.540,95      | 1.952.371,73 | 0,2                | 0            | 1.297.846,70  | 971.391,38   |

Fonte:Siafi-2009

**2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

| GRUPOS DE DESPESA         | DESPESA EMPENHADA |               | DESPESA LIQUIDADA |               | RP NÃO PROCESSADOS |              | VALORES PAGOS |               |
|---------------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|--------------------|--------------|---------------|---------------|
|                           | EXERCÍCIOS        |               |                   |               |                    |              |               |               |
|                           | 2008              | 2009          | 2008              | 2009          | 2008               | 2009         | 2008          | 2009          |
| 4 - Investimentos         | 1.522.665,99      | 3.690.517,70  | 1.522.665,99      | 3.690.517,70  | 293.267,59         | 0            | 134.837,69    | 29.789,03     |
| 51                        | 1.386.030,99      | 3.322.062,58  | 1.386.030,99      | 3.322.062,58  | 293.267,59         | 3.292.273,55 | 86.801,69     | 29.789,03     |
| 52                        | 136.635,00        | 368.455,12    | 136.635,00        | 368.455,12    | 0                  | 329.144,20   | 48.036,00     | 6..511,00     |
| 5 - Inversões Financeiras | 10.340.036,51     | 13.400.982,59 | 10.340.036,51     | 13.400.982,59 | 0                  | 0            | 4.644.121,14  | 13.221.401,50 |
| 66                        | 7.987.000,00      | 12.669.900,00 | 7.987.000,00      | 12.669.900,00 | 749.000,00         | 15.000,00    | 2.636.500,00  | 12.654.900,00 |
| 61                        | 2.353.036,51      | 731.082,59    | 2.353.036,51      | 731.082,59    | 0,00               | 164.581,09   | 2.007.621,14  | 566.501,50    |
| 6 - Amortização da Dívida | 0                 | 0             | 0                 | 0             | 0                  | 0            | 0             | 0             |
|                           | 0                 | 0             | 0                 | 0             | 0                  | 0            | 0             | 0             |

Fonte:Siafi-2009

#### **2.4.3. Evolução de Gastos Gerais**

| <b>Descrição</b>   | <b>ANOS</b>         |                     |                     |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
|  | <b>2007</b>         | <b>2008</b>         | <b>2009</b>         |
| <b>1. PASSAGENS</b>                                      | <b>122.460,45</b>   | <b>97.527,30</b>    | <b>55.060,59</b>    |
| <b>2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b> | <b>702.240,23</b>   | <b>704.016,36</b>   | <b>971.391,38</b>   |
| <b>3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>                         | <b>772.191,28</b>   | <b>862.993,42</b>   | <b>981.080,30</b>   |
| 3.1. Publicidade   | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>         |
| 3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação                   | <b>388.541,48</b>   | <b>401.640,72</b>   | <b>451.295,60</b>   |
| 3.3. Tecnologia da informação                            | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>         |
| 3.4. Outras Terceirizações                               | <b>383.649,80</b>   | <b>461.352,70</b>   | <b>529.784,70</b>   |
| <b>4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>         | <b>67.262,20</b>    | <b>31.262,27</b>    | <b>14.710,28</b>    |
| <b>5. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>                           | <b>84.009,68</b>    | <b>32.700,33</b>    | <b>16.077,22</b>    |
| <b>TOTAIS</b>  | <b>1.748.163,84</b> | <b>1.728.499,68</b> | <b>2.038.319,77</b> |

Fonte SIAFI-2009

A Superintendência Regional, entende que há compatibilidade em relação a evolução dos gastos apresentadas para o triênio 2007/2008/2009, considerando inclusive o substancial acréscimo aos valores das diárias vigentes desde julho de 2009. Sobre a aquisição de passagens, ressaltamos que para o exercício 2009, os gastos da ordem de R\$ 55.060,59, foram realizados no período de junho a dezembro, considerando as dificuldades encontradas para a viabilização do procedimento licitatório no primeiro semestre do exercício.

#### **Com relação aos serviços terceirizados**

3. Vigilância: Até o mês de Agosto/2009 a despesa mensal foi da ordem de R\$ 18.900,00 (Dezoito mil e novecentos reais); após a realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com o novo

contrato a despesa mensal a partir de Setembro/2009 passou a ser R\$ 18.442,15 (dezoito mil quatrocentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), tendo uma redução de 2,43%.

4. Limpeza e Conservação: No exercício de 2009 a despesa mensal foi da ordem de R\$ 18.934,00 (Dezoito mil e novecentos e trinta e quatro reais); após a realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com o novo contrato a despesa mensal a partir de Janeiro/2010 passará a ser R\$ 14.970,00 (Quatorze mil novecentos e setenta reais), tendo uma redução de 20,94%.
5. Manutenção da Sede: Até o mês de Maio/2009 a despesa mensal foi da ordem de R\$ 5.083,62 (Cinco mil e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos); após a realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com o novo contrato a despesa mensal a partir de Junho/2009 passou a ser R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais), tendo uma redução de 23,28%.

#### **2.4.5. Indicadores de Desempenho**

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

### **3 Informações sobre a composição de Recursos Humanos**

#### **3.1 Composição dos Recursos Humanos**

##### **3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos**

| <b>COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS</b> |                        |                           |                      |
|---|------------------------|---------------------------|----------------------|
| <b>SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2009</b>           |                        |                           |                      |
| <b>Regime do Ocupante do Cargo</b>              | <b>Lotação Efetiva</b> | <b>Lotação Autorizada</b> | <b>Lotação Ideal</b> |
| <b>Estatutários</b>                             | 140                    | 140                       |                      |
| Próprios  | 140                    | 140                       |                      |
| Requisitados                                    | 0                      | 0                         |                      |
| <b>Celetistas</b>                               | 0                      | 0                         |                      |
| <b>Cargos de livre provimento</b>               | 7                      | 7                         |                      |
| Estatutários                                    | 7                      | 7                         |                      |
| Não Estatutários                                | 0                      | 0                         |                      |
| <b>Terceirizados</b>                            | 0                      | 0                         |                      |
| <b>Total</b>                                    | 147                    | 147                       |                      |

Fonte: SIAPE

### 3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

| COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009 |      |                               |              |               |            |              |
|---|------|-------------------------------|--------------|---------------|------------|--------------|
| TIPOLOGIA   | QTD. | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS | RETRIBUIÇÕES | GRATIFICAÇÕES | ADICIONAIS | INDENIZAÇÕES |
| <b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>                        |      |                               |              |               |            |              |
| 2007  | 133  | 2.880.149,39                  | 161.599,54   | 4.927.445,72  | 286.530,99 | 5.434,63     |
| 2008  | 137  | 3.774.414,18                  | 152.035,12   | 5.376.649,05  | 492.138,86 | 0            |
| 2009  | 139  | 5.442.534,33                  | 148.179,99   | 3.349.196,48  | 783.595,05 | 3.192,23     |
| <b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>                          |      |                               |              |               |            |              |
| 2007  | 0    | 0                             | 0            | 0             | 0          | 0            |
| 2008  | 0    | 0                             | 0            | 0             | 0          | 0            |
| 2009  | 0    | 0                             | 0            | 0             | 0          | 0            |
| <b>Cargo Prov Comis(sem vínculo)</b>  |      |                               |              |               |            |              |
| 2007  | 7    | 0                             | 163.617,05   | 0             | 0          | 0            |
| 2008  | 7    | 0                             | 237.611,44   | 0             | 0          | 0            |
| 2009  | 7    | 0                             | 248.070,62   | 0             | 0          | 0            |
| <b>Requisitados com ônus para a UJ</b>                                      |      |                               |              |               |            |              |
| 2007  | 0    | 0                             | 0            | 0             | 0          | 0            |
| 2008  | 0    | 0                             | 0            | 0             | 0          | 0            |
| 2009  | 0    | 0                             | 0            | 0             | 0          | 0            |
| <b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>                                      |      |                               |              |               |            |              |
| 2007  | 0    | 0                             | 0            | 0             | 0          | 0            |
| 2008  | 0    | 0                             | 0            | 0             | 0          | 0            |
| 2009  | 0    | 0                             | 0            | 0             | 0          | 0            |

Fonte: SIAPE

| QUADRO TERCEIRIZADO |                          |            |                      |            |                        |       |             |           |
|---------------------|--------------------------|------------|----------------------|------------|------------------------|-------|-------------|-----------|
| Finalidade          | Conservação e Vigilância |            | Apoio Administrativo |            | Atividades de Área-fim |       | Estagiários |           |
|                     | Qtd.                     | Custo      | Qtd.                 | Custo      | Qtd.                   | Custo | Qtd.        | Custo     |
|                     | 2007                     | 15         | 388.541,48           | 22         | 383.649,80             | 0     | 0           | 12        |
| 2008                | 15                       | 401.640,72 | 25                   | 461.352,70 | 0                      | 0     | 13          | 47.755,29 |
| 2009                | 15                       | 451.295,60 | 26                   | 529.784,70 | 0                      | 0     | 9           | 65.292,96 |

Fonte: SIAFI-SIAPE

### 3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

**Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009**

| Nat.               | Contrato | Empresa contratada | Vigência do Contrato |    | Nível de Escolaridade |    |       |    | Sit. |  |
|--------------------|----------|--------------------|----------------------|----|-----------------------|----|-------|----|------|--|
|                    |          |                    |                      |    | Quantidade            |    |       |    |      |  |
|                    |          |                    | Início               |    | Fim                   |    | Médio |    |      |  |
|                    |          |                    | AT                   | EF | AT                    | EF | AT    | EF |      |  |
| 0                  | 0        | 0                  | 0                    | 0  | 0                     | 0  | 0     | 0  | 0    |  |
| <b>Observação:</b> |          |                    |                      |    |                       |    |       |    |      |  |

Fonte: Siafi2009

Com relação a este item, a Superintendência Regional não possui contratos de terceirização de mão de obra para áreas fins.

### **3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.**

A superintendência Regional não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

### **3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos**

Atualmente o quadro de lotações da Superintendência Regional está distribuído da seguinte forma:

Tabela 69 –Distribuição de servidores

| UNIDADE DE LOTAÇÃO                              | QUANTITATIVO |           |           |           | TOTAL      |  |
|---|--------------|-----------|-----------|-----------|------------|--|
|   | ÁREA-MEIO    |           | ÁREA-FIM  |           |            |  |
|   | NI*          | NS**      | NI*       | NS**      |            |  |
| 1.Gabinete                                      | 4            | 7         | 8         | 3         | 22         |  |
| 2.Divisão Administrativa                        | 14           | 10        | 12        | 0         | 36         |  |
| 3.Divisão de Obtenção                           | 0            | 0         | 7         | 17        | 24         |  |
| 4.Divisão de Desenvolvimento de PA´s            | 0            | 0         | 12        | 25        | 37         |  |
| 5.Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária | 0            | 0         | 9         | 15        | 24         |  |
| 6.Procuradoria Jurídica                         | 2            | 2         | 0         | 0         | 4          |  |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>20</b>    | <b>19</b> | <b>48</b> | <b>60</b> | <b>147</b> |  |

Fonte: Siape

\*Servidores com Nível intermediário; \*\* Servidores com Nível Superior.

Historicamente nas Superintendências Regionais do INCRA, as lotações se deram em função da natureza dos cargos dos servidores, quando ingresso no quadro da Autarquia. Ao longo dos anos, a partir da atualização das diversas políticas públicas e diretrizes

governamentais às necessidades sociais, o INCRA, vem incorporando uma gama de novas atribuições institucionais que não necessariamente são acompanhadas de uma política de reestruturação de quadro de pessoal, em seus aspectos qualitativos e quantitativos.

Diante deste cenário, verificamos que uma das maiores dificuldades da administração na Unidade, inclusive no próprio exercício ao qual corresponde o relatório de gestão, tem sido a organização de pessoal de forma a balancear a carga disponível (demandas) à capacidade instalada (quadro de pessoal).

Para o exercício de 2009, foram realizados ajustes emergenciais nos setores de infraestrutura, ATES, Terra Sol e PRONAF, da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos; Quilombolas, Cadastro e Fiscalização de imóveis rurais, da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária; e, Meio Ambiente da Divisão de Obtenção de Terras. Todos estes ajustes se deram em função de estrangulamentos do quadro para o atendimento das ações, ocorridos fortuitamente pelos seguintes motivos: remoção de servidores para outras unidades jurisdicionadas, egressos do quadro por aprovação em outro concurso público, etc), impactando negativamente no desempenho das ações, uma vez que setores específicos de trabalho, à exemplo de ATES e Terra Sol, atualmente foram integrados a uma mesma equipe de servidores.

Para o exercício 2010 está previsto a realização de um estudo da Superintendência Regional, referente ao redimensionamento funcional, como forma a promover a adequação das lotações, segundo critérios qualitativos e quantitativos, à atual estrutura da autarquia, inclusive com o levantamento das demandas de capacitação.

O desempenho funcional dos servidores, atualmente é realizado por ocasião do Ciclo de Avaliação de Desempenho Individual, instituído para fins de atribuição da Gratificação de Desempenho em Atividade de Reforma e Desenvolvimento Agrário (GDARA), criada a partir da MPV nº 216 de 2004, convertida na Lei nº 11.090 de 07 de janeiro de 2005, posteriormente alterada pela Lei. nº 11.784/09.

Outro elemento de discussão importante a ser considerado é o percentual de renovação do quadro de recursos humanos que atualmente se apresenta em condições de aposentadoria é de aproximadamente 28,78 % dos servidores.

Não existe levantamento correspondente ao percentual de renovação do quadro para médio e longo prazo.

Diante de tais considerações, a Superintendência Regional tem como prioritária a recomposição do quadro de servidores de forma a garantir o cumprimento da missão institucional.

#### **4 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos**

| MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00 |                      |               |                      |                     |             |
|---|----------------------|---------------|----------------------|---------------------|-------------|
| UG  | CREDOR<br>(CNPJ/CPF) | SALDO INICIAL | MOVIMENTO<br>DEVEDOR | MOVIMENTO<br>CREDOR | SALDO FINAL |
| 373047                                      | 0,00                 | 0,00          | 0,00                 | 0,00                | 0,00        |
| <b>TOTAL</b>                                |                      |               |                      |                     |             |

Fonte: Siafi2009

Com relação a este item, após consulta no SIAFI, verificou-se que não houve movimentação da conta contábil 2.1.2.1.1.11.00.

## **5 Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

| <b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>     |                  |                   |              |                |
|---------------------------------------|------------------|-------------------|--------------|----------------|
| <b>Ano de Inscrição</b>               | <b>Inscritos</b> | <b>Cancelados</b> | <b>Pagos</b> | <b>A Pagar</b> |
| <b>2008</b>                           | 0,00             | 0,00              | 0,00         | 0,00           |
| <b>2007</b>                           | 0,00             | 0,00              | 0,00         | 0,00           |
| ...                                   |                  |                   |              |                |
| <b>Restos a Pagar não Processados</b> |                  |                   |              |                |
| <b>Ano de Inscrição</b>               | <b>Inscritos</b> | <b>Cancelados</b> | <b>Pagos</b> | <b>A Pagar</b> |
| <b>2008</b>                           | 2.050.814,03     | 0,00              | 1.123.315,32 | 927.498,71     |
| <b>2007</b>                           | 732.302,71       | 21.000,00         | 342.090,20   | 369.212,51     |
| ...                                   |                  |                   |              |                |

**Observações:** Atos legais que autorizaram o pagamento no exercício de 2009 de RP Processados e Não-Processados inscritos até 2007:

Decreto nº 6.708 de 23 de Dezembro de 2008;

Decreto nº 7.057 de 29 de dezembro de 2009

Fonte SIAFI-2009

## 6 Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

| QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS |               |                  |                   |                           |                                     |                            |          |          |      |
|--|---------------|------------------|-------------------|---------------------------|-------------------------------------|----------------------------|----------|----------|------|
| Concedente(s)                            |               |                  |                   |                           |                                     |                            |          |          |      |
| Tipo                                     | Identificação | Convenente       | Valor<br>Pactuado | Contrapartida<br>Pactuada | Repasso<br>total até o<br>exercício | Repasso<br>no<br>exercício | Vigência |          | Sit. |
|  |               |                  |                   |                           |                                     |                            | Início   | Fim      |      |
| 1  | 629427        | 08545550/0001-06 | 605,00            | 55,00                     | 311,61                              | 161,61                     | 04/08/08 | 31/12/10 | 0    |

## **7 Previdência Complementar Patrocinada**

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

## **8 Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos**

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

## **9 Renúncias tributárias**

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

## **10 Operações de fundos**

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

## **11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno**

### **1 – Número do Relatório – 190107**

Constatação 10.3.4.18 - referente a pendências de atendimento ao item 8.3.3.11, do Relatório 175913, referente a Auditoria de Avaliação da Gestão do Exercício de 2005

1.1 - Descrição da Recomendação:

- a) informar os motivos pelos quais escolheu firmar o convênio com entidade cujo pessoal não possui a qualificação necessária, segundo afirma da própria SR-18/PB.
- d) informar as providências adotadas, visando regularizar a situação do convênio que consta como inadimplente.

1.2 - Setor responsável pela implementação:

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos

1.3 - Providências adotadas: Em atenção ao MEMO/AUD/nº 439, de 05 de junho de 2009, fazendo referência a solicitação de Auditoria nº 225040 de interesse da Controladoria-Geral da União – CGU, cuja espécie requer informações acerca de

matéria de competência da Unidade Gestora da SR-18/PB, na forma consignada no item nº 120 do expediente em tela, sobre a Constatatação 10.3.4.18, foi respondido através do MEMO/INCRA/SR-18/G/Nº095/2009, de 29/06/2009, enviado a Auditoria Interna, ficando evidenciado que foi realizada a Tomada de Contas Especial, com deferimento do pedido de parcelamento dos débitos em 60 (sessenta) parcelas. Tendo em vista a inadimplência do Convenente, que pagou apenas 15 (quinze) parcelas, o Termo de Parcelamento foi rescindido e o débito remetido para inscrição em Dívida Ativa da União, encontrando no cadastro de Convenio no SIAFI na situação de Inadimplência Efetiva.

## **2 – Número do Relatório – 190107**

Constatatação 10.3.4.18 – Informar o estágio atual das providências adotadas para saneamento das falhas apontadas, após as informações prestadas por meio do MEMO/INCRA/SR-18/G/Nº095/2009, de 29/06/2009, encaminhado à CGU, por meio do Ofício/AUD/Nº156/09, de 02/07/2009.

2.1- Descrição da Recomendação do item 90 da Solicitação de Auditoria nº 223127/002.

2.2- Setor Responsável pela implementação:

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos.

2.3- Providências adotadas: Em atenção ao MEMO/AUD/nº 674, de 27 de agosto de 2009, fazendo referência a solicitação de Auditoria nº 223127 item 90, de interesse da Controladoria-Geral da União – CGU, foi respondido através do MEMO/INCRA/SR-18/G/Nº627/2009, de 09/09/2009, enviado a Auditoria Interna.

## **3 – Número do Relatório de Fiscalização 675/CGU/PR.**

Constatações da Fiscalização, item 1: O valor da contrapartida não foi integralmente utilizado no objeto do Convênio CRT/PB/Nº06/2004 – SIAFI nº 501327.

3.1- Descrição da Recomendação: Comunicar as medidas adotadas de acordo com as constatações.

3.2- Setor Responsável pela Implementação:

Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.

3.3 - Providências adotadas: Em atenção ao MEMO/AUD/Nº 298/2009, de 07 de maio de 2009 fazendo referência ao MEM.1.043/2009-GAB; Ofício nº 078/2009-AECI-MDA, referente ao Relatório de Fiscalização nº 675/CGU/PR, do 4º Sorteio do Projeto de Fiscalização, foi respondido através do MEMO/INCRA/SR-18/G/Nº/076/2009, de 21 de maio de 2009, enviado a Auditoria, com a informação da aprovação da prestação de contas

**11B. Determinações e recomendações do TCU**  
**Relatório de cumprimento das deliberações do TCU**

| <b>Unidade Jurisdicionada</b>  |                 |                   |                      |             |                             |
|--|-----------------|-------------------|----------------------|-------------|-----------------------------|
| <b>Denominação completa:</b>   |                 |                   |                      |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Superintendência Regional do INCRA/PB  |                 |                   |                      |             | 4140                        |
| <b>Deliberações do TCU</b>   |                 |                   |                      |             |                             |
| <b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>   |                 |                   |                      |             |                             |
| <b>Ordem</b>   | <b>Processo</b> | <b>Acórdão</b>    | <b>Item</b>          | <b>Tipo</b> | <b>Comunicação Expedida</b> |
| 1  | 019.354/2008-8  | 4544/30/2009/PL/2 | 1.5.1.1 e<br>1.5.1.2 | DE          | OF/1532/2009-TCU/SECEX-PB   |
| <b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>   |                 |                   |                      |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Superintendência Regional do INCRA/PB  |                 |                   |                      |             | 4140                        |
| <b>Descrição da Deliberação:</b>   |                 |                   |                      |             |                             |
| “Observe rigorosamente, quando da utilização de suprimento de fundos para pagamento de despesas, as normas relativa à matéria especialmente os ditames da Lei 4.320/1964 e do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986.”         |                 |                   |                      |             |                             |
| “Mantenha atualizado o cadastro de servidores da entidade, evitando, desta forma, a realização de pagamentos indevidos de benefícios.”   |                 |                   |                      |             |                             |
| <b>Providências Adotadas</b>   |                 |                   |                      |             |                             |
| <b>Setor responsável pela implementação</b>  |                 |                   |                      |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Divisão Administrativa   |                 |                   |                      |             | 4140                        |
| <b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>   |                 |                   |                      |             |                             |
| Item 1.5.1.1 - Adotado o procedimento administrativo modalidade inexigibilidade de licitação, conforme Processo nº 54320.000436/2008-71, para o pagamento das despesas relacionadas ao licenciamento anual dos veículos. |                 |                   |                      |             |                             |
| Item 1.5.1.2 – Cadastramento de servidores e regularização das falhas apontadas.   |                 |                   |                      |             |                             |
| <b>Síntese dos resultados obtidos</b>  |                 |                   |                      |             |                             |
| Utilização de Suprimentos de Fundos somente em casos excepcionais. Atualização e manutenção dos dados cadastrais de servidores.  |                 |                   |                      |             |                             |
| <b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>   |                 |                   |                      |             |                             |
| A conscientização dos gestores e demais servidores para o cumprimento das Normas e o bom desempenho da Gestão.   |                 |                   |                      |             |                             |

## Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

| <b>Unidade Jurisdicionada</b>   |                 |                   |             |             |                             |
|---|-----------------|-------------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| <b>Denominação completa:</b>  |                 |                   |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Superintendência Regional do INCRA/PB   |                 |                   |             |             | 4140                        |
| <b>Deliberações do TCU</b>  |                 |                   |             |             |                             |
| <b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>  |                 |                   |             |             |                             |
| <b>Ordem</b>  | <b>Processo</b> | <b>Acórdão</b>    | <b>Item</b> | <b>Tipo</b> | <b>Comunicação Expedida</b> |
| 2   | 020.925/2006-5  | 5134/44/2008/PL/1 | -           | DE          | OF/1398/2008-TCU/SECEX-PB   |
| <b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>  |                 |                   |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Superintendência Regional do INCRA/PB   |                 |                   |             |             | 4140                        |
| <b>Descrição da Deliberação:</b>  |                 |                   |             |             |                             |
| Determinada autuação de Tomada de Contas Especial referente ao Convênio nº 025/2001, celebrado entre o INCRA/PB e a Prefeitura Municipal de Alhandra/PB.  |                 |                   |             |             |                             |
| <b>Providências Adotadas</b>  |                 |                   |             |             |                             |
| <b>Setor responsável pela implementação</b>   |                 |                   |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Comissão de Tomada de Contas Especial.  |                 |                   |             |             | 4140                        |
| <b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>  |                 |                   |             |             |                             |
| A TCE não foi instaurada devido o Presidente da Comissão Permanente-CPTCE, encontrar-se em outro estado compondo Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, fato comunicado à Coordenação de Apoio e Procedimentos Disciplinares pelo OFÍCIO/INCRA/SR-18/G/Nº 265/2009. |                 |                   |             |             |                             |
| <b>Síntese dos resultados obtidos</b>   |                 |                   |             |             |                             |
| Posteriormente esta Superintendência foi comunicada da instauração da TCE pelo TCU, da qual originou-se o Acórdão Nº 2169/2009-TCU-1ªCâmara, que julgou regulares com ressalvas as contas, dando quitação aos responsáveis.   |                 |                   |             |             |                             |
| <b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>  |                 |                   |             |             |                             |
|   |                 |                   |             |             |                             |

## **12 Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício**

| <b>ANO DE<br/>INSCRIÇÃO</b> | <b>ADMISSÃO</b> | <b>DESLIGAMEN<br/>TO</b> | <b>CONCESSÃO<br/>APOSENTADO<br/>RIA</b> | <b>PENSÃO</b> |
|-----------------------------|-----------------|--------------------------|---|---------------|
| <b>2007</b>                 | 0               | 0                        | 0                                       | 5             |
| <b>2008</b>                 | 0               | 0                        | 0                                       | 0             |
| <b>2009</b>                 | 0               | 0                        | 0                                       | 5             |

Fonte: SIAPE

### **13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR18(PB)**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos em atendimento à disposição legal transcrita pelo art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que no exercício financeiro de 2009, não foi firmado nenhum convênio no âmbito desta Superintendência.

João Pessoa, 25 de março de 2010

## **14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão**

Através da Resolução/INCRA/CD/ 15, de 03 de agosto de 2009 e a IN/55, que estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA, deu-se continuidade, sob coordenação da Diretoria de Gestão Estratégica, a implementação do Sistema de Informações Rurais-SIR, módulo Monitoramento e Avaliação. A obtenção e tratamento de dados mensalmente, contribuiu para melhoria na padronização de conceitos e procedimentos, qualificando substancialmente as informações. O módulo viabilizará o confronto entre as ações programadas para execução, Sistema de Informações Rurais-SIR, módulo Planejamento (já implantado) e o efetivamente executado. A partir desses fatores e a democratização da ferramenta, possibilitará aos gestores mais atentos, acesso as informações gerenciais que lhes permitam tomada de decisões com maior celeridade e segurança.

Outro assunto que a Superintendência Regional entende como relevante é sobre as avaliações da mídia com relação ao custeio da máquina.

No exercício de 2009, o estado da Paraíba, executou, somadas todas as despesas de natureza administrativas e de suporte operacional para as ações finalísticas, o valor de R\$ 3.322.241,46, correspondente a 13% do total dos recursos empenhados pela Superintendência Regional. Deste percentual, observa-se que R\$ 1.442.349,50, apenas 6,03% estão relacionadas com despesas advindas de deslocamento (diárias, passagens/locações/combustível, manutenção de viaturas), percentual bastante razoável, considerando que sem estas atividades de campo, não seria possível a concretização das metas finalísticas.

## **15. Informações Contábeis da Gestão**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA  
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA  
 SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAÍBA – SR-18/PB

|  |   |                      |                             |
|--|---|----------------------|-----------------------------|
| <b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>  |   |                      |                             |
| <b>DECLARAÇÃO PLENA</b>  |   |                      |                             |
| <b>Denominação completa (UJ):</b>  |   | <b>Código da UG:</b> |                             |
| SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAÍBA  |   | 373047               |                             |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> |   |                      |                             |
| <b>Local</b>   | <b>João Pessoa/PB</b>                   | <b>Data</b>          | <b>26 de fevereiro 2010</b> |
| <b>Contador Responsável</b>  | Maria de Lourdes Amorim<br>Campos Brito | <b>CRC nº.</b>       | <b>PB/005242/0-2</b>        |

João Pessoa, 30 de março de 2010



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

|                |   |                       |                     |
|----------------|---|-----------------------|---------------------|
| TÍTULO         | BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS                        | EXERCÍCIO<br>2009     | MES<br>DEZ(FECHADO) |
| SUBTÍTULO      | 373047/37201 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAIBA-INCRA/SR-18 |                       |                     |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO                   | EMISSÃO<br>30/03/2010 | PÁGINA<br>1         |

| INGRESSOS                           |               |               | DISPENSIOS                            |               |               |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------------------------------|---------------|---------------|
| TÍTULOS                             | 2009          | 2008          | TÍTULOS                               | 2009          | 2008          |
| RECEITAS CORRENTES                  | 168.951,66    | 473.847,41    | DESPESSAS CORRENTES                   | 8.482.070,06  | 8.344.238,67  |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES           | 168.951,66    | 473.847,41    | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS            | 19.184,06     | 1.991,89      |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS            | 15.850.023,55 | 8.873.488,65  | OUTRAS DESPESSAS CORRENTES            | 8.367.505,60  | 8.213.843,82  |
| TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS        | 13.803.583,32 | 8.843.488,65  | TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS | 2.125.176,00  | 800.000,00    |
| SUB-REPASSE RECEBIDO                | 13.531.518,63 | 8.639.622,92  | OUTRAS DESPESSAS                      | 6.242.329,60  | 7.413.843,82  |
| SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.      | 13.531.518,63 | 8.639.622,92  | DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO     | 95.380,36     | 128.402,96    |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA           | 269.064,66    | 203.865,73    | OUTRAS DESPESSAS CORRENTES            | 95.380,36     | 128.402,96    |
| TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS  | 2.046.440,23  | 30.000,00     | DESPESSAS DE CAPITAL                  | 17.091.500,29 | 11.862.702,50 |
| ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA     | 2.044.148,73  | 30.000,00     | INVESTIMENTOS                         | 3.690.517,70  | 1.522.665,99  |
| TRANSFERENCIAS RECEBIDAS            | 2.044.148,73  | 30.000,00     | INVERSÕES FINANCEIRAS                 | 13.400.982,55 | 10.340.036,51 |
| TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS   | 2.291,50      | 0,00          | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS             | 1.905.880,53  | 742.912,10    |
| INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS       | 37.259.594,42 | 35.479.465,44 | TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS          | 261.771,52    | 269.064,66    |
| VALORES EM CIRCULAÇÃO               | 13.788.959,80 | 7.623.153,29  | VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO         | 261.771,52    | 269.064,66    |
| RECUSOS ESPECIAIS A RECEBER         | 13.788.959,80 | 7.623.153,29  | TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS    | 1.644.109,01  | 473.847,41    |
| VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO     | 261.771,52    | 269.064,66    | ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA      | 1.472.865,85  | 0,00          |
| VALORES DIFERIDOS                   | 261.771,52    | 269.064,66    | DEVOLUÇÃO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS | 1.472.865,85  | 0,00          |
| DEPÓSITOS                           | 624,61        | 41,94         | TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS    | 171.243,16    | 473.847,41    |
| RECUSOS DO TESOURO NACIONAL         | 624,61        | 41,94         | DISPENSIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS        | 25.798.118,75 | 23.876.948,23 |
| OBRIGAÇOES EM CIRCULAÇÃO            | 11.979.118,83 | 14.135.902,95 | VALORES EM CIRCULAÇÃO                 | 11.901.825,49 | 13.788.959,80 |
| FORNECEDORES                        | 37.682,75     | 102.152,36    | RECUSOS ESPECIAIS A RECEBER           | 11.901.825,49 | 13.788.959,80 |
| DO EXERCICIO                        | 37.682,75     | 98.549,06     | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO       | 269.064,66    | 203.865,73    |
| DE EXERCICIOS ANTERIORES            | 0,00          | 3.603,30      | VALORES DIFERIDOS                     | 269.064,66    | 203.865,73    |
| RESTOS A PAGAR                      | 11.883.944,23 | 13.615.671,51 | DEPÓSITOS                             | 41,94         | 22.18,91      |
| NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR          | 11.546.473,67 | 13.106.955,19 | DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS         | 0,00          | 22.18,91      |
| CANCELADO                           | 337.470,56    | 508.716,32    | RECUSOS DO TESOURO NACIONAL           | 41,94         | 0,00          |
| OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO | 53.200,00     | 413.500,00    | OBRIGAÇOES EM CIRCULAÇÃO              | 13.627.186,63 | 7.417.068,65  |
| EM CONTRATOS                        | 53.200,00     | 413.500,00    | FORNECEDORES                          | 102.152,36    | 3.603,30      |
| VALORES EM TRANSITO                 | 4.291,85      | 4.579,08      | DE EXERCICIOS ANTERIORES              | 102.152,36    | 3.603,30      |
| AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇOES    | 11.228.119,66 | 13.451.302,57 | RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO       | 13.106.955,19 | 7.348.314,00  |
| INCORPORACAO DE DIREITOS            | 11.224.352,01 | 13.449.083,66 | OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO   | 413.500,00    | 53.200,00     |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER         | 11.224.352,01 | 13.449.083,66 | EM CONTRATOS                          | 413.500,00    | 53.200,00     |
| DESINCORPORACAO DE OBRIGAÇOES       | 3.767,65      | 2.218,91      | VALORES EM TRANSITO                   | 4.579,08      | 11.951,35     |
| EXERCICIOS ANTERIORES               | 3.767,65      | 2.218,91      | AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇOES      | 0,00          | 2.464.835,14  |
|                                     |               |               | BAIXA DE DIREITOS                     | 0,00          | 2.464.835,14  |
|                                     |               |               | CREDITOS DIVERSOS A RECEBER           | 0,00          | 2.464.835,14  |
| INGRESSOS                           | 53.277.569,63 | 44.826.801,50 | DISPENSIOS                            | 53.277.569,63 | 44.826.801,50 |



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

|                |  |  |                       |                     |
|----------------|--|--|-----------------------|---------------------|
| TITULO         | BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS                        |  | EXERCICIO<br>2009     | MES<br>DEZ(FECHADO) |
| SUBTITULO      | 373047/37201 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAÍBA/INCR/A/SR-18 |  |                       |                     |
| ORGÃO SUPERIOR | 49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO                    |  | EMISSAO<br>30/03/2010 | PAGINA<br>1         |

| ATIVO   |                |                | PASSIVO                                    |                 |                 |
|---|----------------|----------------|--|-----------------|-----------------|
| TITULOS                                       | 2009           | 2008           | TITULOS                                    | 2009            | 2008            |
| ATIVO FINANCEIRO                              |                |                | PASSIVO FINANCEIRO                         |                 |                 |
| CREDITOS EM CIRCULACAO                        | 11.901.825,49  | 13.788.959,80  | DEPOSITOS                                  | 11.904.044,40   | 13.896.293,26   |
| LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO           | 11.901.825,49  | 13.788.959,80  | RECURSOS DO TESOURO NACIONAL               | 624,61          | 41,94           |
| RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP       | 677.473,48     | 339.876,14     | OBRIGACOES EM CIRCULACAO                   | 624,61          | 41,94           |
| ATIVO NAO FINANCEIRO                          | 11.224.352,01  | 13.449.083,66  | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS                 | 11.641.648,27   | 13.627.186,63   |
| REALIZAVEL A CURTO PRAZO                      | 176.312.642,01 | 153.249.784,85 | FORNECEDORES - DO EXERCICIO                | 37.682,75       | 102.152,36      |
| CREDITOS EM CIRCULACAO                        | -10.943.573,32 | -13.243.907,04 | FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES         | 37.682,75       | 98.549,06       |
| RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC      | -11.104.560,03 | -13.327.951,95 | RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS             | 0,00            | 3.603,30        |
| DIVERSOS RESPONSAVEIS                         | -11.224.352,01 | -13.449.083,66 | A LIQUIDAR                                 | 11.546.473,67   | 13.106.955,19   |
| ADIANITAMENTOS CONCEDIDOS                     | 119.791,98     | 119.791,98     | CREDORES DIVERSOS                          | 11.546.473,67   | 13.106.955,19   |
| BENS E VALORES EM CIRCULACAO                  | 0,00           | 1.339,73       | VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS              | 53.200,00       | 413.500,00      |
| ESTOQUES                                      | 160.986,71     | 84.044,91      | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO            | 4.291,85        | 45.79,08        |
| REALIZAVEL A LONGO PRAZO                      | 171.543.111,63 | 151.836.719,93 | VALORES DIFERIDOS                          | 261.771,52      | 269.064,69      |
| DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO           | 237,30         | 237,30         | PASSIVO NAO FINANCEIRO                     | 261.771,52      | 269.064,69      |
| DEPOSITOS COMPULSORIOS                        | 237,30         | 237,30         | OBRIGACOES EM CIRCULACAO                   | -11.546.473,67  | -13.106.955,19  |
| CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO            | 171.542.874,33 | 151.836.482,63 | RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS ALIQUID  | -11.546.473,67  | -13.106.955,19  |
| EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS                  | 92.167.119,86  | 74.686.519,86  | PASSIVO REAL                               | 357.570,73      | 789.338,07      |
| CREDITOS A RECEBER                            | 79.375.754,47  | 77.149.962,77  | PATRIMONIO LIQUIDO                         | 187.856.896,77  | 166.249.406,58  |
| PERMANENTE                                    | 15.713.103,70  | 14.666.971,96  | PATRIMONIO/CAPITAL                         | 166.249.406,58  | 162.410.379,20  |
| INVESTIMENTOS                                 | 29,17          | 29,17          | PATRIMONIO                                 | 166.249.406,58  | 162.410.379,20  |
| OUTROS INVESTIMENTOS                          | 29,17          | 29,17          | RESULTADO DO PERIODO                       | 21.607.490,19   | 3.839.027,38    |
| IMOBILIZADO                                   | 15.705.876,51  | 14.649.744,77  | SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA                 | 188.214.467,50  | 167.038.744,65  |
| BENS MOVEIS E IMOVEIS                         | 15.705.876,51  | 14.649.744,77  | SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA               | -166.606.977,31 | -163.199.717,27 |
| INTANGIVEL                                    | 7.198,02       | 7.198,02       |  |                 |                 |
| ATIVO REAL                                    | 188.214.467,50 | 167.038.744,65 |  |                 |                 |
| ATIVO COMPENSADO                              | 16.278.263,49  | 20.434.945,77  | PASSIVO COMPENSADO                         | 16.278.263,49   | 20.434.945,77   |
| COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS                  | 16.278.263,49  | 20.434.945,77  | COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS             | 16.278.263,49   | 20.434.945,77   |
| RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS | 212.621,95     | 216.872,92     | VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA | 212.621,95      | 216.872,92      |
| GARANTIAS DE VALORES                          | 11.356,79      | 85.742,57      | VALORES EM GARANTIA                        | 11.356,79       | 85.742,57       |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS             | 13.754.056,92  | 18.276.172,31  | DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS          | 13.754.056,92   | 18.276.172,31   |
| DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS             | 2.197.944,17   | 1.765.337,13   | DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS          | 2.197.944,17    | 1.765.337,13    |
| OUTRAS COMPENSACOES                           | 102.283,66     | 90.820,84      | COMPENSACOES DIVERSAS                      | 102.283,66      | 90.820,84       |
| ATIVO   | 204.492.730,99 | 187.473.690,42 | PASSIVO                                    | 204.492.730,99  | 187.473.690,42  |



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

|                |  |                       |                     |
|----------------|--|-----------------------|---------------------|
| TÍTULO         | DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  | EXECUTIVO<br>2009     | MES<br>DEZ(FECHADO) |
| SUBTÍTULO      | 37304737201 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PARAIBA-INCRA/SR-18 |                       |                     |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO                  | EMISSÃO<br>30/03/2010 | PÁGINA<br>1         |

| VARIACOES ATIVAS                           |               |               | VARIACOES PASSIVAS                         |               |               |
|--|---------------|---------------|--|---------------|---------------|
| TÍTULOS                                    | 2009          | 2008          | TÍTULOS                                    | 2009          | 2008          |
| ORÇAMENTARIAS                              | 36.492.511,81 | 25.977.354,33 | ORÇAMENTARIAS                              | 25.853.256,06 | 20.507.366,46 |
| RECEITAS CORRENTES                         | 168.951,66    | 473.847,41    | DESPESAS CORRENTES                         | 8.482.070,06  | 8.344.238,67  |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES                  | 168.951,66    | 473.847,41    | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                 | 19.184,08     | 1.991,89      |
| INTERFERENCIAS ATIVAS                      | 13.803.583,32 | 8.843.488,65  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                  | 8.367.505,60  | 8.213.843,82  |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS       | 13.803.583,32 | 8.843.488,65  | DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO          | 95.380,38     | 128.402,96    |
| SUB-REPASSE RECEBIDO                       | 13.534.518,63 | 8.639.622,92  | OUTRAS DESPESAS CORRENTES                  | 95.380,38     | 128.402,96    |
| VALORES DIFERIDOS - BAIXA                  | 269.064,66    | 203.865,73    | DESPESAS DE CAPITAL                        | 17.091.500,29 | 11.862.702,50 |
| MUTAÇOES ATIVAS                            | 22.519.976,83 | 16.600.018,27 | INVESTIMENTOS                              | 3.693.517,70  | 1.522.665,99  |
| INCORPORACOES DE ATIVOS                    | 13.756.619,90 | 5.244.646,77  | INVERSÕES FINANCEIRAS                      | 13.400.982,59 | 10.340.036,51 |
| AQUISICOES DE BENS                         | 1.085.145,44  | 2.575.446,44  | INTERFERENCIAS PASSIVAS                    | 261.771,52    | 269.064,69    |
| INCORPORACAO DE CREDITOS                   | 12.671.474,46 | 2.669.200,33  | TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS      | 261.771,52    | 269.064,69    |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS                | 8.763.356,93  | 11.415.371,50 | VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO              | 261.771,52    | 269.064,69    |
| RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO               | 38.311.155,31 | 27.592.383,70 | MUTAÇOES PASSIVAS                          | 17.914,19     | 31.360,60     |
| INTERFERENCIAS ATIVAS                      | 4.398.131,33  | 4.931.165,88  | DESINCORPORACOES DE ATIVOS                 | 17.914,19     | 31.360,60     |
| TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS | 2.351.691,10  | 4.901.165,88  | LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS                     | 17.914,19     | 31.360,60     |
| TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS       | 2.044.148,73  | 30.000,00     | RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO               | 27.342.920,87 | 29.223.344,19 |
| MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO               | 2.291,50      | 0,00          | INTERFERENCIAS PASSIVAS                    | 1.644.109,01  | 479.601,41    |
| ACRESCIMOS PATRIMONIAIS                    | 33.913.023,98 | 22.661.217,82 | TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO | 0,00          | 5.754,00      |
| INCORPORACOES DE ATIVOS                    | 33.571.785,77 | 22.150.282,59 | MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO              | 1.472.865,85  | 0,00          |
| INCORPORACAO DE BENS IMÓVEIS               | 1.711.780,19  | 2.504.168,77  | DECRESIMOS PATRIMONIAIS                    | 171.243,16    | 473.847,41    |
| INCORPORACAO DE BENS MOVEIS                | 123.288,00    | 70.099,00     | DESINCORPORACOES DE ATIVOS                 | 25.698.811,86 | 28.743.742,78 |
| INCORPORACAO DE DIREITOS                   | 31.736.717,58 | 19.576.014,82 | BAIXA DE BENS IMÓVEIS                      | 15.356.981,41 | 23.051.612,47 |
| DESINCORPORACAO DE PASSIVOS                | 341.238,21    | 510.935,23    | BAIXA DE BENS MOVEIS                       | 1.492.020,90  | 2.420.146,49  |
| DEFICIT                                    |               |               | BAIXA DE TÍTULOS E VALORES                 | 403.026,59    | 320.416,02    |
|  |               |               | BAIXA DE DIREITOS                          | 2.225.791,70  | 4.387.248,95  |
| VARIACOES ATIVAS                           | 74.803.667,12 | 53.569.738,03 | INCORPORACAO DE PASSIVOS                   | 11.236.142,22 | 15.923.801,01 |
|  |               |               | AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES           | 10.323.838,46 | 5.656.730,31  |
|  |               |               | AJUSTES NAO FINANCEIROS                    | 17.992,00     | 35.400,00     |
|  |               |               | RESULTADO PATRIMONIAL                      | 21.607.490,19 | 3.839.027,38  |
|  |               |               | SUPERAVIT                                  | 21.607.490,19 | 3.839.027,38  |
|  |               |               | VARIACOES PASSIVAS                         | 74.803.667,12 | 53.569.738,03 |



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| TÍTULO         | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS                    |                     |            |   |                                 | EXECUÇÃO<br>2009      | MES<br>DEZ(FECHADO) |               |  |
|----------------|---|---------------------|------------|---|---------------------------------|-----------------------|---------------------|---------------|--|
| SUBTÍTULO      | 37304737201 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA PÁSIBA/INCRA/SR-18 |                     |            |   |                                 | EMISSÃO<br>30/03/2010 | PÁGINA<br>1         |               |  |
| ÓRGÃO SUPERIOR | 49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO                 |                     |            |   |                                 |                       |                     |               |  |
| <b>RECEITA</b> |   |                     |            |   |                                 |                       |                     |               |  |
| TÍTULOS        | PREVISÃO INICIAL  | PREVISÃO ATUALIZADA | REALIZAÇÃO | EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO | TÍTULOS                         | DOTAÇÃO INICIAL       | DOTAÇÃO ATUALIZADA  | EXECUÇÃO      | ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA |
|                |   |                     |            |   | CREDITOS INICIAIS SUPLEMENTARES | 0,00                  | 0,00                | 25.347.647,34 | -25.347.647,34                             |
|                |   |                     |            |   | DESPESAS CORRENTES              | 0,00                  | 0,00                | 8.256.147,05  | -8.256.147,05                              |
|                |   |                     |            |   | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS      | 0,00                  | 0,00                | 19.184,08     | -19.184,08                                 |
|                |   |                     |            |   | OUTRAS DESPESAS CORRENTES       | 0,00                  | 0,00                | 8.236.962,97  | -8.236.962,97                              |
|                |   |                     |            |   | DESPESAS DE CAPITAL             | 0,00                  | 0,00                | 17.091.500,29 | -17.091.500,29                             |
|                |   |                     |            |   | INVESTIMENTOS                   | 0,00                  | 0,00                | 3.690.517,70  | -3.690.517,70                              |
|                |   |                     |            |   | INVERSÕES FINANCEIRAS           | 0,00                  | 0,00                | 13.400.982,59 | -13.400.982,59                             |
| SUMA I         |   |                     |            |   | SUMA I                          | 0,00                  | 0,00                | 25.347.647,34 | -25.347.647,34                             |

## 16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicadores a serem apresentados pelo INCRA

Superintendência Regional do Incra na Paraíba - SR(18)PB

| INDICADOR   | DESCRÍÇÃO   | AGREGAÇÃO                         | CLASSIFICAÇÃO | PERIODICIDADE | UNIDADE     | FÓRMULA  | FONTE   | RESULTADO                             |
|---|---|-----------------------------------|---------------|---------------|-------------|--|---|---------------------------------------|
| <b>ÁREA: ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA</b>           |   |                                   |               |               |             |  |   |                                       |
| Índice de Cadastramento de imóveis Rurais                 | Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 10.267/2001, de acordo com os prazos definidos pelo artigo 10 do Decreto nº 4.449/02 (Decreto 5.570/05 e Lei 5.868/72), em relação à superfície total no nível de agregação.        | Superintendência Regional/ Brasil | Resultado     | Por exercício | Porcentagem | (Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.   | Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.<br><br>· Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a> .  | 115.813,0000 / 4.460.778,8295 = 79,0% |
| Índice de análise de processos de Certificação de imóveis | Indica o percentual de processos de Certificação analisados no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2009 , permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente. | Superintendência Regional/ Brasil | Resultado     | Por exercício | Porcentagem | <u>(Número de processos com análise de certificação finalizada ] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação)</u><br><u>multiplicado por 100.</u> | Número de processos com análise de certificação finalizada – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais.<br><br>Número de processos de certificação protocolados– Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. | 19 / 21 = 90,47                       |

|                                   |  |                                   |           |               |             |   |  |                           |
|-----------------------------------|--|-----------------------------------|-----------|---------------|-------------|---|--|---------------------------|
| Índice de Regularização Fundiária | <p>Indica o percentual de famílias regularizadas e tituladas no exercício nos termos da Lei 11.952/2009 (Amazônia Legal) e IN 45/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.</p> | Superintendência Regional/ Brasil | Resultado | Por exercício | Porcentagem | <p><u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u></p> | <p>Número de famílias regularizadas e tituladas – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.</p> | <p>374 / 1026 = 36,45</p> |
|-----------------------------------|--|-----------------------------------|-----------|---------------|-------------|---|--|---------------------------|

| INDICADOR   | DESCRIÇÃO  | AGREGAÇÃO                         | CLASSIFICAÇÃO | PERÍODO/CIDADE | UNIDADE     | FÓRMULA   | FONTE  | RESULTADO                         |
|---|--|-----------------------------------|---------------|----------------|-------------|---|--|-----------------------------------|
| <b>ÁREA: OBTENÇÃO DE IMÓVEIS PARA REFORMA AGRÁRIA E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</b> |  |                                   |               |                |             |   |  |                                   |
| Índice de gastos com Obtenção de Terras   | Indica o gasto com obtenção de terras efetuado pelo Incra por hectares, no exercício.  | Superintendência Regional/ Brasil | Resultado     | Por exercício  | Porcentagem | { valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício <sup>[3]</sup> , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício), no nível de agregação <sup>[4]</sup> . | <input type="checkbox"/> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR.<br><br><input type="checkbox"/> Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.                       | 1712.764,80/<br>2071,0118= 827,02 |
| Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento                      | Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente. | Superintendência Regional/ Brasil | Resultado     | Por exercício  | Porcentagem | <u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício<sup>[5]</sup>, no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>  | <input type="checkbox"/> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.<br><br><input type="checkbox"/> Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – Sistema Sipra e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. | 19/18=105,60%                     |

|   |  |                                   |           |               |             |   |   |                  |
|---|--|-----------------------------------|-----------|---------------|-------------|---|---|------------------|
| Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor | Indica o percentual de PA(s) com licenças em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002. | Superintendência Regional/ Brasil | Resultado | Por exercício | Porcentagem | (número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais <sup>[6]</sup> , no nível de agregação), multiplicado por 100. | Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente- Sudema. | 76 / 238= 31,90% |
|   |  |                                   |           |               |             |   | Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.   |                  |

| INDICADOR  | DESCRÍÇÃO   | AGREGAÇÃO                         | CLASSIFICAÇÃO | PERÍODI<br>CIDADE | UNIDADE     | FÓRMULA  | FONTE  | RESULTADO               |
|--|---|-----------------------------------|---------------|-------------------|-------------|--|--|-------------------------|
| <b>ÁREA: DESENVOLVIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</b> |   |                                   |               |                   |             |  |  |                         |
| Índice de acesso à água para consumo doméstico                                       | Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente. | Superintendência Regional/ Brasil | Resultado     | Exercício         | Porcentagem | (número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100. | <input type="checkbox"/> Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;<br><input type="checkbox"/> Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema SIR. | $1470 / 430 = 341,86\%$ |
| Índice de provimento de PDA/PRA  | Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA  | Superintendência Regional/ Brasil | Resultado     | Por exercício     | Porcentagem | <u>(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incraf91, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>                                   | <input type="checkbox"/> Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA – Aprovado pela Unidade Gestora responsável pela análise do documento quando da entrega e SIR<br><input type="checkbox"/> Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.  | $52 / 271 = 19,18$      |

|   |  |                                   |           |               |             |  |  |                    |
|---|--|-----------------------------------|-----------|---------------|-------------|--|--|--------------------|
| Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas | Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente. | Superintendência Regional/ Brasil | Resultado | Por exercício | Porcentagem | <u>(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u> | <input type="checkbox"/> Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR.<br><br><input type="checkbox"/> Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra. | 320/430=74,41      |
| Índice de acesso à moradia nos assentamentos  | Expressa o acesso à moradia no exercício nos assentamentos, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.  | Superintendência Regional/Brasil  | Resultado | Por exercício | Porcentagem | <u>(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>   | <input type="checkbox"/> Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;<br><br><input type="checkbox"/> Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.                  | 1227 / 430 =285,34 |

| INDICADOR   | DESCRÍÇÃO   | AGREGAÇÃO                        | CLASSIFICAÇÃO | PERIODICIDADE | UNIDADE  | FÓRMULA   | FONTE   | RESULTADO                           |
|---|---|----------------------------------|---------------|---------------|----------|---|---|-------------------------------------|
| <b>ÁREA: DESENVOLVIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</b>                          |   |                                  |               |               |          |   |   |                                     |
| Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção | Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar                           | Superintendência Regional/Brasil | Processo      | Por exercício | Unidades | Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por ano safra – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR | <input type="checkbox"/> Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por ano safra – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR   | 296/13.619 = 2,17                   |
| Índice de repasse financeiro para Assistência Técnica   | Expressa a quantidade financeira repassada às prestadoras de Assistência Técnica, em face do pactuado nos instrumentos do convênio ou documento similar | Superintendência Regional/Brasil | Processo      | Por exercício | Unidades | Valor de empenhos liquidados pagos para convenentes, contratadas e parceiras de Assistência Técnica – Apurado nos Sistemas SIAFI em relação ao Programa 1427/Ação 4470.   | <input type="checkbox"/> Valor de empenhos liquidados pagos para convenentes, contratadas e parceiras de Assistência Técnica – Apurado nos Sistemas SIAFI em relação ao Programa 1427/Ação 4470.<br><br><input type="checkbox"/> Valor financeiro pactuado nos instrumentos de convênio – Conforme instrumentos jurídicos firmados entre a Autarquia e a Entidade Prestadora. | 6.234.771,99 / 2.733.808,86 = 43,84 |

|  |   |                                   |           |               |                           |  |  |                  |
|--|---|-----------------------------------|-----------|---------------|---------------------------|--|--|------------------|
| Índice de provimento de Assistência Técnica. | Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica | Superintendência Regional/ Brasil | Resultado | Por exercício | Porcentagem               | (quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100. | <input type="checkbox"/> Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;   | 8385/13619=61,60 |
|  |   |                                   |           |               |                           |  | <input type="checkbox"/> Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.   |                  |
| Renda média das famílias (por amostragem)    | Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas  | Superintendência Regional         | Processo  | Ano Safra     | Unidade monetária (reais) | Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.   | <u>Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: <a href="http://www.incri.gov.br/arquivos/0003602026.pdf">http://www.incri.gov.br/arquivos/0003602026.pdf</a> em 22/04/2008, ou norma que substitui-la.</u> |                  |

| INDICADOR  | DESCRIÇÃO   | AGREGAÇÃO                        | CLASSIFICAÇÃO | PERIODICIDADE | UNIDADE     | FÓRMULA   | FONTE  | RESULTADO         |
|--|---|----------------------------------|---------------|---------------|-------------|---|--|-------------------|
| <b>ÁREA: DESENVOLVIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</b> |   |                                  |               |               |             |   |  |                   |
| Índice de Parcelas Supervisionadas   | Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008  | Superintendência/Brasil          | Resultado     | Por exercício | Percentagem | (quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.             | <input type="checkbox"/> Quantidade de parcelas fiscalizadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR.  |                   |
|  |   |                                  |               |               |             |   | <input type="checkbox"/> Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.  |                   |
| Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados                          | Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006. | Superintendência Regional/Brasil | Resultado     | Por exercício | Unidade     | Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.   | <input type="checkbox"/> Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.                   | Não possui        |
| Índice de consolidação de assentamentos  | Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos   | Superintendência Regional/Brasil | Resultado     | Por exercício | Percentagem | (número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100. | Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra. | 1249/12447= 10,03 |

| INDICADOR                            | DESCRIÇÃO   | AGREGAÇÃO                                  | CLASSIFICAÇÃO | PERIODICIDADE | UNIDADE               | FÓRMULA  | FONTE  | RESULTADO    |
|--------------------------------------|---|--|---------------|---------------|-----------------------|--|--|--------------|
| <b>ÁREA: GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>   |   |  |               |               |                       |  |  |              |
| Índice de abrangência de capacitação | Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional | Superintendência Regional/Diretoria/Brasil | Resultado     | Por exercício | Percentagem           | (Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100. | <input type="checkbox"/> quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. | 36/139=25,89 |
| Índice de horas de capacitação       | Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.               | Superintendência Regional/Diretoria/Brasil | Resultado     | Por exercício | Horas/<br>funcionário | Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.                               | <input type="checkbox"/> número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.           | 4124/139=30  |
| Índice de aprovação de Convênios     | Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia      | Superintendência/Diretoria/Brasil          | Resultado     | Por exercício | Percentagem           | (Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.                           | <input type="checkbox"/> SIAFI   | 7/5=140      |

|                              |   |   |           |               |             |  |   |                    |
|------------------------------|---|---|-----------|---------------|-------------|--|---|--------------------|
| Índice de Qualidade de dados | Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem. | Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil . | Resultado | Por exercício | Percentagem | (Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100. | <input type="checkbox"/> Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD.      | Auditoria Brasília |
|                              |   |   |           |               |             |  | <input type="checkbox"/> Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD. |                    |